



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
Os casos da Associação Bom Sucesso e da COOPETRAL no estado do Amapá**

RANIELLY COUTINHO BARBOSA
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Doris Sayago
Co-orientador: Prof. Dr. Álvaro Sousa

Brasília,
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
Os casos da Associação Bom Sucesso e da COOPETRAL no estado do Amapá**

Ranielly Coutinho Barbosa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável como requisito para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Professora Dr^a Doris Aleida Villamizar Sayago
Co-orientador: Professor Dr. Álvaro Sousa

Brasília,
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
Os casos da Associação Bom Sucesso e da COOPETRAL no estado do Amapá**

Ranielly Coutinho Barbosa

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília apresentada à banca, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Sustentável.

Banca examinadora:

Doris Aleida Villamizar Sayago, Doutora, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB (Orientadora)

Thomas Ludewigs, Doutor, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB (Examinador interno)

Emilie Coudel, Doutora, CIRAD (Examinadora externa)

Brasília – DF, 02 de outubro de 2017.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me dar a força, coragem e conforto nos momentos em que mais precisei para continuar.

À minha família, em especial à Elma Coutinho (mãe), Raimundo Barbosa Filho (pai), Raielly Barbosa (irmã), Lucila Duarte (avó, *in memoriam*), Raimundo Barbosa (avô) por serem meu chão, minha estrutura e minha principal motivação para a realização e conclusão deste trabalho.

Aos amigos que a UnB colocou na minha vida, Daniel Moreno, Gabriela Zamignan, Jomary Maurícia, Lidia Rogatto, Maria Damasceno, Nanini Castilhos, e Simone Fonseca. Com vocês os dias se tornaram mais leves e mais divertidos.

À minha amiga Edineuza Rosário por se disponibilizar em me auxiliar nas viagens de campo e por aguentar comigo todos os perrengues do campo.

Ao Luan Patrick, meu cunhado, e Raimundo Barbosa Filho, meu pai, pelo auxílio na execução das atividades de campo, realizando meu transporte da cidade de Santana até Porto Grande em seus carros.

À minha amiga Maria Damasceno, por me auxiliar na elaboração do mapa da área de estudo, disponibilizando o computador com o programa, seu tempo e sua paciência.

Aos analistas ambientais da FLONA-Ap, Érico Emed Kauano e Sueli Gomes Pontes, por sempre serem tão solícitos comigo e pelo enorme apoio logístico dado durante as atividades de campo, sem o qual minha pesquisa de campo na comunidade da Associação Bom Sucesso não teria sido possível.

Aos presidentes da Associação Bom Sucesso e COOPETRAL, Sr. Raimundo Coelho Marques e Sr. Raimundo Apóstolo Santana, respectivamente, pela disponibilidade em me receber e ceder documentos e informações essenciais para a execução da pesquisa.

Às comunidades pesquisadas, especificamente aos comunitários entrevistados nesta pesquisa, por me receberem tão gentilmente em suas casas e doarem um pouco do seu tempo e de sua atenção para conversas que não somente me cederam informações sobre a pesquisa, mas principalmente me demonstraram o quão batalhadores são diante da realidade em que vivem e ainda assim repletos de esperança de uma vida melhor.

À minha orientadora Prof^a. Doris Sayago e meu Co-orientador Prof. Álvaro Sousa pelas orientações e por toda a disponibilidade e paciência despendidos a mim.

Aos professores, coordenação e direção do Centro de Desenvolvimento Sustentável pela atenção e colaboração durante o curso.

À CAPES pela bolsa de mestrado cedida durante os dois anos de curso.

À Universidade de Brasília pelas experiências acadêmicas vividas nestes dois anos como aluna desta instituição.

RESUMO

O estado do Amapá é um dos mais preservados da Amazônia, possuindo mais de 70% de seu território coberto por algum tipo de Área Protegida. Este grande número de áreas de preservação e conseqüentemente, áreas que possuem alguma de restrição de uso, é motivo de debates sobre a interferência destas no desenvolvimento econômico do estado. As Unidades de Conservação (UCs) apresentam tipologias que vão desde as mais restritivas ao uso, às que possibilitam uso parcial de seus recursos. Estas últimas, as UCs de Uso Sustentável, se possuem comunidades bem organizadas e com objetivos definidos de desenvolvimento comum, além de outros fatores determinantes, podem se desenvolver econômica e socialmente. A partir de suas atividades, seja como extrativistas ou agricultores familiares, estas comunidades podem consolidar um desenvolvimento mais apropriado à configuração e potencialidades do Amapá. Para alcançar este cenário, estas comunidades precisam aprimorar sua organização enquanto grupo social e produtor em atividades econômicas. A adesão aos princípios da Economia Solidária e a criação de organizações solidárias (como associações e cooperativas) pode vir a ser um caminho para se chegar a este desenvolvimento. A Economia Solidária se configura em um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. No Amapá as UCs de Uso Sustentável Floresta Nacional do Amapá (FLONA-Ap) e Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-Ap) possuem em seu interior comunidades de extrativistas e agricultores familiares que estão na fase inicial de implantação de organizações solidárias. A presente dissertação de mestrado teve como objetivo uma análise de percepção dos membros da Bom Sucesso e da COOPETRAL quanto à forma de estruturação e avanços de suas organizações e como estas estão influenciando no desenvolvimento de suas atividades produtivas e como grupos sociais. Foram realizadas entrevistas, com um total de 40 membros da Bom Sucesso e 14 da COOPETRAL, visitas às comunidades para a observação do processo produtivo e da realidade vivida e foram consultados documentos internos das organizações. A partir da realização da pesquisa e análise dos resultados foi observado que as organizações, mesmo com reduzido tempo de criação já foram responsáveis por importantes ganhos nas comunidades, alguns deles foram: maior visibilidade e

representatividade enquanto grupos sociais no estado e início da estruturação de atividades produtivas e aprimoramento destas. No entanto, também foram identificados problemas que podem prejudicar o desenvolvimento das organizações e conseqüentemente de suas atividades produtivas, dentre eles: falta de união entre os membros da organização e o não cumprimento de princípios da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária; Associação; Cooperativa; Amazônia; Unidade de Conservação.

ABSTRACT

Amapá is one of the most preserved states in the Amazonian region, with more than 70% of its territory covered by some kind of Protected Area. The staggering percentage of preservation areas, and therefore of restricted use areas, is a matter of great discussion about the interference in the economic development of the state. Conservation Units (CUs) present typologies ranging from the most restricted to the ones allowing partial use of its resources. The latter, known as Sustainable Use CUs, are able to develop economically and socially as long as they exhibit well-organized communities aiming at shared development. These communities, be it with extractivism of natural resources or with familiar agriculture, are capable of ensuring a more sustainable development to the configuration and the potential of Amapá. In order to achieve this goal, these communities need to improve their organization regarding economic activities and as social and producer groups. The adherence to the principles of Solidarity Economy and the creation of solidarity organizations (such as self-help groups and cooperatives) are possible pathways to enhance development. Solidarity Economy is a “mode of production whose fundamental principles are based collective property of capital and the right to individual freedom”. In Amapá, Sustainable Use National Forests (FLONA in Portuguese) and State Forests (FLOTA) CUs have several communities in their interior practicing extractivism and familiar agriculture, both at the early stage of implementing solidarity organizations. In view of the above, this Master thesis aimed at an analysis of the perception of the members of Bom Sucesso and COOPETRAL as to the structure and progress of their organizations and how these are influencing the development of their productive activities and as social groups. Other goal was to investigate whether these organizations affect the development of productive activities and local social groups. The results were derived from interviews with 40 participants of the Bom Sucesso and 15 participants of the COOPETRAL, as well as from visits to the communities (for the observation of their productive process and the reality experienced by its members), analysis of internal documents of the organizations, and review of recent literature for the discussion of the data obtained. From the research and data analysis it was observed that the organizations, although only recently created, have already been responsible for significant gains in the communities, such as: greater visibility and representativeness as social groups in

Amapá, initiation of the structuring process of productive activities and improvement of these activities. However, the research also identified problems that may harm the development of the organizations and, consequently, of their productive activities, such as: lack of union between members of the organization and non-fulfillment of Solidarity Economy principles.

Keywords: Solidarity Economy; Self-help organization; Co-operative; Amazon.

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação de Trabalhadores em Empresas Autogestionadas

APL – Arranjo Produtivo Local

AP – Área Protegida

BPE – Benefício Periódico Equivalente

CI – Conservation International

CMP – Custo Médio de Produção

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros e Conselho Nacional das Populações Extrativistas

COOPETRAL – Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPE – Custo Periódico Equivalente

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ES – Economia Solidária

FLONA do Amapá – Floresta Nacional do Amapá

FLOTA do Amapá – Floresta Estadual do Amapá

FMS – Fórum Social Mundial

GT Nacional – Grupo de Trabalho de Economia Solidária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

IEF-Ap – Instituto Estadual de Florestas do Amapá

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não-Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Projeto Alternativo Comunitário

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PFNM – Produtos Florestais Não Madeireiros

PL – Projeto de Lei

RMOF – Remuneração da Mão de Obra Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA-Ap – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá

SENAES/TEM – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

SIGETECH - Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços em Tecnologia de Gestão, Informação, Educação e Energia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TIR – Taxa Interna de Retorno

TRC – Tempo de Recuperação de Capital

UC – Unidade de Conservação

VPL – Valor Presente Líquido

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa das Áreas Protegidas no estado do Amapá.....	35
Figura 02 – Linha do tempo das políticas governamentais para o desenvolvimento econômico sustentável implantadas no Amapá.....	38
Figura 03 – Localização da área de estudo.....	41
Figura 04 – Esquema de organização da realização da pesquisa.....	43
Figura 05 - Moradia de um dos associados entrevistado da Associação Bom Sucesso.....	61
Figura 06 - Residência de um dos cooperados da COOPETRAL entrevistado.....	72
Figura 07 – Associados participantes do projeto de produção de cosméticos da Associação Bom Sucesso.....	83
Figura 08 – Moradia anterior de comunitário da Bom Sucesso, antes da atividade de mutirão e atual moradia do comunitário (ainda em construção), após atividade de mutirão realizados por associados da Bom Sucesso.....	91
Figura 09 - Matérias-primas e processo de preparação dos produtos.....	106
Figura 10 - Após a preparação dos produtos, se realiza o despejo nas formas e recipientes.....	106
Figura 11 - Com os produtos prontos, é realizada a finalização do processo com o acabamento dos produtos.....	107
Figura 12 – Associados da Bom Sucesso com matérias-primas coletadas em suas propriedades.....	108
Figura 13 – Confecção dos produtos na residência de um dos associados em Porto Grande e um dos produtos finais embalado.....	109
Figura 14 – Produção de agricultores da COOPETRAL destinada ao PAA.....	111
Figura 15 – Transporte da produção dos agricultores locais realizado pela COOPETRAL para o PAA.....	112
Figura 16 – Reunião com membros da Associação Bom Sucesso com entidades do poder público.....	117
Figura 17 - Reunião de Audiência Pública para Concessão Florestal da FLOTA do Amapá – Lote II, da qual a COOPETRAL participou.....	118

Figura 18 – Acompanhamento do processo de produção dos produtos do Projeto Andiroba.....	149
Figura 19 – Entrevista com o Presidente da Associação Bom Sucesso.....	149
Figura 20 – Acompanhando de reunião entre integrantes da COOPETRAL.....	150
Figura 21 – Grupo de integrantes da COOPETRAL entrevistados para a pesquisa.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Contatos iniciais realizados nas organizações estudadas.....	45
Tabela 02 – Princípios de economia solidária na Bom Sucesso e COOPETRAL...	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tempo médio de residência na localidade dos membros da Bom Sucesso.....	50
Gráfico 02 – Distribuição etária dos entrevistados da Bom Sucesso.....	51
Gráfico 03 - Composição da renda dos associados da Bom Sucesso.....	52
Gráfico 04 – Permanência dos filhos na comunidade da Bom Sucesso.....	53
Gráfico 05 – Entrevistados que possuem conhecimento sobre o processo de extração do óleo de andiroba na comunidade da Bom Sucesso.....	55
Gráfico 06 – Permanência dos entrevistados da Bom Sucesso na comunidade.....	56
Gráfico 07 – Escolaridade dos entrevistados da Bom Sucesso.....	58
Gráfico 08 – Distribuição etária dos entrevistados da COOPETRAL.....	62
Gráfico 09 - Tempo médio de residência na localidade dos membros da COOPETRAL.....	63
Gráfico 10 – Naturalidade dos entrevistados da COOPETRAL.....	63
Gráfico 11 – Composição da renda dos cooperados da COOPETRAL.....	65
Gráfico 12 – Participação dos jovens nas atividades de agricultura familiar na COOPETRAL.....	66
Gráfico 13 – Entrevistados que praticam pluriatividade.....	67
Gráfico 14 – Nível educacional dos entrevistados da COOPETRAL.....	69
Gráfico 15 - Interesse dos membros da Bom Sucesso (que não participam) em participar do Projeto Andiroba.....	87
Gráfico 16 – Gastos realizados durante a execução do Projeto Andiroba com transferência de recursos do IEB, no primeiro ano.....	111
Gráfico 17 – Quantidade dos principais produtos vendidos no contrato do PAA com a COOPETRAL.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
1.1 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	286
1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA POLÍTICA BRASILEIRA	268
1.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA	29
CAPÍTULO 2 A FLORESTA AMAZÔNICA COMO PROVEDORA DE RECURSOS NATURAIS	31
2.1 EXTRATIVISMO	31
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	33
2.3 AMAPÁ: O ESTADO SUSTENTÁVEL?	35
2.3.1 Criação do Estado	35
2.3.2 Extrativismo no Amapá	35
2.3.3 Conservação ambiental no Amapá e economia	36
2.3.4 Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável no Amapá	40
CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 ÁREA DE ESTUDO	43
3.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO	44
3.2.1 O corpo teórico da pesquisa	44
3.2.2 A construção do objeto	44
3.3 A FORMULAÇÃO DO MÉTODO	45
3.3.1 Primeira fase: seleção das organizações	46
3.3.2 Segunda fase: Contato com os presidentes e/ou membros de destaque dentro da organização	46
3.3.3 Terceira fase: visita às comunidades, reuniões, entrevistas, e levantamento de informações documentais	47
3.4 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS.....	49
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO APLICADO	50
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	51

CAPÍTULO 4 OS CASOS DA ASSOCIAÇÃO BOM SUCESSO E DA COOPETRAL	52
4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES	52
4.1.1 Comunidade da Associação Bom Sucesso	52
4.1.2 Comunidades da COOPETRAL	64
4.2 A ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES SOLIDÁRIAS	73
4.2.1 A Associação Bom Sucesso	73
4.2.2 A COOPETRAL	95
4.3 ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS ORGANIZAÇÕES	106
4.3.2 Processo produtivo e comércio	106
4.4 CONSONÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA:	116
4.5 A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (BOM SUCESSO E COOPETRAL) E SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
APÊNDICE I - Fotos das visitas de campo e entrevistas realizadas	151
APÊNDICE II – Roteiro das entrevistas	153
Questionário membros da associação/cooperativa	153
Questionário Presidente da associação/cooperativa	154
Questionário informações da produção	155
APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	157
ANEXO I - Lista com os produtos e suas quantidades executadas no contrato do PAA da COOPETRAL	159

INTRODUÇÃO

O estado do Amapá se localiza no extremo norte da Amazônia brasileira, é um dos estados mais representativos em áreas preservadas, possui 72% de seu território destinado a UCs e Terras Indígenas e apresenta quase 90% de sua cobertura vegetal ainda intacta (ODM, 2016). O Amapá possui cerca de 10 milhões de hectares de seu território abrangidos por UCs e Terras Indígenas (CI, 2009), este perfil indicaria uma tendência à economia com base em produtos florestais. Porém, este é um setor ainda pouco participativo na economia do estado (CHELALA, 2008). Portanto, informações sobre a organização de comunidades de produtores (extrativistas e de agricultores familiares) e o desenvolvimento de suas atividades produtivas podem vir a auxiliar na identificação de medidas e políticas públicas que visem estimular o aumento da viabilidade e do número de empreendimentos deste tipo no estado.

A floresta Amazônica é uma fonte de recursos naturais com diversos potenciais de usos, explorados desde pequenos grupos de extrativistas formados por ribeirinhos até grandes indústrias. O uso de recursos naturais por comunidades ribeirinhas na Amazônia pode ser distinguido principalmente de duas formas: o extrativismo por meio da coleta de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) - obtenção do recurso sem a eliminação de sua fonte; e o extrativismo de aniquilamento, geralmente de produtos florestais madeireiros - obtenção do recurso natural e eliminação de sua fonte (HOMMA, 1993). A coleta de PFNMs se refere a uma das formas menos impactantes de uso dos recursos do ambiente, possibilitando a retirada do recurso com a manutenção da “floresta em pé”. Alguns exemplos são: castanhas, resinas, látex e óleos essenciais (PEDROZO *et al.*, 2011).

Os cultivos de plantações realizados por agricultores familiares representam outra forma de utilização dos recursos na Amazônia, de forma menos direta, com o uso dos recursos do solo. Além de ser uma prática utilizada pelas populações ribeirinhas para compor sua dieta alimentar, a agricultura familiar para muitas famílias residentes no interior da Amazônia em zonas rurais é uma das mais relevantes fontes de renda e subsistência. A principal característica de uma atividade de agricultura familiar é a realização das atividades principalmente por

membros da família, atividades tanto de gestão como de mão-de-obra (FORRERO-ÁLVAREZ, 2013).

Ainda no contexto do uso dos recursos naturais, as comunidades ribeirinhas da Amazônia têm adotado cada vez mais formas de organização específicas, tais como associações e cooperativas, para a produção de produtos da floresta obtidos por meio do uso dos recursos naturais próximos às áreas onde residem. Estas comunidades veem nestas organizações a oportunidade de conseguirem que seus produtos ganhem espaço no mercado. Buscam, desta maneira, a possibilidade de inserção na estrutura econômica atual, estrutura esta que oferece poucas oportunidades a pequenos produtores individuais de produtos não fabricados em grande escala e não amplamente demandados (BRASIL, 2016), como é o caso, por exemplo, dos PFNMs.

Algumas situações podem influenciar diretamente as formas de uso dos recursos pela comunidade de uma região, umas delas é a existência de áreas protegidas (APs). As Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral representam uma categoria de AP que não permite o uso direto dos recursos naturais por comunidades locais e a sua permanência dentro de seus limites. No entanto, as UCs da categoria de uso sustentável são APs que possibilitam a presença de comunidades locais e o uso de uma parcela dos recursos dentro de seus limites. Estas comunidades podem permanecer na área da UC desde que atendam a alguns critérios estipulados em legislação, dentre eles o de utilizar os recursos naturais de modo sustentável (BRASIL, 2000).

A separação das tipologias de UCs entre estes dois grupos, de Proteção Integral e de Uso Sustentável, foi uma inovação instituída em 2000 a partir da lei n. 9.985 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. Esta lei e as diferentes tipologias de UCs instituídas, dentre elas Parque Nacional, Estação Ecológica, Floresta Nacional, Reserva Extrativista etc., representaram um importante avanço na temática de proteção da natureza nacional e representam traços de originalidade nas formas de proteção em âmbito internacional (MEDEIROS, 2005).

As comunidades ribeirinhas residentes em UCs de uso sustentável, ao longo dos últimos anos e com maior frequência, estão buscando se organizar para obter sustento econômico por meio do uso sustentável de recursos naturais. Muitas encontram nas associações e cooperativas de caráter solidário um modo de

viabilizar essa produção de maneira mais consistente na tentativa de inserção nos mercados locais, nacionais e até internacionais. As associações e cooperativas de característica solidárias se constituem em formas de organização do trabalho, política, econômica, cultural e social que seguem os princípios da economia solidária para a realização da atividade produtiva.

A Economia Solidária (ES) se refere a um modo de produção que possui como princípios fundamentais a socialização de posse e uso dos meios de produção. Surgida como um sistema alternativo ao sistema de produção capitalista, a economia solidária possui como algumas de suas formas de representação mais conhecidas as cooperativas e as associações. É importante destacar que existem tipos de cooperativas e associações que não se enquadram nas características da ES. No entanto, as organizações foco deste estudo estão no âmbito de empreendimentos caracterizados como solidários.

A cooperativa é o tipo de empreendimento mais próximo do ideal de economia solidária, onde os meios de produção, capital e renda são compartilhados entre todos os membros, e o empreendimento é autogerido pelos cooperados com participação e direito de voto igual a todos (SINGER, 2003). A associação é um empreendimento legalmente caracterizado como sem fins lucrativos, realizado entre atores que desenvolvem atividades e objetivos comuns, e por vezes também chega a atingir um viés econômico em suas atividades.

O ponto comum entre os empreendimentos associativos e cooperativistas de caráter solidário é a busca por uma produção com base na solidariedade, na democracia, cultivando uma maneira compartilhada e mais igualitária de trabalho. Essas formas de organização de processo produtivo são realizadas no Brasil desde pequenas cooperativas e associações rurais até grandes negócios como cooperativas industriais. Em particular as primeiras têm se multiplicado em todo o país nas últimas décadas, principalmente devido a implantação de ações governamentais de estímulo no Brasil (SINGER, 2003). São exemplos recentes de políticas de estímulo para a ES no país a implantação em 2012 da lei da Política Nacional de Economia Solidária e Sistema Nacional de Economia Solidária, e a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O manejo de recursos naturais em si, dependendo da forma como é realizado, pode não ser o suficiente para assegurar o uso de maneira sustentável dos recursos naturais por determinada comunidade. Segundo Cunha (2004, p. 02)

outras questões são relevantes neste contexto, como: “interações complexas entre as características do recurso, o regime de propriedade e outros arranjos institucionais de um lado, e as relações políticas, econômicas e culturais de outro, influem no grau de sucesso do manejo de recursos naturais”. Uma alternativa, neste contexto, seria a organização social das comunidades de produtores em forma de cooperativas e associações, representando assim uma possibilidade para a obtenção do sucesso econômico de uma produção extrativista e agrícola familiar em bases sustentáveis, e conseqüentemente a obtenção do desenvolvimento local.

Atualmente, frente a relevância da questão ambiental, os empreendimentos solidários ganham um caráter não apenas econômico, mas também social e ambiental (SANTOS e RODRIGUES, 2005). No qual o econômico passa a ser uma consequência buscada, mas por meio de princípios de equidade social entre os atores e de redução de impactos ambientais, buscando a permanência dos recursos explorados. Gaiger (2015) afirma que os empreendimentos solidários devem ser vistos como uma alternativa de geração de renda e combate à pobreza.

A questão ambiental está frequentemente presente nas práticas de empreendimentos de economia solidária. França Filho (2008) traz uma proposta de caminho para o desenvolvimento econômico local onde a solidariedade e a sustentabilidade constituiriam uma via em que as principais características seriam: formas de auto-organização político-associativa, resgate e a afirmação de sentimentos de pertencimento e identidade local, e a preservação ambiental e busca de soluções tecnológicas adequadas ao seu meio ambiente, além de socialmente apropriadas por todos.

Em estudo realizado no sul do estado do Amapá, Sousa (2006) identificou que comunidades que se localizam no interior e no entorno de áreas protegidas assumem relações específicas com a natureza no uso dos recursos naturais. Esse relacionamento é caracterizado pela utilização de técnicas de produção de baixo nível tecnológico e de acesso restrito a linhas de créditos que deveriam auxiliar no desenvolvimento de suas atividades.

A Floresta Nacional do Amapá (FLONA do Amapá) e a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA do Amapá) são UCs que se encaixam no cenário exposto acima. Ambas são UCs de uso sustentável e possuem comunidades locais residindo dentro e no entorno de seus limites, que utilizam parte de seus recursos naturais e se organizam em modos específicos de produção, como associações e cooperativas.

Uma peculiaridade entre essas UCs é que são áreas protegidas próximas e possuem zonas de amortecimento que se sobrepõem (ICMBio, 2014a). Portanto, existem na localidade comunidades que exploram recursos de ambas as UCs e estão submetidas simultaneamente às normas vigentes nos planos de manejo também de ambas.

Há carência de estudos na literatura que abordem juntamente a influência de formas de organização atualmente existentes em UCs e a sua relação com o desenvolvimento de atividades produtivas no estado do Amapá, e especificamente na FLONA e FLOTA do Amapá (informação verbal¹). Essas informações poderiam auxiliar na efetivação do caráter sustentável das atividades extrativas e agrícolas familiares nessas UCs. Essa carência no estado do Amapá é gerada possivelmente pelo somente recente surgimento de programas de pesquisa (principalmente programas de pós-graduação) no estado e por ser um estado ainda pouco conhecido por pesquisadores de outras regiões e até mesmo dentro da própria região amazônica.

Na FLONA do Amapá atualmente existe uma única associação voltada para a produção extrativista, a Associação dos Produtores Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari – Bom Sucesso. A Bom Sucesso foi criada em 2013, e ainda está se firmando enquanto entidade de caráter social na região, adquirindo espaço e voz enquanto entidade promotora do desenvolvimento social na localidade onde atua. Em 2015, no âmbito da produção econômica, a Bom Sucesso iniciou atividade de produção de cosméticos (sabonetes e pomadas) confeccionados a partir de matérias-primas do extrativismo. A atividade foi iniciada com financiamento externo e atualmente está dando os primeiros passos em busca do sustento econômico.

Na FLOTA do Amapá, devido a sua grande extensão e por abranger muitos municípios do estado do Amapá, existem várias organizações sociais sob sua influência direta e indireta. Dentre as organizações que estão presentes no território da FLOTA do Amapá, a organização objeto deste estudo é a Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense – COOPETRAL. A COOPETRAL foi criada em 2012 e é formada principalmente por agricultores familiares. As atividades produtivas da cooperativa ainda estão se solidificando principalmente no decorrer dos últimos anos com o estabelecimento de contratos com a Companhia

¹ Informação fornecida pelo gestor-chefe da FLONA do Amapá, o analista ambiental Érico Emed Kauano, em 13 de maio de 2016.

Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Este estudo a partir da análise percepção dos membros de organizações, sobre a relação da estrutura de organização social e aspectos econômicos relacionados à produção extrativista e agrícola, auxilia no entendimento das práticas produtivas realizadas pela comunidade com o conseqüente aumento da rentabilidade, gerando subsídios para o desenvolvimento econômico local.

O presente trabalho de dissertação tem como pergunta norteadora: Existe uma correlação positiva entre os avanços das organizações (Bom Sucesso e COOPETRAL) e o desenvolvimento das atividades produtivas destas? E a hipótese: A correlação estabelecida em ambas as organizações é positiva, e possibilita o desenvolvimento e crescimento das atividades produtivas locais. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise de percepção dos membros da Bom Sucesso e da COOPETRAL quanto à forma de estruturação e avanços de suas organizações e como estas estão influenciando no desenvolvimento de suas atividades produtivas e como grupos sociais. Os objetivos específicos são: a) analisar a estrutura das organizações sociais Bom Sucesso e COOPETRAL; b) descrever as características socioeconômicas das comunidades, o uso dos recursos e processo produtivo; c) identificar se as organizações cumprem com os princípios de organizações de economia solidária; d) analisar a relação entre a organização dos empreendimentos solidários e suas atividades produtivas.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, são eles: 1 Economia Solidária, 2 A floresta amazônica como provedora de recursos naturais, 3 Procedimentos metodológicos e 4 Os casos da Associação Bom Sucesso e da COOPETRAL. Os primeiros dois capítulos apresentam o embasamento teórico/conceitual utilizado no presente estudo. O terceiro capítulo aborda a caracterização da área de estudo, o delineamento do estudo e a descrição do método aplicado. O quarto e último capítulo trazem os resultados obtidos com a execução da pesquisa e a discussão destes. Após os capítulos está o tópico Considerações Finais, onde são destacados os principais resultados obtidos no estudo e algumas recomendações.

CAPÍTULO 1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A ES é um “modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). É formada por empreendimentos autogestionários, ou seja, todos os trabalhadores da empresa são responsáveis pela gestão democraticamente. Tem por base as noções de solidariedade definida por Leroux (1985) de que todos os homens possuem entre si naturalmente uma solidariedade recíproca. Segundo Sabourin (2010, p. 2), a “reciprocidade é sinônimo de solidariedade (dependência mútua, fato de ser solidário) ou de mutualidade”, e está presente naturalmente em diversos segmentos de relações da sociedade. A reciprocidade é o relacionamento necessário básico entre os que fazem parte de um empreendimento de economia solidária, visto que, todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua entre seus atores (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Ostrom (1990) aborda amplamente esse tema. Segundo a autora, determinadas comunidades humanas se auto-organizam para gerir os recursos de bem comum e o fazem de forma sustentável. A reciprocidade, para Ostrom (2003), é inerente nesses casos e além disso esta representa uma norma social universal. Para ela, o que explica a reciprocidade é a confiança mútua, considerada como um princípio de troca social.

O surgimento de práticas de organizações autogestionárias se deu no início do sistema capitalista, ganhando destaque durante a Revolução industrial sob a forma de cooperativas (MONJE-REYES, 2011). As cooperativas se configuraram como uma alternativa ao empobrecimento dos artesãos substituídos pelas máquinas e pelo expediente nas fábricas na nova forma de organização do trabalho trazida pelo sistema capitalista. O cenário da época refletia a ineficácia das políticas de emprego do estado capitalista sentido pela classe trabalhadora através das extensas jornadas de trabalho, baixos salários, exploração infantil etc (SINGER, 2002).

O cenário motivou o britânico Robert Owen a propor que o Estado adotasse medidas que pudessem solucionar os problemas relacionados à pobreza gerada pelo sistema econômico da época. Os princípios envolvidos nas medidas propostas por Owen viriam a se consolidar no que mais tarde passou a ser conhecida como Economia Solidária (SINGER, 2002).

Empreendimentos definidos como sendo de ES apresentam características que vão além de aspectos econômicos, envolvendo também o sociológico e antropológico, conforme França Filho e Laville (2004) que elencam cinco dessas características. São estas:

- i) pluralidade de princípios econômicos – refere-se a articulação entre várias formas de subsídios entre o mercado, poderes públicos e práticas recíprocas;
- ii) autonomia institucional – independência em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições;
- iii) democratização dos processos decisórios;
- iv) sociabilidade comunitário-pública – modo singular de sociabilidade desenvolvido através da mistura de padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais;
- v) finalidade multidimensional – além da dimensão econômica a organização possui uma dimensão social, cultural, ecológica e política, projetando-se para um espaço público (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.40).

Redón (2014) destaca os elementos que constituem a formação de empreendimentos solidários (especificamente de empreendimentos rurais/tradicionais), são eles: o sujeito (fator produtivo subjetivo), o objeto (fatores objetivos ou materiais de produção) e o conhecimento ancestral da atividade (a sabedoria social acumulada e atualizada pela própria experiência). A articulação e relação entre esses elementos em busca de um propósito comum de autogestão de sua produção resultam no início de um empreendimento solidário, seja agroextrativista ou agrícola.

Um dos objetivos entre os atores da comunidade que formam uma associação ou uma cooperativa de produção autogestionária é reunir forças no processo produtivo e assim tentar se inserir no mercado amplamente competitivo. Deste modo os produtores podem obter maiores chances de sucesso realizando uma produção conjunta, ao invés de produzissem individualmente (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

As cooperativas de produção são consideradas um protótipo de empresa solidária, dentre os tipos de empreendimentos de ES que envolvem além desta

também as cooperativas de crédito, de consumo e de venda (SINGER, 2002). As cooperativas de produção são organizações de trabalhadores que tem por objetivo a produção de bens ou serviços que serão vendidos no mercado. Na cooperativa de produção o capital é dividido igualmente entre todos os sócios e todos têm direito de voto nas decisões, esse representa mais explicitamente um dos princípios fundamentais da ES, que é a gestão igualmente compartilhada. Devido a isso, cooperativa de produção é considerada a representação mais fiel da economia solidária defendida pelos “utópicos”².

No Brasil a ES é marcada pela sua alta diversidade. Devido ao seu tamanho e variedade de culturas e regiões, o país reproduziu também essa característica na sua história do surgimento dos empreendimentos solidários. Essa diversidade é notória pelos diferentes tipos de empreendimentos solidários difundidos pelo território brasileiro, não se resumindo somente a cooperativas, mas contemplando também Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações e considerável número de associações (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Girard-Nunes (2004) salienta que os empreendimentos econômicos solidários devem buscar ao máximo a igualdade entre seus membros com a manutenção de uma dependência recíproca e a promoção de autonomia sem hierarquia. Altos níveis de hierarquia dentro de empreendimentos solidários afastam a organização da base que pauta a ES, que se refere a solidariedade e participação igualitária dos atores. A autora afirma que se deve evitar o estabelecimento e ampliação de hierarquia dentro de empreendimentos solidários, minimizando a concentração de poder.

A necessidade de inserção na economia capitalista fez com que no decorrer do tempo desde o surgimento das primeiras cooperativas, ainda no período da Revolução Industrial, ocorressem distorções de suas características iniciais. A partir disso, alguns autores passaram a designar as cooperativas como “cooperativas verdadeiras” e “cooperativas falsas” (LIMA, 2007). As “cooperativas falsas” se distanciam dos princípios que as “cooperativas verdadeiras” devem adotar, princípios estes listados pela Aliança Cooperativista Internacional, em 1985. No Brasil, as “cooperativas falsas” estão presentes em muitas empresas que se aproveitam do “disfarce” de cooperativa para obterem proveitos legais (TODESCHINI, 2000).

² Os “utópicos” viam a economia solidária como uma sociedade emergente que uniria a produção industrial com a organização comunitária da vida social.

1.1 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

A cooperativa, reflete o modo de viver compartilhado, com a divisão e compartilhamento dos bens e meios de produção. A confiança entre os cooperados, a solidariedade e participação são aspectos fundamentais para o funcionamento de um empreendimento cooperativo. O cooperativismo baseia-se “no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades e não na acumulação individual do dinheiro” (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 17). A Política Nacional de Cooperativismo (Lei nº 5.764 de 1971) define cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

Existem diferentes ramos do modelo cooperativista e nem todos estão relacionados com os princípios de economia solidária, são eles: cooperativas agropecuárias, cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, cooperativas educacionais, cooperativas especiais (cooperativas sociais), cooperativas de habitação, cooperativas de infraestrutura, cooperativas de mineração, cooperativas de produção, cooperativas de transporte, cooperativas de turismo e lazer, e cooperativas de trabalho (CARDOSO, 2014). No presente estudo será abordado o modelo de cooperativa de produção, que segundo Cardoso (2014, p. 21) representa um dos ramos com o maior número de organizações no país e se referem a cooperativas “dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção coletivos, por meio da pessoa jurídica, e não individual, do cooperante”.

A definição de associação, em um sentido mais amplo, se refere a “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados” (VEIGA e RECH, 2001, p. 17). Dentre os principais tipos de associações encontrados estão as associações filantrópicas; associações de pais e mestres; associações em defesa da vida; associações culturais, desportivas e sociais; associações de consumidores; associações de classe e associações de produtores.

Associações são primordialmente de caráter não-lucrativo, portanto elas não devem proporcionar aos seus membros ganhos ou vantagens patrimoniais. No

entanto, mais recentemente ampliou-se o número de associações que possuem também um caráter de finalidade econômica, como as associações de produtores rurais dedicados à produção e comércio. Essa situação pode ser justificada pela maior facilidade administrativa e menos dispendiosa legalmente em se criar associações, em comparação com as cooperativas, que por fundamento seriam as formas de empreendimentos mais adequadas para finalidades de ganho econômico por processos produtivos. Contudo, associações de produtores e agricultores rurais têm se mostrado formas eficazes de organização de atores que têm objetivos e metas em comum (VEIGA e RECH, 2001).

As cooperativas e associações podem parecer similares em suas funções, no entanto, possuem finalidades diferentes. As associações possuem como finalidade a promoção, educação e assistência social. As cooperativas podem vir a cumprir estes mesmos papéis das associações, porém, têm a finalidade especificamente econômica de viabilizar o negócio produtivo conjuntamente a todos os associados (VEIGA e RECH, 2001).

Outra diferença importante entre estes tipos de organizações se refere a posse dos lucros gerados. Nas cooperativas os membros são donos do patrimônio e beneficiários diretos do ganho obtido por meio do processo por eles realizado. Em caso de sobras, as quantias são distribuídas entre os membros. Nas associações o patrimônio acumulado pertence à associação e não aos seus membros e em casos de sobras, as quantias são destinadas à própria organização, reinvestidos para auxiliar no objetivo final da associação (CARDOSO, 2014).

As cooperativas e associações mesmo sendo formas de organização distintas seguem princípios comuns que regem o modo de vida dos cooperados e associados. Esses princípios são comuns a sociedades cooperativas e associativas em todo mundo, são eles: princípio da adesão voluntária e livre; princípio da gestão democrática pelos membros; princípio da participação econômica dos membros; princípio da autonomia e independência; princípio da educação, formação e informação; princípio da interação; e princípio da preocupação com a comunidade (VEIGA e FONSECA, 2001; VEIGA e RECH, 2001).

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA POLÍTICA BRASILEIRA

No Brasil o surgimento das primeiras iniciativas solidárias que influenciaram de fato a política, segundo Baud (2007), tem raízes em três tipos de experiências: os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira, as cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as iniciativas da Associação de Trabalhadores em Empresas Autogestionadas (ANTEAG), no setor industrial. As três experiências citadas trazem novas formas de abordagem da ES, com propostas como: geração de novo modelo desenvolvimento econômico alternativo ao capitalismo (PAC's), projeto de um novo cooperativismo em oposição ao tradicional agroindustrial (MST) e novo modelo a partir de experiências de recuperação de empresas (ANTEAG). Estas três experiências repercutiram para o meio sindical e universitário brasileiros, envolvendo assim também a academia nas discussões dos empreendimentos solidários (BERTUCCI, 2010).

Um grupo de intelectuais teve importante papel na formação da identidade da ES no Brasil, discutindo e refletindo sobre os desafios e possibilidades de sua existência (LECHAT, 2004). Entre os intelectuais que formaram este grupo, três podem ser apontados como os mais relevantes: Paul Singer, Marcus Arruda e Luís Inácio Gaiger. Esses intelectuais atuaram em diferentes vertentes: Singer com influência junto aos sindicatos, universidades, movimentos sociais, ONGs e até organizações ligadas a igreja através de sua nomeação como Secretário Nacional; Arruda atuando na intermediação entre entidades internacionais e estrangeiras de empreendimentos solidários e Gaiger como coordenador de pesquisas estaduais e nacionais sobre ES (LECHAT, 2004).

O papel de Singer, Arruda e Gaiger para a inserção da ES na política brasileira se deu através das discussões no meio acadêmico desenvolvidas por eles que propiciaram o reconhecimento e legitimação da importância da ES no Brasil (BERTUCCI, 2010). Além do importante papel dos intelectuais, outro fator que influenciou no reconhecimento e inserção da Economia Solidária na política brasileira foi o Fórum Social Mundial (FSM) iniciado em 2001. A partir de mobilizações surgidas no âmbito do FSM, foi criado no Brasil o Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional).

O GT Nacional foi o responsável por organizar o evento "I Plenária Nacional de Economia Solidária" em 2002, que deu origem ao documento denominado *Carta*

ao *Governo Lula*. Essa carta solicitava ao novo governo, que entraria em vigência, a necessidade de políticas públicas voltadas para a ES. Isso culminou mais tarde na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) pelo Governo Federal, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. E mais tarde, em 2006, a criação do decreto que dispõe sobre a composição, estruturação e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária, o decreto Nº 5.811/2006 (BERTUCCI, 2010).

O Conselho Nacional de Economia Solidária “é órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária” (BRASIL, Art. 1º, 2006). Esse decreto propiciou a elaboração do Projeto de Lei (PL) Nº 4685/2012, o qual dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, aprovado em 26 de agosto de 2015.

1.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA

Na região Amazônica a ideia de ES está mais comumente relacionada a organizações cooperativas e associativas de pequenos e médios produtores. Diferentemente das regiões sul e sudeste onde são conhecidas as cooperativas de grandes grupos empresariais.

A forma de organização solidária se consolidou em alternativa de ganho de espaço no mercado para as comunidades do interior da floresta. Para os extrativistas as organizações solidárias se configuraram como uma forma de consolidar a produção, por vezes caracterizada como baixa, e uma forma de inserir os novos e exóticos produtos da floresta no mercado além das fronteiras locais e regionais.

Já para os pequenos produtores rurais da Amazônia, relacionados a segmentos como a agricultura familiar, a organização solidária em associações e cooperativas representa a união de forças na competitividade com a produção externa à região. Na Amazônia ainda é comum que a produção agrícola local não seja valorizada (CHELALA, 2003). Portanto para os agricultores familiares da Amazônia foi uma forma para se tornarem mais fortes em nível de quantidade e qualidade de produção, visto que a produção realizada por esses, enfrenta

deficiências como a baixa fertilidade dos solos amazônicos que prejudicam produções maiores e o baixo nível tecnológico que possuem.

A busca por preços justos também foi outro fator que levou os agricultores familiares da Amazônia a se organizarem em modos solidários (JESUS, 2000). Devido à baixa valorização da produção local, os preços geralmente obtidos por estes agricultores são bem abaixo do mercado, e por vezes são forçados a aceitar esta condição imposta pelos compradores locais e vender seus produtos por preços ínfimos para conseguir manter a subsistência de suas famílias.

Um exemplo da diferença de preços internacional e nacional de um produto de origem extrativa é a castanha-do-brasil, que no ano de 2014 teve média de US\$ 8,89/kg, no Brasil no mesmo período o preço médio foi de R\$ 1,81/kg (CONAB, 2015). Esses são preços se referem a médias dos mercados formais pesquisados, tanto nacional como internacional, no caso dos os mercados informais, estes valores são ainda menores

A primeira relação que liga diretamente à Amazônia, em seu modo mais tradicional de produção, o extrativismo, e a organização de modo solidário, se deu no surgimento da nova economia extrativista. Segundo Candido (2010) a organização de empreendimentos solidários se configurou em uma alternativa viável nesse cenário para a organização do trabalho na economia do novo extrativismo (será abordado no item 2.1).

A adoção de formas democráticas de organização do trabalho, segundo Rêgo (1999), fazem-se necessárias no cenário do novo extrativismo, por tenderem a evitar a criação de vínculos de exploração, como existentes no extrativismo anterior realizado pelas empresas seringalistas. Portanto, aqui se nota a natural emergência da aproximação do novo extrativismo na Amazônia e da ES, que também estava ganhando força na América do Sul no mesmo período.

Os povos da floresta possuem a prática da solidariedade já naturalmente presente em suas relações (CANDIDO, 2010). A forma de vivência agregada em comunidades propicia um ambiente de relações em sua maioria mais próximas e mais livres. Outro ponto que favorece a tendência à solidariedade por essas populações tem relação com a obediência aos princípios e valores familiares característicos, passados durante gerações dessas comunidades.

CAPÍTULO 2 - A FLORESTA AMAZÔNICA COMO PROVEDORA DE RECURSOS NATURAIS

2.1 EXTRATIVISMO

Segundo Homma (1993), o extrativismo somente se refere às atividades de coleta de recursos na natureza e com produtividade baixa, sem envolver qualquer tipo de atividade de beneficiamento, cultivo, processamento etc. De acordo com Rêgo (1999), essa visão defendida por Homma está mais baseada em preconceito do que em um conceito propriamente dito. A partir disto, Rêgo (1999) alega a existência de dois tipos de extrativismo, o extrativismo antigo e o novo extrativismo.

O extrativismo antigo se refere à primeira forma de extrativismo desenvolvida na região amazônica, ainda no período pós-colonial. A principal característica é o chamado sistema de aviamento. O novo extrativismo é um conceito relacionado a um aspecto mais abrangente, envolvendo as áreas econômica, política e cultural da vida social. Um dos diferenciais é que este possui um significativo de maior nível de qualidade técnica com a incorporação de avanços (RÊGO, 1999). O autor ainda traz um conceito ainda mais específico dentro do novo extrativismo que está ocorrendo na Amazônia, o bioextrativismo.

Segundo Rêgo (1999) o “bioextrativismo” é:

[...] a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e sobredeterminada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica da natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema (RÊGO, 1999, p. 64).

Após o declínio das empresas seringueiras, os seringueiros passaram a se dedicar às atividades da floresta. Estas atividades eram realizadas com a participação da família, passando a se configurar em atividades de caráter fundamentalmente familiar. Um reflexo deste cenário foi a mudança de denominação

e de finalidade do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), criado em 1985 para defender os direitos dos seringueiros da região amazônica. Em 2009, em meio ao novo e já consistente cenário de ascensão do novo extrativismo e decaimento das atividades seringueiras, a organização mudou sua nomenclatura para Conselho Nacional das Populações Extrativistas (ainda mantendo como sigla CNS), passando a partir de então a representar os trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos (CNS, 2017).

Nesse trabalho será utilizada a denominação comunidade local para se referir aos grupos de indivíduos estudados que residem nas UCs e proximidades. Segundo Peruzzo e Volpato (2009, p.2), a palavra “comunidade se refere a sensações de solidariedade e vida em comum, independente de época ou de região”. Este termo será utilizado buscando simplificar e generalizar a referência aos grupos estudados no decorrer do texto.

No entanto, é importante salientar que a comunidade da Bom Sucesso, localizada na FLONA do Amapá, apresenta características de uma comunidade tradicional. A definição de comunidades tradicionais delimita que:

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art. 3º).

A população da Bom Sucesso que reside às margens do Rio Araguari, abrangida pela FLONA e FLOTA do Amapá, em sua maioria está há gerações na localidade e seu modo de vida é diretamente dependente dos recursos naturais a sua volta para alimentação, geração de renda, saúde (uso de plantas medicinais), relações pessoais etc. O mesmo não é observado na população residente às margens da Rodovia Perimetral Norte (comunidade abrangida pela COOPETRAL), onde em sua maioria não residem há gerações na localidade e não ocorre o envolvimento tão próximo com os recursos naturais locais em seus aspectos culturais e econômicos, como exemplo.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Gasson e Errington (1993, p. 20) destacam seis características básicas que definem a agricultura familiar: “a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e os membros da família vivem na unidade produtiva”.

A adoção do termo agricultura familiar no Brasil se deu de modo tardio em comparação a países europeus, onde este tema já era mais amplamente debatido e desenvolvido. Foi por meados da década de 1990 que foi mais amplamente difundida e utilizada esta denominação, tanto nos meios acadêmicos quanto pelos grupos sociais de luta dos direitos dos agricultores (SCHNEIDER, 2003).

Alguns fatos ocorridos ao longo da década de 1990 foram responsáveis pela consolidação e difusão do uso do termo agricultura familiar para a designação de um grupo específico de agricultores. Os fatos são: uma significativa movimentação de grupos de movimentos sociais em defesa aos agricultores, em particular a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que produziram relevantes formas de manifestação política e em âmbito político a criação pelo Governo Federal em 1996 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura familiar ainda sofre alguns preconceitos já há muito tempo em pauta. A comparação com outros conceitos como por exemplo “produção de baixa renda” e “pequena produção”, e a comparação com a agricultura extensiva, que vê como o ideal e mais desenvolvido modelo de agricultura, o que envolve grandes extensões de terras e um grande número de trabalhadores assalariados (ABRAMOVAY, 2010).

Segundo Abramovay (2010), é necessária a mudança da visão difundida que invariavelmente a agricultura familiar seja uma forma de produção de baixa renda e incapaz de gerar ganhos econômicos significativos. Esse autor ainda afirma que esses preconceitos estão presentes no meio acadêmico, popular e até mesmo entre os próprios agricultores. A visão de que a agricultura familiar se refere a algo necessariamente pequeno e sem perspectivas de crescimento, sugere uma

limitação deste setor da agricultura que, pelo contrário, detêm cada vez mais espaço no cenário econômico.

Abramovay (2010) cita três fatores básicos que podem predispor um segmento agrícola familiar a se inserir em um mercado, incorporando inovações tecnológicas e assim buscar a integração ao mercado competitivo, são eles:

- a) de base material com que produzem (extensão e sobretudo fertilidade das terras);
- b) da formação dos agricultores, fator que hoje ganha importância crucial;
- c) do ambiente socioeconômico em que atuam e sobretudo da existência nesse ambiente das instituições características de uma economia moderna: acesso diversificado a mercados, ao crédito, à informação, à compra de insumos e aos meios materiais de exercício da cidadania (escola, saúde, assistência técnica etc.) (ABRAMOVAY, 2010, p.4).

No Brasil a partir de 2006 foi criada a Lei Nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa lei determina que um agricultor classificado como familiar atende aos seguintes requisitos: não detenha área maior do que quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo de renda originada a partir das atividades de agricultura familiar (segundo forma definida pelo Poder Executivo), e dirija o empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, art. 3).

Especificamente sobre a agricultura na região amazônica, Jesus (2000) afirma que as últimas décadas de investimentos no setor agrícola da Amazônia demonstraram que os métodos de monocultura não foram viáveis na região devido o desconhecimento de características específicas da área, como exemplo clima, solo e mercados locais, além de graves impactos ambientais gerados por essas plantações. Para esse autor a vocação da Floresta Amazônica é a heterogeneidade e não homogeneidade. Portanto, a agricultura familiar seria a forma mais viável de produção agrícola para a Amazônia, com o auxílio de seus conhecimentos e práticas tradicionais para a adaptação à região. No entanto, o que se observa na Amazônia é que os modelos dominantes na região são a pecuária extensiva e a monocultura de

soja, os quais possuem políticas de estímulo e apoio de crédito que fazem com que essas atividades continuem em expansão (BECKER, 2002).

2.3 AMAPÁ: O ESTADO SUSTENTÁVEL?

2.3.1 Criação do Estado

O estado do Amapá possui um histórico de ocupação tardia em comparação a outras regiões do território brasileiro. Situado na fronteira da Guiana Francesa, o estado foi área de disputa entre o Brasil e a França, e sua configuração atual somente foi decidida em 1900, com a delimitação de qual o limite do território brasileiro e do território que caberia à França (CARVALHO, 2010). O longo histórico da disputa pelo território do estado do Amapá ocasionou a demora para se efetivar o reconhecimento desse como território brasileiro. Esse cenário levou à tardia implantação e adoção das normas e legislações brasileiras no território do Amapá, em comparação com os demais estados brasileiros.

A ocupação do território do Amapá só iniciou sua efetivação após a separação do estado do Pará, para se tornar um território independente em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, e só passaria a se tornar um estado brasileiro em 1988 (CARVALHO, 2010). A partir disto, o Governo Federal brasileiro iniciou a implantação de ações buscando o povoamento da região, como por exemplo, a implantação de núcleos populacionais e estruturas administrativas. Mas a ocupação local foi mais efetivamente intensificada após a descoberta de minério de manganês no estado, com o início de sua exploração em 1946.

2.3.2 Extrativismo no Amapá

Segundo Drummond (2007), o Território Federal do Amapá nasceu com uma economia predominantemente extrativista, assim como no restante da região amazônica. A economia local do novo território girava em torno, principalmente, da produção de borracha, castanha-do-pará, pau-rosa, sementes oleaginosas, toras de madeira, ouro e pouco gado.

No início do século XX começava na Amazônia o ciclo da borracha e no estado do Amapá se intensificavam as atividades de extrativismo florestal, com

maior destaque para o sul do estado (CARVALHO, 2010). Com o início do ciclo da borracha na Amazônia, o sul do estado do Amapá foi a região que se inseriu nas atividades de extrativismo de seringueira.

2.3.3 Conservação ambiental no Amapá e economia

Provavelmente devido a sua ocupação tardia e por fatores de acesso, escoamento de produção etc, o Amapá hoje representa um dos estados que possui a maior porcentagem de cobertura florestal original, prova disso está no baixo desmatamento do Amapá, o menor de toda região amazônica (24 Km²) no ano de 2016, em comparação com outros estados da região como Pará (3025 Km²) e Roraima (209 Km²), este último apresenta tamanho de território próximo ao do Amapá (INPE, 2016).

Segundo Armelin (2001), a forma como ocorreu a ocupação do território também contribuiu para a atual configuração de extensas áreas sem ocupação e devido isso não degradadas. A concentração da população ocorreu principalmente no eixo da primeira rodovia (parcialmente) asfaltada que corta o estado nos limites norte e sul, e com ramificações pouco impactantes. Outro fator apontado pela baixa exploração do interior do estado são as inúmeras cachoeiras situadas nas bacias hidrográficas da região (Amapá, 2000).

Segundo Carvalho (2010), pode-se afirmar que o estado do Amapá possui a melhor prática no que se refere especificamente à questão de conservação da cobertura florestal original. Considerando-se o baixo índice de desmatamento, o estado do Amapá se configura juntamente com o estado do Amazonas, como os estados mais preservados do Brasil. No entanto, a realidade das políticas ambientais e a implantação dessas no Amapá, ainda está distante do ideal. Processos de fiscalização e consultas públicas para empreendimentos causadores de impactos ambientais, são ainda precários e aquém de um ideal de modelo ambientalmente correto.

O atual foco do Governo do Estado do Amapá em processos de concessões florestais e redução de investimentos e apoio para o desenvolvimento dos setores de agricultura familiar e extrativismo são exemplos desse cenário ambiental do estado e de sua economia. Esse cenário ainda está em desacordo com aspectos

ambientalmente adequados e seu notório e natural potencial para o desenvolvimento mais sustentável e de menor impacto.

Um fator que contribui para a alta conservação florestal do estado é o grande número de APs. Cerca de 72% de seu território é representado por algum tipo de AP (CARVALHO, 2010). Drummond (2007) afirma que devido esse motivo o Amapá está na vanguarda das políticas ambientais brasileiras. Essa característica também é um fator que reforça o potencial do estado para uma economia voltada para atividades de uso sustentável da floresta.

As UCs são em geral bem distribuídas no território do estado (Figura 01), contemplando quase todos os tipos de ecossistemas presentes (com exceção da área de savana amazônica, pouco ou quase nada protegida por UC) e as regiões norte e noroeste do estado são quase totalmente pertencente a áreas de UCs (DRUMMOND, 2007). Essa configuração auxilia na continuidade dos processos ecológicos locais, e hoje se configura no chamado Corredor da Biodiversidade do estado do Amapá.

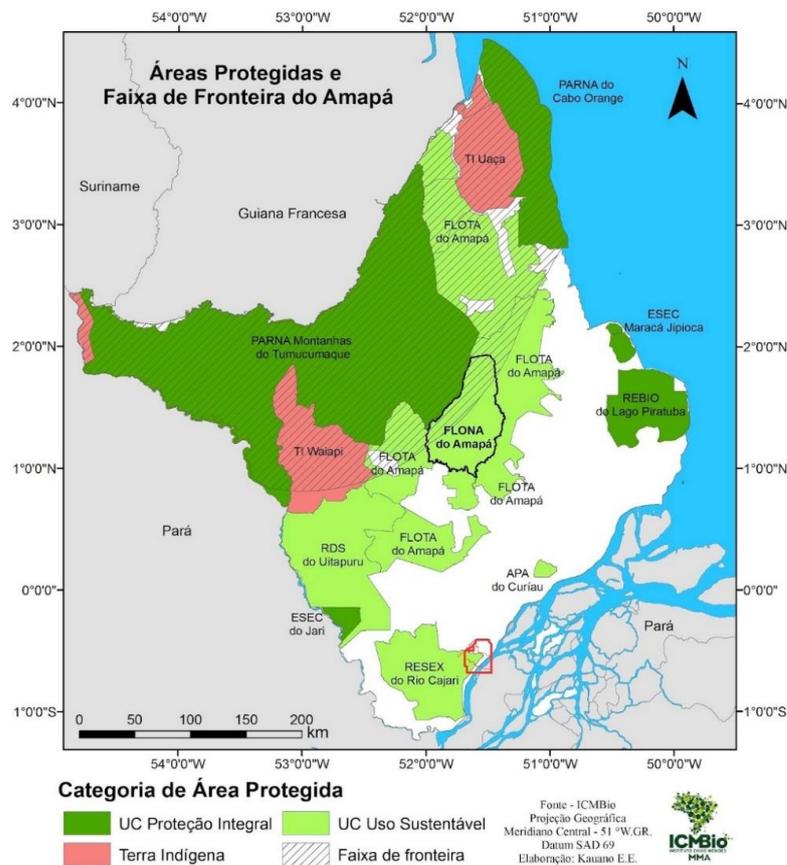


Figura 01 – Mapa das Áreas Protegidas no estado do Amapá.

Elaboração: autora. Fonte dos dados: ICMBIO, 2014.

O Corredor da Biodiversidade do Amapá foi criado em 2003, conectando 14 UCs e quatro TIs que são responsáveis por abranger um total 110 mil km² do território do Amapá. O corredor da biodiversidade se constitui em uma ferramenta de gestão territorial integrada e participativa das APs que o configuram, em busca do desenvolvimento econômico e social de acordo com a conservação da biodiversidade (CI-BRASIL, 2009). O Corredor da Biodiversidade do Amapá foi no momento de sua criação uma proposta inovadora de conservação da biodiversidade no mundo, criação essa realizada por meio de uma parceria inicial do Governo Estadual à época e a ONG Conservação Internacional (CI).

Mesmo que a alta concentração de UCs no Amapá seja vista pelos ambientalistas como um benefício para o estado e para o aspecto ambiental-sustentável da Amazônia, essa questão é controversa e debatida por seguimentos do estado. A existência de alta porcentagem de cobertura do estado por UCs é apontada por muitos como um entrave ao desenvolvimento econômico. Drummond (2007) afirma que as extensas áreas dedicadas às APs no estado, que possuem restrições às atividades produtivas de forte impacto ambiental, condicionam as perspectivas de desenvolvimento, e por esse motivo devem ser analisadas com atenção.

De fato, a situação observada no Amapá é diferente da encontrada na maioria dos estados brasileiros, onde a gama de possibilidades de atividades econômicas desenvolvidas (em sua maioria predatórias ambientalmente) é maior e conseqüentemente possuem uma economia mais diversificada. Devido isso, alguns contestadores da atual configuração territorial conservacionista do Amapá falam em “engessamento” da economia do estado ocasionado pela presença de tais APs (CHELALA, 2008).

No entanto, o que se deve salientar é que nem todas as APs são totalmente restritivas ao uso. As UCs da categoria de uso sustentável possibilitam o uso de parte de seus recursos. E até mesmo algumas das UCs conhecidas como mais restritivas, as UCs de proteção integral, podem também auxiliar no crescimento da economia do estado através de turismo ecológico.

Com isso, emerge um dos indicativos do potencial e tendência por suas configurações territoriais e naturais do estado do Amapá para o foco em uma economia voltada para o uso sustentável da floresta. A grande diversidade de ecossistemas, paisagens e recursos naturais no Amapá, indicam as diversas

possibilidades de atividades econômicas sustentáveis que podem ser implantadas. É possível obter sucesso nessa configuração desde que o estado assuma efetivamente a postura de estado conservado e levante a bandeira da sustentabilidade. A adoção de uma *postura verde* para o Amapá poderia até mesmo auxiliar na comercialização de seus produtos em âmbito nacional e internacional, com a presença de um selo de “estado verde” ou “estado ambientalmente correto”.

Drummond (2007), a respeito desse assunto, lista algumas das medidas que poderiam ser tomadas para o auxílio no desenvolvimento econômico sustentável do Amapá: investimentos públicos de porte nas próprias UCs, programas de pesquisa científica e educação ambiental, estímulos ao ecoturismo, financiamento e assistência técnica em atividades produtivas sustentáveis nas vizinhanças ou interior das UCs, *marketing verde* e certificação ambiental de produtos locais.

Um outro indício da tendência natural do Amapá para a economia de uso sustentável da floresta se refere à sua qualidade de solos. Apenas uma área equivalente a 8% do estado é coberta pelo solo da ordem hidromórfico pouco desenvolvido, tipo de solo que segundo estudiosos é o mais apropriado para a expansão da agricultura familiar na Amazônia (DRUMMOND, 2007).

O estado do Amapá possui um modelo econômico historicamente voltado para fora, exemplo disso foram os primeiros grandes projetos de âmbito econômico realizados no estado: atividade mineradora e extração de celulose (CHELALA; 2003). No âmbito desses projetos os lucros e os recursos naturais eram exportados e o que restou no estado após a saída da empresa mineradora foram degradação ambiental e grande número de desempregados.

Atualmente a economia do Amapá possui grande participação do estado. A participação da administração pública no Produto Interno Bruto da economia do Amapá é expressiva (CHELALA, 2003), demonstrando a dependência econômica do aparato estatal. Por esse motivo, passou a ser conhecida como a “economia de contracheque”. Esta situação aponta para a necessidade de o Amapá desenvolver uma economia que “caminhe com as próprias pernas”, utilizando assim, as potencialidades que o estado possui e que ainda são tão pouco exploradas.

Carvalho (2010) afirma também que o estado ainda não possui resultados econômicos significativos nas atividades sustentáveis, que em alguns momentos foram anunciadas pelo Governo Estadual, mas pouco ou praticamente não desenvolvidas.

2.3.4 Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável no Amapá

Algumas iniciativas relevantes implantadas por governos estaduais no Amapá foram o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) nos anos de 1995 a 2002 e o Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo nos anos de 2003 a 2010 (Figura 2). O PDSA foi uma iniciativa inovadora que tinha como um de seus pilares o fomento à movimentação do mercado local com estímulo aos produtores locais. Dentre as linhas gerais de foco do PDSA estão: valorizar as especificidades naturais e humanas do Amapá em relação às outras regiões da Amazônia; desenvolver uma economia sustentável, baseada na utilização equilibrada dos recursos renováveis (extrativismo, manejo florestal etc.); buscar a justiça social; sair do desequilíbrio entre um desenvolvimento caracterizado por grandes projetos de exploração das riquezas naturais (MOULIN, 2000).

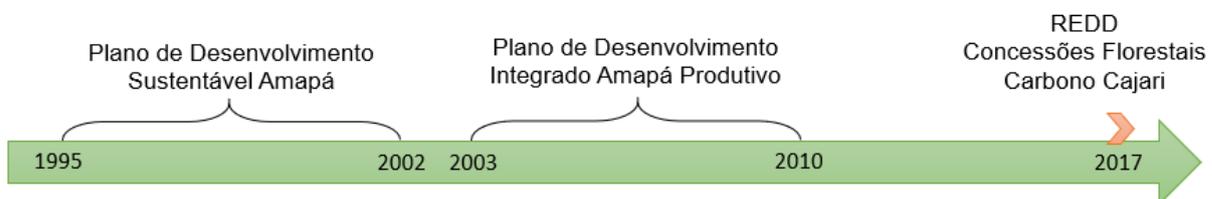


Figura 02 – Linha do tempo das políticas governamentais para o desenvolvimento econômico sustentável implantadas no Amapá.

Fonte: Autora.

O Plano Amapá Produtivo buscava movimentar a economia do estado através de incentivos a Arranjos Produtivos Locais (APLs). Foi priorizado o APL de PFNMs, devido às potencialidades do estado em relação a mercados, inclusive internacionais (NASCIMENTO, 2014). Também foi dentro do período de implantação desse plano que foi criado pelo governo estadual o Corredor de Biodiversidade do Amapá. O Corredor foi um instrumento de gestão que veio afirmar os princípios buscados pelo Plano Amapá Produtivo.

Ainda dentre as ações realizadas no Plano Amapá Produtivo, o Governo do Estado criou a FLOTA do Amapá com a finalidade de realizar atividades de exploração extrativista de madeira. Na época de sua criação e até mesmo alguns

anos após, houveram discussões sobre a legalidade da desafetação da área destinada à FLOTA e questionamentos sobre os impactos que a exploração madeireira na região poderia ocasionar tanto ambientalmente quanto socialmente (NASCIMENTO, 2014).

As diretrizes do PDSA eram: valorização das vantagens comparativas, sustentabilidade da economia, equidade social, utilização de parcerias na execução de projetos, desconcentração das atividades e municipalização (CHELALA C. M., 2003).

A quarta diretriz “utilização de parcerias na execução de projetos” inclui além da realização de parcerias com a iniciativa privada, também a determinação que o Estado apoie técnica e financeiramente cooperativas e associações comunitárias, de modo que estas se capitalizassem e se inserissem no mercado (CHELALA C. M., 2003). Esse tópico presente dentro de uma das diretrizes do programa demonstra a percepção do Governo Estadual da relevância do papel das organizações comunitárias cooperativas e associações para a economia do Amapá. Uma iniciativa mesmo que em um primeiro momento observável somente na teoria, mas que representou um relevante avanço para um estado onde historicamente a economia foi dependente de grandes projetos com capitais internacionais. Portanto, a percepção e valorização de organizações locais e inclusão dessas em planos de governos, representaria uma nova perspectiva de desenvolvimento que se iniciaria com a aplicação do PDSA.

O PDSA em seu balanço final representou uma tentativa de implantação de princípios de sustentabilidade, porém alguns entraves durante sua realização prejudicaram que obtivesse resultados mais consistentes. O PDSA se mostrou uma tentativa bem-intencionada do Governo Estadual do Amapá nos anos de sua vigência (1995 a 2002), porém a falta de preparação da estrutura de governo para a implantação de um projeto tão inovador, atrasou sua efetiva implantação, e a não continuidade do plano devido à troca de governo colocou fim ao programa.

Segundo Chelala (2003), um dos principais motivos para a não continuação dos objetivos do PDSA e de seu insucesso foi o pequeno foco no setor produtivo e econômico. Foi observado que não houve crescimento do setor produtivo no período de vigência do PDSA. A falta de aporte e crescimento da economia prejudicou a formação de uma base mais sólida que propiciasse o fortalecimento de outras áreas

que estavam presentes no programa, como exemplo a produção agrícola e extrativista.

Atualmente algumas das principais ações governamentais realizadas em busca do desenvolvimento econômico do estado de modo sustentável ambientalmente, são: Projeto REDD+ para o Escudo das Guianas, as concessões florestais e o Projeto Carbono Cajari.

O projeto REDD+ para os Escudo das Guianas consiste em um acordo entre os governos dos territórios pertencentes ao Escudo das Guianas (Brasil – estado do Amapá, Guiana Francesa, Guiana Inglesa) com o objetivo de aumentar o capital ambiental dessa região, buscando-se que a partir dos resultados obtidos no presente projeto os países possam estabelecer medidas e políticas cientificamente fundadas para combater o desmatamento e a degradação da floresta dentro da estrutura do REDD+ (IEF-Ap, 2017).

As concessões florestais são delegações onerosas feitas pelo poder concedente, para uso dos recursos florestais em florestais públicas do estado do Amapá, no caso do estado, estão sendo realizadas na FLOTA do Amapá (IEF-Ap, 2017).

O Projeto Carbono Cajari é voltado à comunidade de agroextrativistas de castanha na Reserva Extrativista Rio Cajari, com o objetivo de ampliar a conscientização ambiental dos moradores por meio de um programa de educação ambiental participativo e integrador, respeitando o modo de vida das comunidades e sua relação com a floresta onde vivem e assim estimulando práticas para a fixação de carbono (IEF-Ap, 2017).

CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O local que abrange a realização da pesquisa em âmbito estadual foi o estado do Amapá. Localizado no extremo norte do país, o estado do Amapá possui um território de 142.828,521 Km², uma população estimada de 782.295 habitantes (IBGE, 2016).

Dentro do estado do Amapá o foco da pesquisa se referiu aos municípios abrangidos pelas organizações sociais Bom Sucesso e COOPETRAL, que são: Porto Grande, Pacuúba e Pedra Branca (Figura 03).

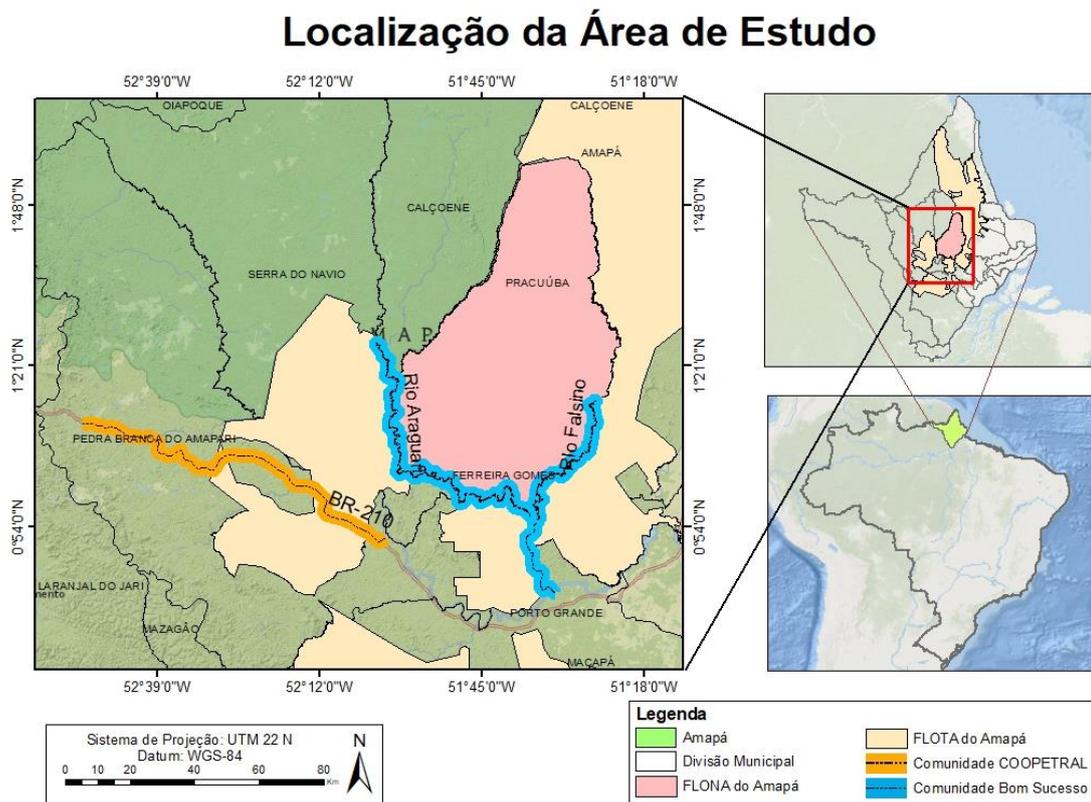


Figura 03 – Localização da área de estudo.

Elaboração: Elaboração própria (2017). Fonte de dados: IBGE (2017).

A Bom Sucesso tem sede administrativa no município de Porto Grande e sua área de abrangência se localiza ao longo do Rio Araguari. Foram aplicados questionários com membros associados da Bom Sucesso, que residem às margens do Rio Araguari e Rio Falsino (braço do Rio Araguari).

A COOPETRAL possui sede administrativa no município de Pedra Branca do Amapará. As comunidades, abrangidas neste estudo para a realização de entrevistas e que possuem membros da COOPETRAL, residem ao longo da Rodovia Perimetral Norte (BR-210), nas comunidades de Tucano I, Tucano II, Nova Divisão, Sete Ilhas e Riozinho.

3. 2 DELINEAMENTO DO ESTUDO

3.2.1 O corpo teórico da pesquisa

O objetivo desse trabalho foi realizar uma análise de percepção dos membros da Bom Sucesso e da COOPETRAL quanto à forma de estruturação e avanços de suas organizações e como essas estão influenciando no desenvolvimento de suas atividades produtivas e como grupos sociais. De uma maneira mais específica o presente estudo buscou analisar de que forma as cooperativas e associações estão organizadas pode estar contribuindo ou não para o sucesso das atividades produtivas desenvolvidas em UCs da categoria de Uso Sustentável no Estado do Amapá.

3.2.2 A construção do objeto

A pesquisa se situa em UCs de Uso Sustentável e suas organizações sociais. Desde 2011 tenho contato com UCs de Uso Sustentável, inicialmente em forma de atividades de estágio voluntário realizado no ICMBio na UC FLONA do Amapá. As atividades iniciais estruturadas em torno de trabalhos burocráticos e auxílio técnico em atividades de conservação me levaram posteriormente ao contato com a comunidade local e à percepção do grande potencial de exploração sustentável dessa UC. A partir disso, em 2013 iniciei atividades de pesquisa sobre o potencial de exploração de PFM pela comunidade local da FLONA do Amapá. Essas pesquisas se estenderam até o início de 2015 e culminaram com minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da graduação.

O contato com a comunidade local e com os gestores da FLONA do Amapá ao longo de quatro anos, de 2011 a 2015, permitiu a realização e aprofundamento de estudos e pesquisas. A partir dessas pesquisas surgiu uma questão: a mudança

e evolução na forma de organização das comunidades locais afetam o desenvolvimento das atividades econômicas realizadas na FLONA? Portanto, dessa forma surgiu a apreensão do objeto de estudo da presente pesquisa.

Posteriormente, foi adicionada à pesquisa a UC, também de uso sustentável, FLOTA do Amapá e a organização COOPETRAL. Essa UC foi selecionada devido sua proximidade com a FLONA do Amapá, e a organização foi selecionada a partir de indicação do chefe gestor da FLOTA, por ser a organização mais antiga e de maior porte presente atualmente na FLOTA do Amapá.

3.3 A FORMULAÇÃO DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

Para manter o foco da pesquisa, a percepção e ênfase em uma visão interna das organizações (através da busca da percepção dos membros das organizações), e realizar uma análise dos atuais processos produtivos das organizações, foram realizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: (i) entrevistas semiestruturadas realizadas com membros das organizações, (ii) consulta a documentos relacionados à criação, organização e estruturação das organizações, (iii) visita às comunidades atendidas pelas organizações e participação em reuniões.

O trabalho de campo foi realizado como segue na Figura 04:

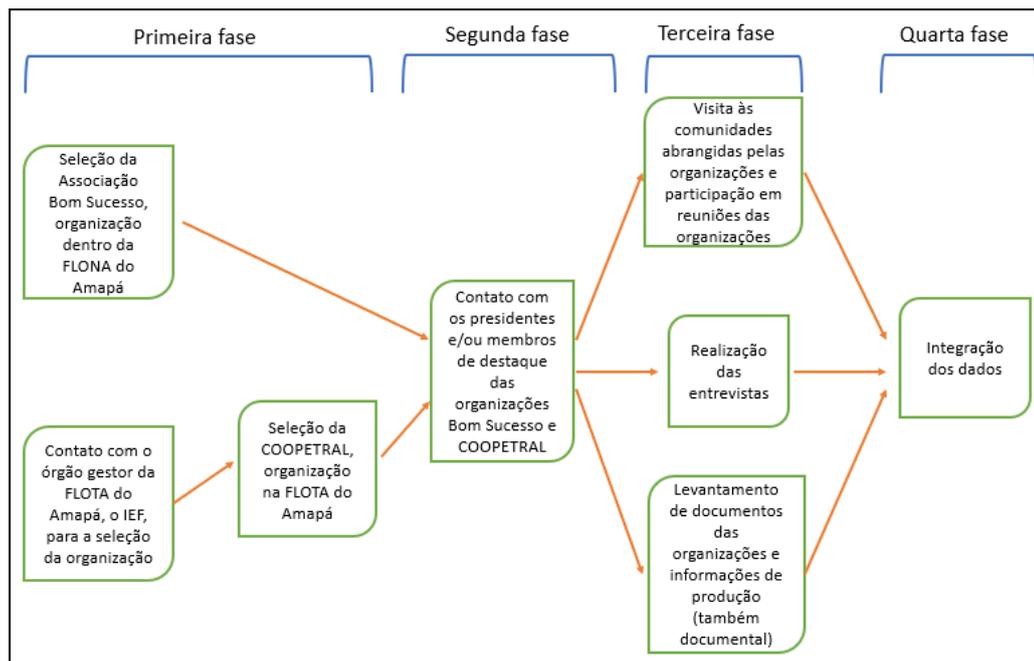


Figura 04 – Esquema de organização da realização da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria (2017).

3.3.1 Primeira fase: seleção das organizações

Associação Bom Sucesso – FLONA do Amapá: A escolha da Associação Bom Sucesso para a realização desse estudo, ocorreu devido a trabalhos anteriores, como já mencionado anteriormente. Um dos motivos foi a observação de que essa organização está em sua fase inicial de desenvolvimento, em que as mudanças na comunidade estão sendo mais recentemente percebidas pelos próprios comunitários. Portanto, o estudo dessa organização seria relevante para a observação dos avanços, dificuldades e processos iniciais de implantação de uma organização solidária em UC.

COOPETRAL – FLOTA do Amapá: Optamos por incluir uma segunda organização também localizada em UC e que possuísse alguma relação com a área da primeira organização. Assim, a FLOTA do Amapá, UC que faz limites com a FLONA do Amapá, inclusive com parte de sua extensão abarcando parte da Zona de Amortecimento da FLONA. A partir da seleção da segunda UC contemplada pelo presente estudo, buscou-se contato com os gestores da FLOTA para obtenção de informações sobre as organizações presentes nessa UC. A partir de conversa com o chefe da FLOTA do Amapá, houve indicação da COOPETRAL como a organização de maior representação e importância atualmente na UC.

3.3.2 Segunda fase: Contato com os presidentes e/ou membros de destaque dentro da organização

Para a obtenção das primeiras informações relevantes para o planejamento das entrevistas, que seriam realizadas com os membros das organizações, foram realizadas entrevistas com os presidentes das organizações e com membros que possuem reconhecido papel de liderança dentro da organização. As principais informações buscadas nesse primeiro contato foram quanto à estrutura das organizações, número de membros, abrangência e principais atividades produtivas desenvolvidas.

O primeiro contato com a Bom Sucesso foi realizado com a Secretária da associação. A atual Secretária é um membro ativo dentro da Bom Sucesso e diretamente relacionada com a organização e execução das atividades atualmente

desenvolvidas pela associação. O contato inicial não foi realizado diretamente com o presidente, devido nesse período sua disponibilidade de tempo estar comprometida pelo envolvimento com a resolução de questões burocráticas e institucionais da associação. No entanto, o contato inicial com a secretária, se mostrou eficaz na obtenção de informações iniciais.

Na COOPETRAL o contato inicial e obtenção de informações nesse primeiro momento foi realizado com o presidente da organização, o Sr. Raimundo Apóstolo (Tabela 01).

Tabela 01 – Contatos iniciais realizados nas organizações estudadas.

Organização	Entrevistado	Função
Bom Sucesso	Arlete Pantoja	Secretária
COOPETRAL	Raimundo Apóstolo	Presidente

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3.3 Terceira fase: visita às comunidades, participação em reuniões, realização das entrevistas e levantamento de informações.

Foram realizadas visitas às comunidades atendidas pelas organizações e, quando possível, observação *in loco* das atividades desenvolvidas por essas. Essas visitas tinham como objetivo observar a forma de organização e relação com a comunidade (Fotos em Apêndice I). As visitas ao campo, como uma forma de observação das comunidades, foram realizadas juntamente no período de realização das entrevistas.

As visitas à FLONA do Amapá foram realizadas com o apoio do ICMBio. Foi cedida embarcação voadeira para o deslocamento do município de Porto Grande até a sede da UC e para o deslocamento dentro dos limites da UC para a realização das entrevistas na comunidade local.

As viagens a campo para as comunidades contempladas pela COOPETRAL, ao longo da Perimetral Norte foram realizadas em companhia do presidente da organização.

A participação em reuniões das organizações buscou a observação de como os membros das organizações participam destas. Foi possível participar de uma

reunião em cada organização, coincidindo com o período das atividades de campo desse estudo.

A reunião na Bom Sucesso ocorreu na data de 20 de janeiro de 2017, foi realizada na base da FLONA do Amapá (instalação de posse do ICMBio) cedida para essa reunião pelo órgão. As principais pautas da reunião foram: apresentação à comunidade de resultados de pesquisa realizada na UC sobre desova de quelônios e a relação da comunidade com o órgão gestor e com as atividades de fiscalização ambiental local.

A reunião na COOPETRAL foi realizada na data de 28 de janeiro de 2017. Essa reunião não foi estritamente da COOPETRAL, a reunião foi convocada e organizada pelo órgão gestor da FLOTA e teve como pauta “a concessão florestal do módulo II da FLOTA do Amapá”. Devido a este módulo contemplar parte da área de abrangência da COOPETRAL, a organização foi uma das convidadas a dita reunião.

Além da participação nessa reunião foi possível participar de outras reuniões dentro das comunidades atendidas pela COOPETRAL. Essas reuniões foram realizadas no período de 22 a 24 de fevereiro de 2017 e tiveram como pauta principal a divulgação do cronograma de atividades da organização para o ano de 2017 e a convocação para a Assembleia Geral da COOPETRAL que ocorreria em março do mesmo ano. Nesse período ocorreram um total de três reuniões, nas comunidades Nova Divisão, Tucano I e 7 Ilhas. Durante as reuniões foi possível observar a relação dos cooperados (e futuros cooperados) com o presidente e suas participações durante as reuniões.

As entrevistas abertas semiestruturadas foram realizadas com os membros das organizações e possuíam um roteiro pré-estabelecido (Apêndice II). As entrevistas foram realizadas ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e buscaram abranger o maior número possível de membros das organizações, de acordo com as viagens à campo realizadas.

A identificação dos membros foi possível devido à prévia indicação da secretária da Bom Sucesso e do Presidente da COOPETRAL, por meio de listas com os nomes dos membros das organizações e suas localizações.

Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice III), no qual autorizavam a gravação de áudio da entrevista, a divulgação

com fins científicos das informações fornecidas pelos mesmos e a sua participação no presente estudo, tendo o direito de a qualquer momento solicitar a sua retirada.

Foram entrevistados um total de 40 membros da Bom Sucesso nos períodos de 18 a 21 de janeiro e de 17 a 19 de fevereiro de 2017, as entrevistas tiveram duração de 20 min à 1 h. Na COOPETRAL foram entrevistados 14 membros no período de 22 a 24 de fevereiro de 2017. A dificuldade de deslocamento até a região e complicações no estabelecimento de contato com o presidente da COOPETRAL dificultaram a realização de maior número de entrevistas³.

O levantamento de informações documentais das organizações ocorreu durante todo o período de campo da pesquisa. Os documentos relacionados à estruturação das organizações, dados financeiros das atividades desenvolvidas foram cedidos pelas próprias organizações e se constituíram nos estatutos das organizações, atas de reuniões, contratos (de produção, de serviços etc) e gastos e receitas da produção.

As informações obtidas durante às visitas com a observação do desenvolvimento das atividades produtivas, da relação da comunidade e da participação nas reuniões foram anotadas em caderno de campo durante as visitas e foram fotografadas, quando possível. As entrevistas foram gravadas em áudio. E os documentos foram obtidos em cópia digital, quando viável, e fotografados para armazenamento também em formato digital.

3.4 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos durante as fases da pesquisa de campo em formato de áudio, imagens, anotações e documentos foram separados conforme os objetivos específicos do presente estudo, como descrito a seguir:

- a) Descrição das características socioeconômicas das comunidades e seu histórico no uso dos recursos naturais;
- b) Análise das organizações sociais - Bom Sucesso e COOPETRAL;
- c) Análise das atividades produtivas econômicas das atividades extrativistas e agrícolas das organizações;

³ As viagens seriam realizadas com o presidente da COOPETRAL, devido ao nosso desconhecimento das localidades e membros atendidos pela organização.

- d) Estabelecimento de relação entre as organizações e o desenvolvimento das atividades produtivas.

3.5 LIMITAÇÕES DAS TÉCNICAS DE PESQUISA APLICADAS

Algumas limitações da pesquisa são descritas a baixo:

a) As entrevistas realizadas com os participantes da COOPETRAL não foram totalmente isentas de influências externas nas falas dos entrevistados. Essa situação ocorreu devido à presença do presidente durante as entrevistas, devido as viagens terem sido realizadas juntamente com o presidente. Portanto, foi percebido que a presença do presidente influenciou nas respostas de algumas questões abordadas durante as entrevistas, principalmente nos tópicos sobre os problemas encontrados na organização e pontos que deve melhorar. Notou-se que devido a presença do presidente as respostas sempre foram positivas na abordagem destes temas.

Ao longo das entrevistas também o presidente por vezes entrevistou diretamente na fala dos membros entrevistados, inserindo informações durante suas falas.

Uma alternativa para sanar esta problemática em um cenário com maior disponibilidade de recursos financeiros para a execução da pesquisa, seria somente obter os contatos e localizações dos associados e realizar as viagens e consequentemente as entrevistas sem a presença de outros membros da organização.

b) O número de membros entrevistados da COOPETRAL foi abaixo do esperado. Isso ocorreu devido à dependência da disponibilidade do presidente da organização para a execução das viagens de campo. Nas comunidades abrangidas pela COOPETRAL apenas alguns comunitários participavam como membros da organização, também por essa razão em um primeiro momento o acompanhamento de algum membro da organização se fazia necessário para a identificação de outros membros para as entrevistas.

c) As informações sobre a produção das organizações e dados financeiros relacionados foram em menor volume do que o esperado. Um exemplo é a ausência de dados sobre os gastos de produção dos produtores da COOPETRAL e as receitas da Bom Sucesso. Essa situação impossibilitou a análise de viabilidade

econômica das atividades produtivas, previsto no projeto inicial. Dentre os objetivos iniciais do projeto da presente dissertação constava tópico referente a este tema. Esse tópico teria a função de trazer maior embasamento para a análise dos avanços oriundos da realização das atividades produtivas nas comunidades. Portanto, diante da ausência de dados suficientes para a análise matemática optou-se por retirar este objetivo do escopo de análise da pesquisa.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos resultados obtidos com a realização da pesquisa, foi utilizado principalmente a consulta a bibliografias da área de conhecimento pesquisada. Também foram utilizados gráficos para melhor visualização dos resultados. E dados econômicos foram trabalhados em matemática simples para a obtenção de dados de porcentagem e médias, também visando a melhor visualização e entendimento para a análise.

Como o foco do estudo foi uma análise de percepção dos membros das organizações foram utilizadas além das descrições dos posicionamentos e percepções desses, a incorporação no texto de trechos de falas diretas dos membros, visando dar ênfase em suas opiniões.

Na estruturação dos resultados para a análise primeiramente foram trabalhados com os dados de caracterização das comunidades, em seguida de caracterização e modo de organização da Bom Sucesso e da COOPETRAL. E a partir dos resultados e análises obtidas destes dados, foi elaborada a análise da relação entre as atividades produtivas desenvolvidas por estas organizações e o modo como estão estruturadas as organizações.

CAPÍTULO 4 - OS CASOS DA ASSOCIAÇÃO BOM SUCESSO E DA COOPETRAL

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

4.1.1 Comunidade da Associação Bom Sucesso

A população da FLONA do Amapá formada por 96 famílias, incluídas tanto aquelas residentes no interior de seus limites quanto as de seu entorno (ICMBio, 2008). Em sua maioria são formados por imigrantes vindos do vizinho estado do Pará. Fazendo referência especificamente aos entrevistados, a maioria reside há mais de 10 anos na área (Gráfico 01).

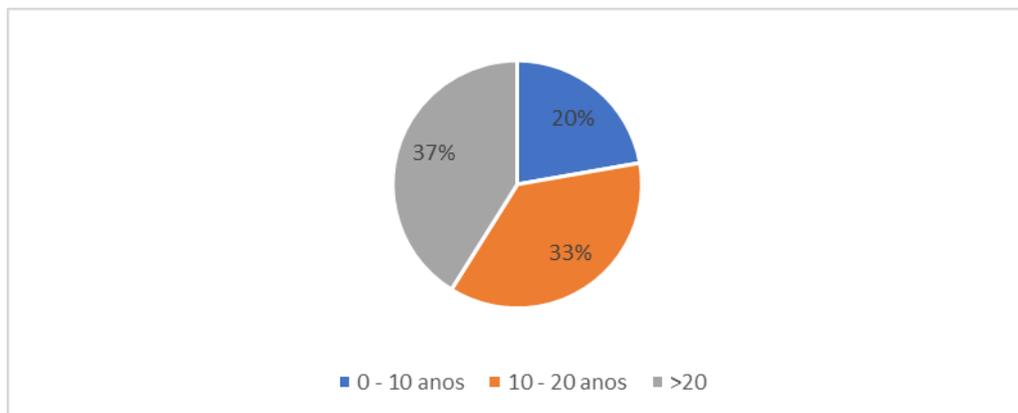


Gráfico 01 – Tempo médio de residência na localidade dos membros da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa

Uma quantidade considerável, cerca de 30% dos entrevistados, residem na localidade em média há 30 anos. Observou-se a existência de moradores muito antigos nas margens do Rio Araguari, com casos de terras herdadas dos pais que já residiam na área anteriormente, e casos de imigrantes, principalmente do estado do Pará, que chegaram na região também há muitos anos e fixaram moradia na comunidade. Dados similares aos produtores extrativistas da Bom Sucesso, foram encontrados por Kouri et al. (2001) em comunidade de extrativistas de açaí na região da costa do Amapá. Segundo os autores, o tempo médio de residência dos extrativistas na localidade foi de 29 anos, e as principais naturalidades destes são do Amapá e do Pará (KOURI et al., 2001).

Em média a maior parte dos produtores entrevistados da Bom Sucesso possui faixa etária maior de 50 anos (Gráfico 02). Os entrevistados mais jovem e mais velho da Bom Sucesso possuíam 29 e 70 anos, respectivamente. Em comparação com outro grupo de extrativistas também do estado do Amapá, nesse caso, extrativas de açaí da costa do Amapá, observou-se a concentração de extrativistas nas faixas etárias de 31 à 40 anos e de 41 à 50 anos, portanto, em geral esses extrativistas são mais jovens do que os entrevistados da Bom Sucesso (KOURI, 2001).

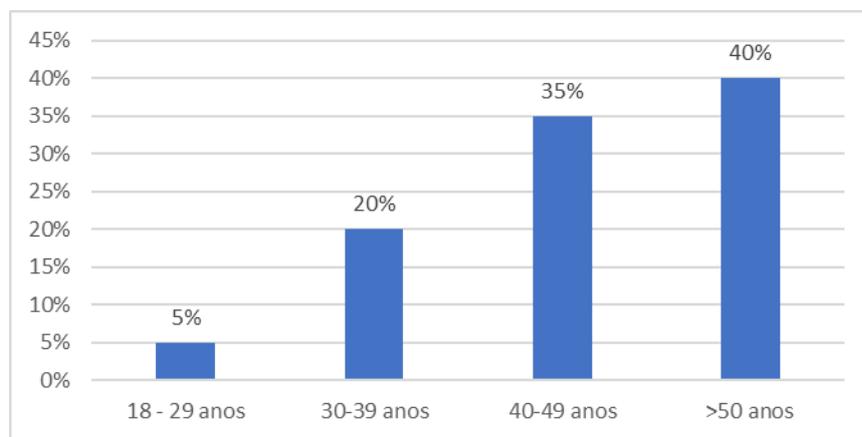


Gráfico 02 – Distribuição etária dos entrevistados da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

São famílias ribeirinhas residentes às margens dos Rios Araguari e Falsino, que dependem dos recursos retirados da floresta, como o extrativismo e os cultivos (um cenário que vem se ampliando atualmente devido ao documento de concessão de plantios, cedido pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá – IEF-Ap aos moradores que residem em áreas de influência da FLOTA⁴), denominados “roças” pelos comunitários. Esses plantios são realizados próximos às suas residências que se localizam às margens do rio.

A relação que se dá entre o extrativismo e a agricultura nas comunidades estudadas é muito distinta. Entre os associados da Bom Sucesso todos os entrevistados realizam atividades de extrativismo e de agricultura. No entanto, a agricultura é essencialmente de subsistência com um total de apenas 20% dos

⁴ Este documento é denominado Carta de Anuência e “concede aos proprietários que estão no entorno da área de concessão da FLOTA do Amapá, o direito de desenvolver atividades de agricultura, extrativismo de produtos florestais não madeireiros e manejo florestal familiar ou comunitário” (SANTOS, 2016).

entrevistados realizando comercialização, e apenas em quantidades pequenas e somente quando ocorre sobra do que foi consumido pela família. E o extrativismo é utilizado tanto para subsistência como para a comercialização, sendo que 80% dos entrevistados realizam a comercialização em algum nível. Esse cenário é similar ao encontrado por Kouri et al. (2001), onde o extrativismo é praticado pela maioria de seus entrevistados (67,6%) e um total de 12,4% praticam atividades agrícolas para comercialização.

Sobre a renda das famílias dos produtores entrevistados, a Bom Sucesso possui média de menos de um salário mínimo por família ao mês (0,7 salário mínimo/mês).

Sobre a composição da renda, os associados da Bom Sucesso em sua maioria possuem como principais fontes de renda os benefícios sociais (aposentadoria, bolsa verde, bolsa escola), a pesca e o extrativismo (Gráfico 03). Composição de renda semelhante foi encontrada por levantamento da estrutura de renda de produtores da Reserva Extrativista do Rio Cajari, localizada ao sul do estado do Amapá. Nessa localidade observou-se que a renda dos produtores era composta por além das atividades extrativistas, também as atividades de agricultura e outras rendas como pensões, aposentadorias, programas sociais dos governos (KOURI et al., 2002). No entanto, o valor médio da renda desses produtores não apresenta semelhança com os produtores da Bom Sucesso. Foi apontada uma renda média de 3,5 salários mínimos/mês para as famílias nessas comunidades (KOURI et al., 2002).

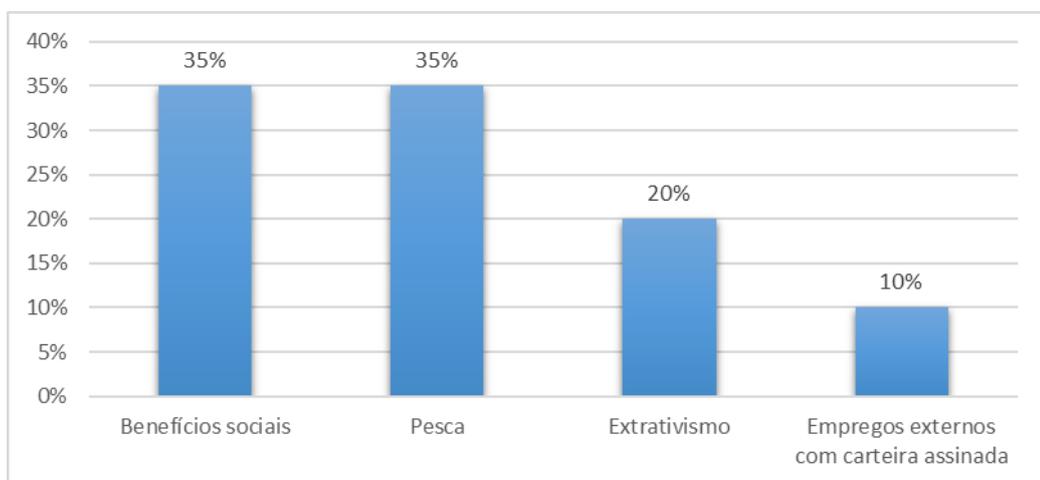


Gráfico 03 - Composição da renda dos associados da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

Um ponto interessante é que alguns comunitários que hoje residem na localidade, foram atraídos para a região devido à atividade garimpeira que ocorria em uma área que hoje se encontra dentro do território da FLONA. Antes da criação da UC (em 1989) e até mesmo muitos anos após, a atividade garimpeira na região era intensa em uma área denominada Igarapé Capivara⁵. Essa atividade foi somente totalmente desativada no ano 2009. Após o encerramento do garimpo alguns garimpeiros que tinham migrado para a região devido à atividade, decidiram permanecer na localidade e com o tempo passaram a desenvolver atividades características da vida ribeirinha. A partir da existência da UC e sua gradual implantação, muitos passaram a perceber a relevância da proteção e conservação ambiental, passando assim de agentes de degradação do meio ambiente para defensores e praticantes de atividades sustentáveis na região.

Uma característica observada e frequentemente repetida dentre os entrevistados, foi a permanência nas residências somente dos integrantes “mais velhos” das famílias (Gráfico 04). Os jovens, filhos e netos das famílias, em geral residem nos centros urbanos próximos, nos municípios de Porto Grande, Santana e Macapá. Os mais jovens se deslocam para os centros urbanos em busca de acesso à educação, visto que, na comunidade local existe apenas uma escola de ensino fundamental (às margens do Rio Araguari) que não possui estrutura física e educacional adequada para atender a comunidade.

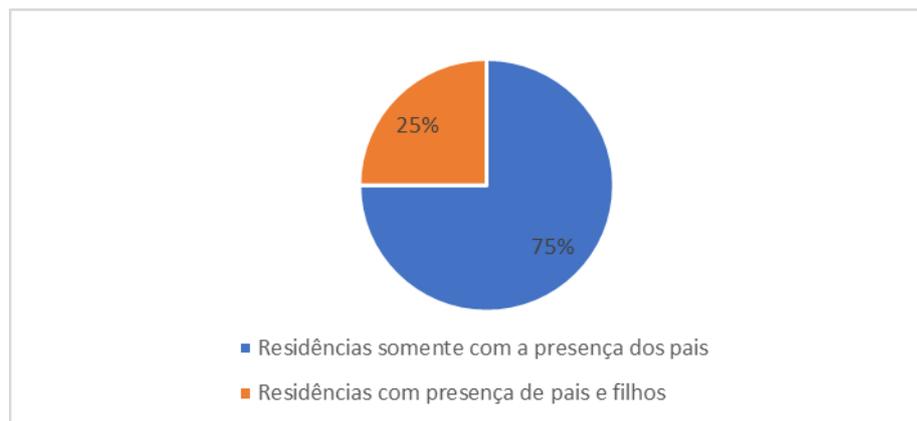


Gráfico 04 – Permanência dos filhos na comunidade da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

⁵ Esta área atualmente integra a Zona de Recuperação, prevista no Plano de Manejo da FLONA-AP. Esta Zona tem como objetivo “promover a recuperação e/ou restauração das áreas degradadas, visando mitigar os impactos causados pelos antigos garimpos e controlar a degradação dos recursos naturais” (ICMBio, 2014b, p. 46).

Esse cenário é preocupante para a continuação entre gerações (intergerações) das atividades extrativistas na localidade. Mesmo que a agricultura, principalmente mais recentemente, tenha ganhado espaço na vida dos ribeirinhos, ainda assim a atividade extrativa possui importante lugar em seu cotidiano. A obtenção de produtos da floresta para o consumo pessoal ou para a venda, ainda é uma das atividades frequentemente desempenhadas pelos “mais velhos”. E exatamente devido a somente os “mais velhos” deterem o conhecimento da realização das atividades extrativistas, essas podem não se propagar. Essa situação é gerada pela ausência de interesse dos mais jovens de permanecer na localidade e de aprender e se dedicar às atividades relacionadas à floresta. Segundo Peres (2011), a relevância da transmissão dos saberes aprendidos e passados de geração em geração está na finalidade deste em assegurar a reprodução do modo de vida de uma comunidade, possuindo assim papel significativo na prática cotidiana. Portanto, a reprodução do modo de vida dessa comunidade pode estar comprometida pela atual situação observada.

Mesmo que ainda a situação mais comum seja a saída dos filhos para a cidade, ainda é notado em menor quantidade, a reprodução de residências de uma mesma família no local. A relação de parentesco entre parte da comunidade é comum. Há terrenos divididos entre pais, filhos e irmãos, que realizam o cultivo da terra e o extrativismo.

Mesmo que todos os entrevistados tenham afirmado que realizam (ou já realizaram) atividades de extrativismo através da coleta, notou-se que apenas uma minoria de comunitários detêm o conhecimento dos processos necessários para a obtenção dos produtos a partir dos recursos naturais coletados (Gráfico 05). Como exemplo, pode-se citar o processo de obtenção do óleo de andiroba⁶. Poucos ribeirinhos na região têm conhecimento para a realização do processo desse processo. Por esse motivo, é comum que alguns comunitários colem as sementes e não realizem o processo de extração do óleo e repassem para outros comunitários locais o fazerem.

⁶ O óleo de andiroba é um produto retirado das sementes de andiroba, através de um processo que envolve várias etapas que necessitam da manipulação correta. O processo é considerado extenso, demorando dias para a obtenção do produto final que é o óleo.

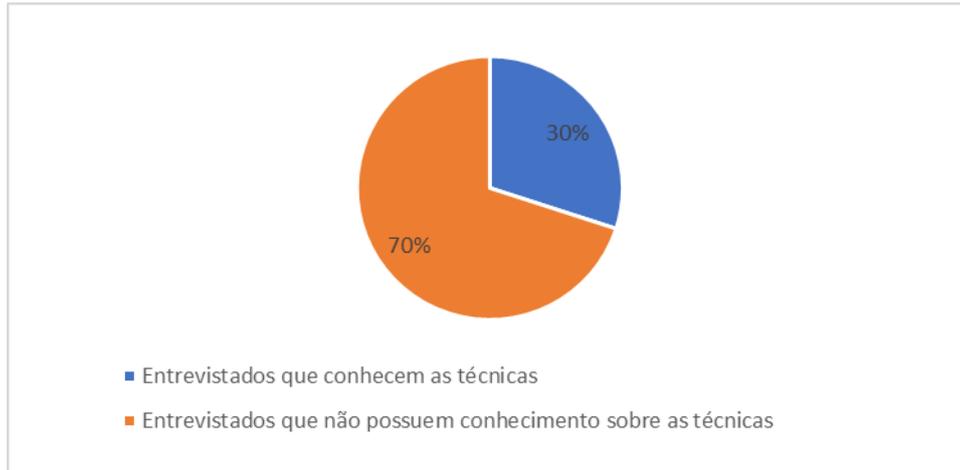


Gráfico 05 – Entrevistados que possuem conhecimento sobre o processo de extração do óleo de andiroba na comunidade da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa situação pode ser ocasionada devido ao próprio abandono das práticas extrativistas pela comunidade, nesse caso, não somente pelos mais novos, mas também pelos adultos. Pois nota-se que nem mesmo os adultos estão demonstrando interesse em aprender e realizar todas as etapas relacionadas à produção extrativista. Provavelmente isso ocorre devido à prática extrativista não ser a principal geradora de renda na comunidade.

Uma situação contrária a essa pode ser observada na Reserva Extrativista do Rio Jutaí no estado do Amazonas. Cardona Calle, Vieira e Noda (2014) afirmam que, nessa UC observou-se que ocorre a transmissão da aprendizagem das técnicas extrativistas entre familiares, entre comunitários mais velhos e até mesmo entre indígenas e comunitários. E essa transmissão e motivação de obtenção de conhecimentos pelos mais jovens e até mesmo por adultos que ainda não conheciam as técnicas foi intensificada consideravelmente nos últimos anos devido ao crescimento econômico proveniente do extrativismo na UC. Atualmente a atividade extrativista é a principal fonte de geração de renda para os comunitários desta UC.

Outra situação observada é a não permanência em tempo integral na localidade. Alguns entrevistados afirmaram que possuem residência também na cidade vizinha, Porto Grande, e intercalam períodos de permanência na cidade e na localidade ribeirinha. No entanto, mesmo existindo esse cenário de entrevistados que não se dedicam totalmente às atividades relacionadas à vida ribeirinha, a

maioria se dedica integralmente e tem as atividades realizadas no “seu terreno” como a principal, e por vezes a única fonte de renda para sua subsistência (Gráfico 06).



Gráfico 06 – Permanência dos entrevistados da Bom Sucesso na comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma situação mais atual que tem mudado o cenário de ribeirinhos que não residem em tempo integral na comunidade é justamente as recentes concessões de plantio. O plantio de roças necessita que se tenha frequente manutenção da área, com limpeza através da capina e com o afastamento de espécies predadoras. Portanto, devido a essa nova situação no cotidiano dos comunitários locais, alguns estão percebendo a necessidade de permanecerem durante períodos mais longos em seus terrenos.

Além do mais, a atual e crescente precariedade de oferta de empregos na cidade (queixa dos entrevistados) é mais uma situação motivadora para a volta aos seus terrenos. Os ribeirinhos entendem que na cidade precisam de dinheiro para a obtenção de alimentos para a subsistência de suas famílias. Assim, se não conseguem empregos na cidade para obtenção de dinheiro, logo não conseguem meios de alimentar suas famílias. Portanto, se voltam para a vida ribeirinha, onde o dinheiro não é a única forma de obtenção de alimentos.

Morando na floresta os ribeirinhos podem obter alimentos através somente de sua própria disposição de busca. Eles podem obter alimentos através da pesca, da caça, do plantio, do extrativismo, etc. Sobre a base alimentar de um ribeirinho, Diegues (2001) afirma que o peixe e a farinha de mandioca se constituem nos principais elementos de sua dieta alimentar. Dessa forma, os ribeirinhos da Bom

Sucesso residindo na comunidade podem eles mesmos produzir sua farinha e assim terem a base de sua alimentação garantida, uma realidade muito encontrada na comunidade.

Uma situação crítica relacionada a esse cenário, é exemplificada na história de um comunitário que tinha filhos estudando na rede pública de ensino da cidade de Porto Grande, e por esse motivo permanecia um período de tempo maior no centro urbano. O comunitário e sua família somente se dirigiam à comunidade aos finais de semana, feriados e férias, para que as crianças não faltassem à escola. No entanto, no final do último ano (final de 2016), devido à falta de emprego e a impossibilidade de obtenção de alimentação na cidade, os pais decidiram permanecer em tempo integral na comunidade e retirarem seus filhos da escola, na busca de sobrevivência alimentar da família.

Esse aumento do desemprego é uma realidade local, reflexo também do cenário nacional. A confirmação dessa tendência está no notório aumento das taxas de desemprego nos últimos anos. Analisando os últimos 6 anos, segundo dados divulgados pelo IBGE no ano de 2010 a taxa de desemprego era de 6,7% e no ano de 2016 a taxa de desemprego foi de 12% da população economicamente ativa (IBGE, 2017).

Outro ponto a se enfatizar a partir disto, é a questão da educação dos jovens na localidade. Além da dificuldade de permanecer nos centros urbanos (onde se possui uma melhor oferta de ensino educacional, segundo os moradores) devido à precariedade de recursos financeiros, outro fator que dificulta o desenvolvimento educacional dos jovens é a falta de motivação dos próprios jovens. Segundo uma comunitária local:

[...] Tem menino aí que não tá estudando que nem a base de taca lá na cidade ele vai pra escola, ele diz que não vai, não vai e não vai. A escola é o principal para as crianças estudarem, é o que a gente torce. Porque hoje em dia a gente deve ter toda criança na escola. Isso é um grande atraso pra esses jovens. Chega na quarta série e para e se a mãe joga pra cidade, o que que acontece? As meninas se jogam na prostituição e os meninos se apadrinham logo para o caminho errado, que só dá coisa errada. Então tendo um colégio aqui, acho que seria ótimo demais pra eles neh? Tem gente aí de cima que não tá estudando, que não tem taca que façam eles irem estudar em Porto Grande. Porque dizem que lá em Porto Grande não

dão nada, é tudo comprado, e é verdade porque lá tem que ter dinheiro [...] (Associada entrevistada em 20/01/2017).

A precariedade do ensino na comunidade com uma escola que atende poucas séries e ainda com um ensino e estrutura física inadequados, segundo os entrevistados, também pode ser uma das razões do desinteresse das crianças e dos jovens em frequentar a escola local. Mesmo dentre os entrevistados (adultos) foi observado baixo nível de escolaridade e alguns casos de analfabetismo (Gráfico 07). Essa é uma realidade frequentemente encontrada em comunidades ribeirinhas amazônicas. Na comunidade ribeirinha residente às margens do Rio Araraiana na Ilha do Marajá no Pará, Mendes (2008) encontrou situação semelhante. Constatou-se a baixa escolaridade dessa comunidade e elevado índice de analfabetismo. A explicação apontada pelo autor do estudo foi a ausência de políticas públicas destinadas à melhoria do sistema educacional na comunidade. Essa ausência é percebida na única escola local que atende somente as séries até o Ensino Fundamental e que trabalha com um currículo descontextualizado com a vida local (MENDES, 2008).

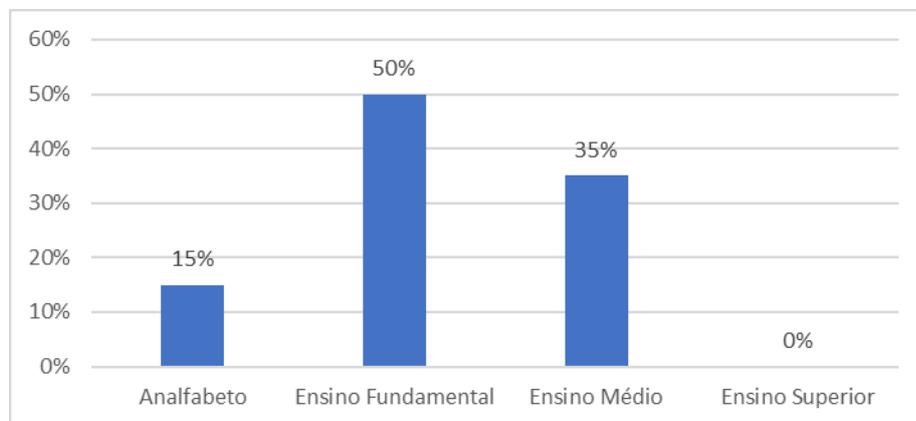


Gráfico 07 – Escolaridade dos entrevistados da Bom Sucesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

O plantio realizado pela comunidade, talvez devido a seu início recente, é fundamentalmente destinado para suprir as necessidades alimentares da família. Não ocorre expressiva venda para centros urbanos. São plantados principalmente abóbora, couve, mandioca, banana e milho, com o objetivo, justamente, de compor a dieta alimentar da família.

A atividade de pesca e caça realizada pelos comunitários é regulada por órgãos ambientais responsáveis pela regulamentação de acesso a estes recursos (IBAMA, Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá – SEMA-Ap) e órgão gestor da UC. Sobre a pesca, a maioria dos entrevistados além de participarem como membros da Associação Bom Sucesso, também são membros da colônia de pesca local, a Colônia de Pesca Z-16. Devido a isso, são cadastrados junto aos órgãos responsáveis como pescadores e detêm os direitos e deveres segundo a regulamentação do setor e legislação pesqueira. Estando sujeitos, por exemplo, ao dever de cumprir as restrições quanto a quantidade pescada no período de defeso, e ao benefício de retirada do Seguro-defeso nesse período. Quanto à caça, esta é permitida desde que seja somente para fins de consumo da família, e de acordo com a legislação nacional⁷.

Na região além da presença da colônia de pesca, também existe uma área de assentamento, o Projeto de Assentamento Manoel Jacinto. Portanto, existem três organizações que possuem influências na comunidade local: a Associação Bom Sucesso, a Colônia de pescadores e o Assentamento. No entanto, essas organizações não estabelecem qualquer tipo de relação entre si, por mais que duas dessas (Bom Sucesso e Colônia Z-16) possuam membros em ambas.

O acesso a serviços de saúde é outro ponto muito discutido pelos comunitários. Devido a não existir postos de saúde na localidade, os ribeirinhos precisam se deslocar para Porto Grande em busca de qualquer tipo de tratamento. Por vezes, é necessário o deslocamento para centros urbanos mais distantes devido a também precariedade do serviço de saúde pública oferecido em Porto Grande. Essa situação pode ser percebida na afirmação de um dos comunitários entrevistados:

[...] O que a gente achava que melhora mais pra gente aqui, ribeirinho, era uma escola e um posto médico, aí já ajudava bastante. Porque aqui a gente pega uma malária, uma 'febre de gripe' e outras coisas que aparecem. Porque é assim qualquer coisa aparece uma doença na pessoa. E a gente tem que ir pra Porto Grande, tendo condição ou não tendo a gente tem que ir. Porque aqui não tem pra onde correr [...] (Associado entrevistado em 19/02/2017).

⁷ Segundo a Constituição Federal e a Lei do Sistema Nacional de UCs (9.985/2000) a caça é permitida desde que em casos de extrema necessidade, ou seja, em que não haja outro recurso para alimentação da comunidade.

O transporte na comunidade da FLONA é realizado por via fluvial. As embarcações utilizadas pela comunidade são formadas mais comumente por barcos pequenos de madeira sem motor e movidas à remo, de madeira com porte mediano movidos a motor, e de alumínio movidos a motor. Devido aos custos e benefícios envolvidos, o meio mais utilizado são embarcações de madeira de médio porte movidas a motor. Essas são utilizadas para a locomoção de suas casas até Porto Grande, navegando pelo Rio Araguari, uma distância média de 50 Km.

A relação da comunidade com o órgão gestor da FLONA (ICMBio) é próxima, havendo relevante troca de informações entre ambos. A presença de uma base do ICMBio na localidade provavelmente seja um dos principais motivos dessa proximidade. O mesmo não é tão perceptível quanto à relação local com o órgão gestor da FLOTA – IEF, (UC que também abriga em seus limites moradores locais e associados da Bom Sucesso).

Outro aspecto da relação mais próxima do órgão gestor da FLONA, o ICMBio, com os comunitários locais se refere à prestação de serviços. É comum que comunitários frequentemente prestem serviços para o ICMBio como assistentes de campo, pilotos de barco, cozinheiras e faxineiras. Essas atividades são realizadas durante atividades de pesquisa e atividades realizadas pelo órgão gestor como por exemplo, fiscalizações.

A presença do ICMBio na localidade de forma mais ativa, se configura como um importante inibidor de degradações ambientais como a caça indevida, o corte de árvores e a pesca indevida. A realização de ações de fiscalização, mesmo que esporádicas, e as visitas frequentes dos analistas ambientais em datas não divulgadas pela equipe gestora, representa uma forma de inibir a ação tanto de moradores locais que realizem atividades indevidas de degradação ambiental, como caça e pesca ilegais, quanto de pessoas de fora da comunidade (MAGALHÃES et al., 2010). Uma deficiência na gestão da UC é o reduzido número de analistas ambientais do ICMBio, apenas dois estão hoje destinados às atividades de monitoramento, fiscalização, gestão e atividades burocráticas da UC.

A deficiência de analistas ambientais na gestão das UCs é uma situação crítica e encontrada em todo o Brasil. Informações noticiadas alertam para o mesmo problema de número insuficiente de analistas ambientais na gestão de UCs em biomas como a Caatinga e em estados como Rio de Janeiro e Santa Catarina,

provocando situações como ameaças à preservação devido à ausência de fiscalização adequada, problemas com a efetividade da gestão e implantação do plano de manejo (MENDES, 2014; POTTER, 2014; VILLELA, 2017).

Os moradores apresentam boa percepção e conhecimento quanto a localização na FLONA e FLOTA do Amapá e de seus limites. Possuem conhecimento sobre em qual UC seus terrenos se localizam. Isso representa um ponto relevante, demonstrando que a comunidade detém o mínimo de conhecimento sobre a regulação de seus terrenos e de quais órgãos estão sujeitos as normas.

As residências dos comunitários são de madeira e em sua maioria de palafitas (alguns metros distantes do chão, para evitar que em períodos de cheias suas residências sejam atingidas). No geral as residências são simples, algumas possuindo apenas cobertura e sem paredes (Figura 05). Cenário que aos poucos vem se modificando através de atividades de mutirão realizadas por iniciativa dos membros da Bom Sucesso (iniciativa que será abordada no item 4.2.1.3).



Figura 05 - Moradia de um dos associados entrevistado da Associação Bom Sucesso.

Fonte: Foto de autoria própria. Pesquisa de campo em 18 de fevereiro de 2017.

A rede elétrica do estado, distribuída pela Companhia de Energia Elétrica do Amapá (CEA), não possui extensão até a comunidade local. Alguns poucos moradores possuem gerador de energia, e a grande maioria não tem qualquer

acesso à energia elétrica. Na localidade também não se possui cobertura de sinal de telefonia.

Uma situação externa que atualmente está afetando a comunidade é a recente construção de uma usina hidrelétrica no município vizinho, em uma região do Rio Araguari acima de onde está localizada a comunidade. A Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão está em fase de testes e alguns impactos já foram sentidos pela comunidade. Essa é uma questão relevante, visto que impactos ambientais nessa região afetarão diretamente a vida ribeirinha, já que essas são dependentes dos recursos naturais que as circundam tanto para sua alimentação, sustento financeiro como locomoção. Sobre alguns dos impactos percebidos, um entrevistado afirmou:

[...] Disseram que a água ia chegar até ali na casa do meu cunhado e chegou até lá na FLONA. Disseram que a água não ia crescer pra lá e chegou pra lá [...] E as pessoas mais prejudicadas são os ribeirinhos. Teve uma época que sumiram os peixes. Não tinha peixe de jeito nenhum e depois apareceu de novo [...] A gente pescava aí e não tinha peixe [...] (Associado entrevistado em 17/02/17).

4.1.2 Comunidades da COOPETRAL

Os entrevistados da COOPETRAL pertencem a cinco comunidades localizadas no município de Pedra Branca do Amapará, ao longo da Rodovia Perimetral Norte, são elas: Tucano I, Tucano II, Nova Divisão, Sete Ilhas e Riozinho. Os entrevistados, residem em média há mais de 10 anos na área. A maior parte dos entrevistados possuía idade entre 30 a 39 anos (Gráfico 08). Os entrevistados de maior e menor idade, apresentavam 24 e 45 anos, respectivamente.

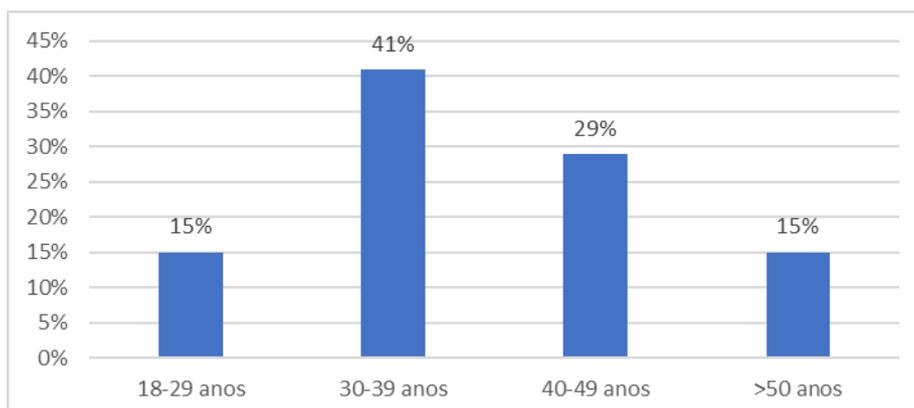


Gráfico 08 – Distribuição etária dos entrevistados da COOPETRAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em comparação aos agricultores da COOPETRAL com outros agricultores familiares do estado do Amapá, Segovia (2011) em estudo realizado no Amapá sobre a dimensão da agricultura familiar no estado, encontrou resultados que indicam a maior concentração de agricultores na faixa etária de 40 a 49 anos. Portanto, os agricultores da COOPETRAL são em geral mais jovens do que a média do estado.

O tempo médio de moradia dos entrevistados da COOPETRAL na localidade é de 15 anos (Gráfico 09). Os entrevistados são principalmente oriundos de estados mais distantes e de outras regiões do Brasil, como o Nordeste e Centro-oeste (Gráfico 10). Este fato é confirmado por Segovia (2011) em seu estudo, afirma que no estado do Amapá é muito comum a grande presença de imigrantes e especificamente sobre os agricultores, estes são principalmente do Pará e da região Nordeste.

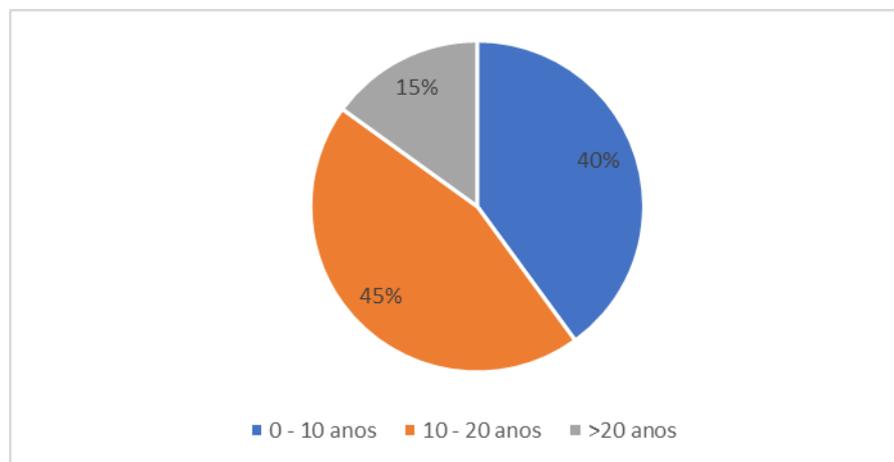


Gráfico 09 - Tempo médio de residência na localidade dos membros da COOPETRAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

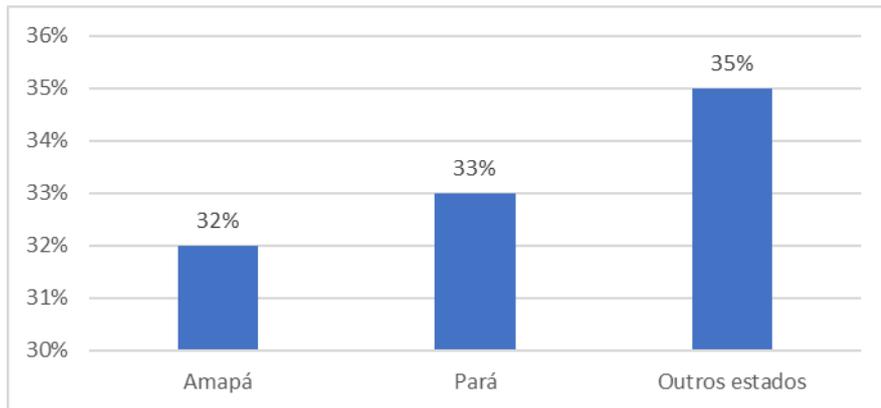


Gráfico 10 – Naturalidade dos entrevistados da COOPETRAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

As comunidades são formadas por agricultores familiares, tendo suas atividades diárias relacionadas diretamente à “vida na roça”. No decorrer do ano e de acordo com as diferentes épocas de safras de cada tipo de cultivo esses comunitários se dedicam as atividades de plantio, manutenção da roça, colheita e preparação do terreno para novo ciclo de plantio.

Na COOPETRAL todos os entrevistados realizam atividades de agricultura e tem como finalidade a subsistência da família e a comercialização, sendo que a maior parte da produção é destinada a comercialização.

Observou-se que essas comunidades não possuem qualquer cultura relacionada a atividades extrativistas, típicas da região amazônica. A quase totalidade dos entrevistados afirmou não possuírem qualquer conhecimento sobre a realização de práticas extrativistas. Como afirmou umas das cooperadas entrevistadas:

[...] Nem a gente e nem meus filhos nunca fizemos extrativismo aqui no nosso terreno. Meu marido que há muito tempo atrás tirou madeira. Mas não daqui. Ele serrava assim: lá o cunhado dele tava precisando de uma madeira para fazer uma casa e ele ía lá e serrava lá no terreno dele mesmo ou do vizinho [...] mas aqui mesmo do nosso terreno não [...] (Cooperada entrevistada em 22/02/2017).

A renda média das famílias dos entrevistados da COOPETRAL é de 2 salários mínimos/mês. Os entrevistados possuem como suas principais fontes de renda a agricultura e os empregos com carteira assinada, os benefícios sociais e as atividades autônomas (venda realizadas localmente de biscoitos, polpas de frutas

etc.) representam os menores valores na composição da renda desta comunidade (Gráfico 10). Cenário similar foi encontrado por Maciel et al. (2010) em estudo realizado com comunidades agrícolas no estado do Acre, onde a agricultura compunha grande parte da renda dos agricultores, cerca de 92%.

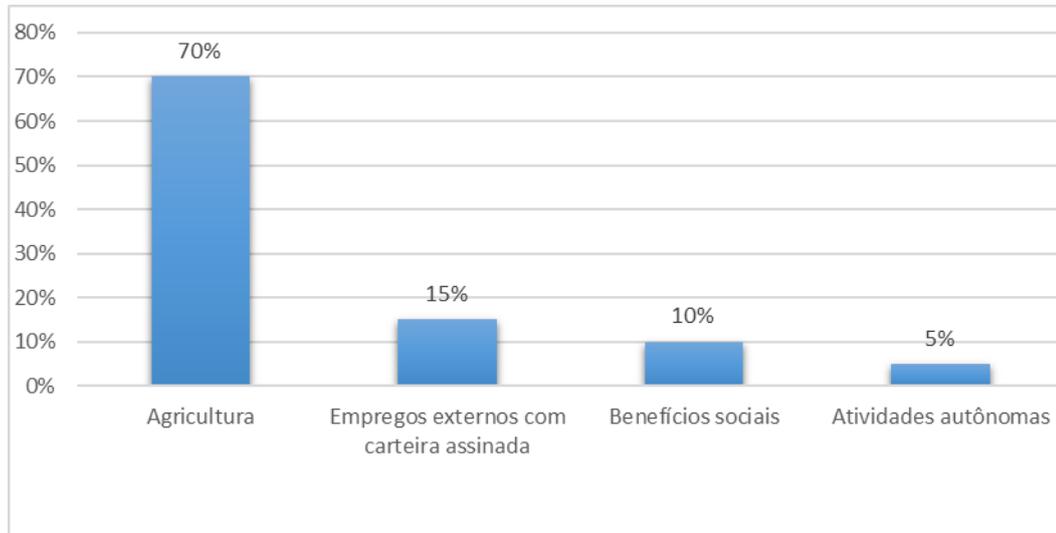


Gráfico 11 – Composição da renda dos cooperados da COOPETRAL.

Fonte: Dados de pesquisa.

Os agricultores familiares são em geral filhos e netos de agricultores que já convivem e trabalham com o plantio desde a infância e trabalharam durante toda a vida com o manuseio de roças. Essa característica está relacionada com a reprodução do modo de vida e mais especificamente com a sucessão profissional de pai para filhos, característica básica da agricultura familiar. Essa sucessão é realizada primeiramente pela socialização prévia na atividade ainda na infância por meio geralmente da prática, portanto, o início do aprendizado das atividades de agricultura raramente ocorre na fase adulta, e também são raros os casos de indivíduos que se tornam agricultores e que não sejam filhos de agricultores (BRUMER; ANJOS, 2008).

Quanto à participação dos jovens das famílias nas atividades de agricultura, observam-se dois cenários. Em um cenário os jovens residem com seus pais, estudando nas escolas da comunidade e auxiliam a família nas atividades ligadas à agricultura. No outro cenário, os jovens residindo nos principais núcleos urbanos do estado, Macapá e Santana, em busca de melhor educação e assim não participando das atividades de agricultura. Os cenários parecem bem equilibrados dentre as

famílias entrevistadas (Gráfico 11). No entanto, nas famílias onde os filhos ainda residem na comunidade, observou-se a vontade dos pais de que os filhos no futuro (quando a família possuir melhores condições financeiras) também estudem nos centros urbanos do estado. A ausência de centros universitários nas proximidades também se configura em outro fator que leva os jovens a saírem da comunidade. Segundo uma cooperada entrevistada:

[...] Uma das dificuldades que a gente vê aqui é na educação. Educação porque até o 3º ano os alunos vão bem porque tem aula aqui no Sete Ilhas, tem em Tucano I, tem em Tucano II, em toda comunidade tem. No Sete Ilhas é o ponto que os alunos chegam no 3º ano, terminou, parou. Não tem como continuar mais. Se a Pedra Branca hoje tivesse um polo universitário ou tivesse uma escola técnica para os alunos estudarem em Pedra Branca era bom demais [...] (Cooperado entrevistado em 22/02/17).

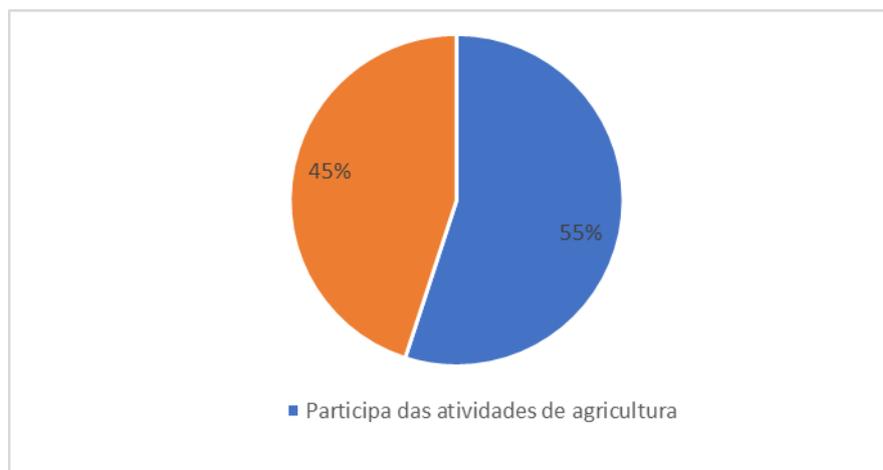


Gráfico 12 – Participação dos jovens nas atividades de agricultura familiar na COOPETRAL.

Fonte: Dados pesquisa.

Uma das situações observadas, que diverge da encontrada na comunidade da Associação Bom Sucesso, é a permanência dos comunitários em seus terrenos. Devido toda a sua renda familiar ser basicamente obtida através da venda dos produtos oriundos de seus plantios, e os comunitários se dedicarem ao cultivo de diferentes produtos com períodos de safras diferentes (para poderem obter renda durante todo o ano), esses precisam permanecer em seus terrenos em tempo integral para a manutenção de seus cultivos.

A produção agrícola da região de Pedra Branca, onde as comunidades da COOPETRAL estão inseridas representa um dos mais relevantes grupos de produtores da região do Território Centro Oeste do estado, referente aos municípios de Ferreira Gomes, Pedra Branca, Porto Grande e Serra do Navio. Pedra Branca assume em geral a posição de segundo município, deste grupo, com maior quantidade produzida em itens agrícolas, ficando atrás de Porto Grande e em alguns itens como banana e mandioca os agricultores de Pedra Branca são os que mais produzem (BRASIL, 2010).

As propriedades de alguns entrevistados são englobadas pelo Projeto de Assentamento (PA) Perimetral Norte, sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PA Perimetral Norte foi criado em 1987 e possui um total de 398 famílias assentadas (INCRA, 2017). Portanto, dentre as comunidades em que foram entrevistados cooperados, existem famílias que têm diferentes tipos de legislações e regulamentações incidindo sobre suas propriedades.

Mesmo que a agricultura seja a principal atividade de obtenção de renda das famílias das comunidades citadas, porém, ocorrem casos em que alguns membros da família também possuem empregos com carteira assinada em órgãos e empreendimentos particulares na localidade (Gráfico 13). Essa característica é chamada de pluriatividade, segundo Schneider (2003, p. 102), pluriatividade “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”. Os comunitários que praticam a pluriatividade visam com isso a complementação da renda familiar com um ganho regular e fixo, diferente dos ganhos obtidos com as atividades de agricultura local.

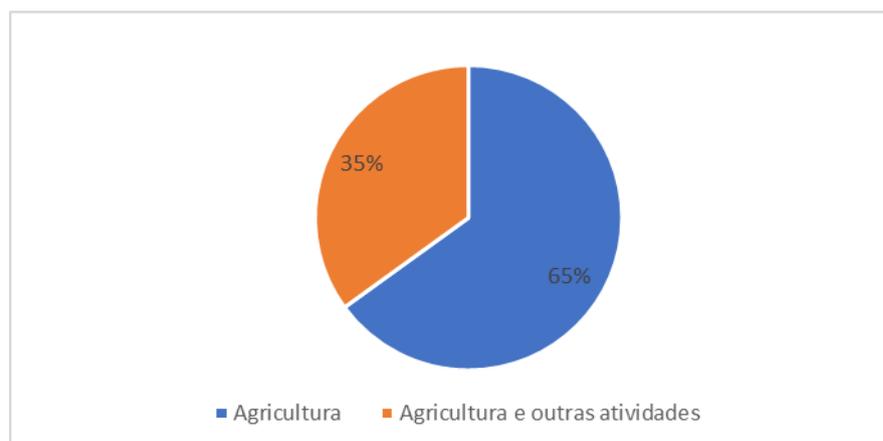


Gráfico 13 – Entrevistados que praticam pluriatividade.

Fonte: Dados da pesquisa.

A alimentação dos comunitários vem dos alimentos produzidos através da agricultura em suas propriedades e é complementada com alimentos comprados nos centros urbanos com renda obtida por meio da venda dos produtos da agricultura. A compra da alimentação nos centros urbanos é realizada após a venda, assim os agricultores aproveitam o mesmo deslocamento realizado para a venda de seus produtos também para a compra de produtos nos supermercados, principalmente de Macapá, onde os preços são mais baixos do que os encontrados em Pedra Branca. Segundo afirmou o Presidente da COOPETRAL:

[...] Elas (as agricultoras) insistem em ir nas feiras porque podem comprar mais barato em Macapá. O pouco que elas ganham, elas correm lá no Meio a Meio (supermercado que vende ao atacado no município de Macapá) e compram muito mais barato do que se fossem comprar em Pedra Branca e ainda o transporte é de graça (transporte cedido aos agricultores pelo governo [...]). (Presidente da COOPETRAL em entrevista concedida em 26/01/2017).

O acesso às comunidades é realizado via estrada de terra, a Perimetral Norte. A Rodovia Perimetral Norte é em parte asfaltada, no entanto, no perímetro entre as comunidades contempladas na pesquisa e o município sede da COOPETRAL, Pedra Branca do Amaparí, não se tem cobertura de asfalto. A distância das comunidades até o centro urbano mais próximo, Pedra Branca, são as seguintes: Riozinho – 55 km, Sete Ilhas – 65 km, Nova Divisão – 67 km, Tucano I – 77 km e Tucano II – 87 km (BRASIL, 2010).

O transporte para acesso à localidade é precário para os moradores, a maioria não possui veículos próprios e dependem de transporte fornecido pelo governo do estado. O transporte fornecido aos agricultores é realizado em um caminhão onde os esses se aglomeram sua produção em sua carroceria. A cada 15 dias o Governo do Estado do Amapá disponibiliza um caminhão para transportar a produção das comunidades da Perimetral Norte até a Feira do Produtor localizada em Macapá (SANTOS, 2016). Portanto, os moradores locais que não possuem meio de transporte próprio são totalmente dependentes desse transporte.

A escolaridade dos entrevistados é em média até o Ensino Fundamental, apresentando melhor nível em comparação com os comunitários da Associação Bom Sucesso. Os entrevistados da COOPETRAL apresentaram no geral ensino fundamental completo, e dentre os entrevistados não foi observada a existência de analfabetos (Gráfico 14).

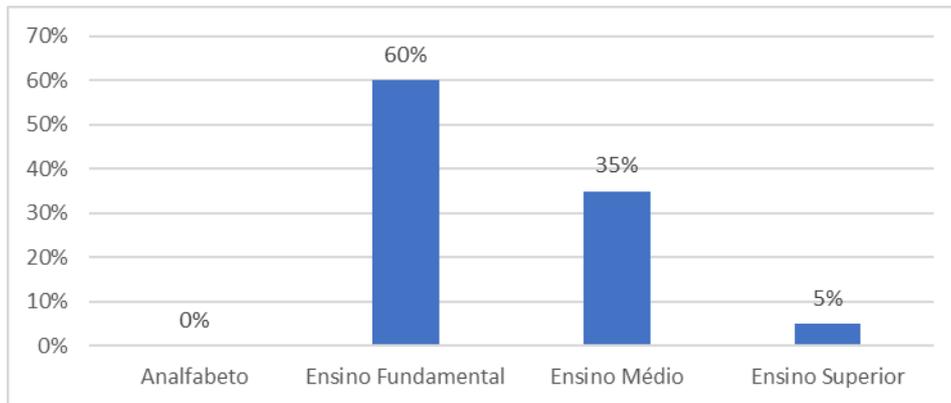


Gráfico 14 – Nível educacional dos entrevistados da COOPETRAL.

Fonte: Dados da pesquisa.

Todas as comunidades visitadas possuem acesso à rede de energia elétrica estadual. Os moradores que residem às margens da Rodovia Perimetral Norte possuem atualmente acesso à energia elétrica devido às ações do Programa Luz para Todos do Governo Federal. Esse programa foi criado em 2003 com o objetivo de levar energia elétrica para comunidades do meio rural (BRASIL, 2017). No Amapá foi iniciada a implantação desse programa no ano de 2006 e foi paralisada em 2014, e nesse período o total de 7 mil unidades receberam o serviço (TEXEIRA, 2017). No entanto, as unidades instaladas nesse período, dentre essas, as comunidades ao longo da Rodovia Perimetral Norte alegam a precariedade da qualidade do serviço, com manutenção e concertos quase inexistentes.

As residências são principalmente de alvenaria e em menor proporção residências de madeira (Figura 06). Como já mencionado, as comunidades se localizam às margens da Perimetral Norte, mas as áreas de plantios das famílias se localizam em terrenos mais distantes.



Figura 06 - Residência de um dos cooperados da COOPETRAL entrevistado.

Fonte: Pesquisa de campo em 23 de fevereiro de 2017.

Todas as comunidades possuem escolas e postos de saúde que atendem os moradores locais. No entanto, os atendimentos dos postos de saúde apresentam deficiências, segundo os comunitários. A educação é contemplada localmente até o Ensino Médio e por essa razão as comunidades cobram a implantação de polos das Universidades Federal e Estadual do Amapá no centro urbano de Pedra Branca, assim o acesso seria facilitado aos jovens das comunidades.

Segundo os moradores, não se observa na região uma relação próxima entre o órgão gestor da FLOTA e as comunidades locais. Os moradores da região não possuem conhecimento claro sobre os limites de localização da FLOTA do Amapá. Essa situação gera muitos conflitos sobre quais terrenos estão sob a legislação de UC e quais não estão. A dúvida faz com que muitos não sigam as regras e normas vigentes na legislação ambiental de UCs.

Não existe na região ou nas proximidades qualquer base de representação do órgão gestor da FLOTA do Amapá. A única sede do Instituto Estadual de Florestas do Amapá, órgão responsável pela gestão da FLOTA do Amapá, está localizada na capital do estado, Macapá. Provavelmente esse seja um dos motivos do desconhecimento predominante na região dos limites da unidade, devido a não proximidade física com o órgão gestor da FLOTA. Esta situação pode corresponder a um risco para a manutenção da qualidade ambiental da UC. Não foram relatadas pelos entrevistados ações de fiscalização da área da FLOTA na localidade. Com isso, existe a possibilidade que estejam ocorrendo atividades lesivas ao meio ambiente dentro dos limites da UC.

Uma situação que está envolvendo diretamente o órgão gestor da FLOTA e as comunidades locais são os projetos de concessões florestais que estão sendo implantados nos módulos da FLOTA do Amapá. Essa questão será mais amplamente discutida no item 4.4.2.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES SOLIDÁRIAS

4.2.1 A Associação Bom Sucesso

4.2.1.1 O processo de criação da Associação

Foram iniciadas em dezembro de 2012 as atividades relacionadas a mobilização da comunidade ribeirinha dos rios Araguari e Falsino na criação de uma associação. Um dos principais motivos que levaram os moradores locais a se mobilizarem em torno da criação de uma associação local foi a busca por uma melhor representatividade junto aos órgãos públicos que têm influência em seu cotidiano, como exemplo ICMBio, SEMA-AP, IBAMA, IEF etc.

A comunidade local, na qual estão inseridos os associados da Bom Sucesso, está localizada em áreas dentro de UCs e em suas Zonas de Amortecimento. Portanto, as atividades diárias desenvolvidas pelos membros dessa comunidade em suas propriedades estão sujeitas às regras e normas previstas em legislação dos órgãos gestores e fiscalizadores das UCs em questão. Essa situação, por diversas razões, é frequentemente geradora de conflitos entre a população ribeirinha e esses órgãos. Segundo Sete (2010), a implantação de APs em geral envolve conflitos com as comunidades locais, uma vez que as restrições impostas pelo órgão gestor da UC vão muitas vezes contra os interesses e hábitos exercidos por comunidades locais, que dependem da exploração dos recursos naturais para sua subsistência.

A partir dessa problemática, se configura um dos motivos para a criação da Associação Bom Sucesso. Segundo o Presidente da Associação Bom Sucesso Sr. Raimundo Coelho Marques:

[...] Antes quando não era Unidade de Conservação existia os garimpos, existia os madeireiros, caça, pesca. Coisas que as pessoas faziam que não tinha o controle. E aí eles (a comunidade local) achavam que era mais viável eles se alimentarem da maneira

como 'tava'. Quando foram criadas as Unidades de Conservação, aí passa a ter todo um controle, uma logística. E aí começou a dificultar a situação daquelas pessoas que não tinham como ter o convívio na cidade e então tinham que conviver aqui dentro da floresta e sem alternativa de vida. Aí veio a ideia de se organizar de criar a associação 'pra' passar a cobrar mais dos setores governistas, das instituições que estavam presentes, no caso, uma das primeiras é o ICMBio. Pra ver como a gente podia se organizar melhor, para dar uma qualidade de vida melhor para as pessoas (Presidente da Bom Sucesso entrevistado em 19 de fevereiro de 2017).

Ao longo do primeiro semestre de 2013 ocorreram palestras e oficinas, com os membros da comunidade, visando a apresentação dos fundamentos de uma organização social. Essa fase inicial de criação da associação foi apoiada pelo ICMBio através de auxílio com o deslocamento dos comunitários e disponibilização da base da FLONA para a realização das reuniões. Outra importante fonte de apoio nessa fase foi realizada pela ONG CI, com organização e custeio das palestras e oficinas e com o auxílio com gastos como alimentação e transporte da comunidade.

Durante essas oficinas, em um momento inicial foi apresentado à comunidade alguns diferentes tipos de organizações sociais, os quais seriam os possivelmente mais adequados para a implantação na comunidade local, dentre esses os modelos de associação e de cooperativa. Após discussões sobre as características, necessidades e (naquele momento) possibilidades da comunidade, foi identificado que o modelo de organização que seria implantado seria a associação.

Alguns integrantes da comunidade defendiam a criação de uma cooperativa, uma vez que cooperativas visam a geração de lucro, o que na visão desses consistia na principal necessidade da comunidade local. No entanto, após a discussão das propostas chegou-se à conclusão que uma necessidade relevante e principal para a comunidade em um primeiro momento era a sua estruturação quanto à sua organização social em busca de melhor representatividade. Os comunitários se viam incapacitados e pouco ouvidos quando necessitavam acessar os órgãos e entidades. A busca de se fazer ouvir e lutar por seus direitos perante os órgãos e entidades foi portanto, nesse momento, a prioridade estabelecida para a criação da organização.

4.2.1.2 Estruturação da organização – O estatuto

A Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari - Bom Sucesso, foi criada em 15 de junho de 2013. Possui sede administrativa no município de Porto Grande. A área de atuação para admissão de membros associados da Associação Bom Sucesso abrange toda a extensão do Rio Araguari e Rio Falsino (braço do rio Araguari). Atualmente a Associação Bom Sucesso possui um total de 96 associados, entre ribeirinhos dos rios Araguari e Falsino. Quanto à sua estruturação física, a organização ainda não possui uma sede na área da comunidade, esta ainda em fase inicial de construção.

A Associação tem hoje como parceiros, em projetos, cursos, assistências etc., as seguintes entidades: ICMBio, CI, IEF, EMBRAPA, Instituto Estadual de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA-Ap), Prefeitura Municipal de Porto Grande.

O estatuto atualmente vigente da Associação Bom Sucesso foi instaurado em 04 de julho de 2015, através de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Estritamente no que se refere às características e necessidades locais da Associação Bom Sucesso, segundo estipulado em seu estatuto, ela foi criada para desenvolver as seguintes funções sociais:

- a) Desenvolver ações de apoio às atividades agroextrativistas, sempre voltada a integração dos seus membros dentro e fora da “Bom Sucesso”;
- b) Promover atividades de cultivo da lavoura branca: mandioca, milho, arroz e feijão às proximidades dos rios Araguari e Falsino, seja qual for a atividade desenvolvida;
- c) Incentivar, mobilizar e organizar eventos sociais relacionados com a prática do cultivo de outras culturas, assim como incentivo à prática do turismo dentro de sua área de atuação;
- d) Buscar parcerias com instituições públicas ou privadas, para a realização de seus objetivos sociais, bem como garantir ao seu Quadro Social as condições mínimas de desenvolvimento de seu potencial.

Em referência mais especificamente à figura da entidade em seu papel de organização social, o estatuto apresenta os seguintes deveres da Bom Sucesso:

- a) Estimular o desenvolvimento progressivo e defesa de suas atividades sociais de caráter comum;
- b) Fornecer toda e qualquer assistência e apoio de natureza social, moral aos seus associados dentro dos princípios da ajuda mútua e da solidariedade humana para melhor executarem suas atividades;
- c) Promover mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico profissional dos seus associados e dependentes quando for o caso, promovendo assim campanhas de expansão de organização social coletiva;
- d) Estabelecer convênios e parcerias com outras associações para buscar o desenvolvimento e a expansão de suas atividades e da filosofia do associativismo;
- e) Organizar a disposição de modo à bem aproveitar a capacidade dos associados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos.
- f) A Bom Sucesso atuará sem discriminação política, racial, religiosa, de gênero ou social e não visará lucro.

Aqui observa-se que foi deixado claro no estatuto que a Associação não tem finalidades de lucro, o que está de acordo com as premissas que fundamentam uma organização social do tipo associativa. Como já mencionado anteriormente, as associações fundamentalmente não possuem um caráter exclusivamente de geração de lucro e atividades produtivas, diferente das organizações cooperativas.

Os objetivos da Associação Bom Sucesso, têm consonância com os motivos listados por Veiga e Rech (2001) para a criação de uma associação. Dentre estes está “manter as pessoas integradas a um grupo, tornando-as mais fortes para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais decorrentes da pobreza e para melhoria da qualidade de vida” (VEIGA; RECH, 2001, p. 27). E nota-se que quase a totalidade dos objetivos da Bom Sucesso estão de acordo com este quesito.

O processo de solicitação de entrada de novos sócios na Associação Bom Sucesso é realizado mediante preenchimento de ficha de matrícula e é necessário a indicação de um comunitário já membro da Associação (chamado proponente) para a entrada do novo sócio (chamado preposto).

A saída de associados da Bom Sucesso pode ser realizada através de situações de vontade própria do associado, por eliminação realizada pela diretoria da associação e por exclusão. Os casos de eliminação realizados pela diretoria, se

dão quando o associado: mantem qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da organização, deixe de cumprir as obrigações por ele contratadas na Bom Sucesso e caso deixe de realizar as operações que constituem o objetivo social dentro da organização. Já a exclusão de associados ocorre nos casos de dissolução da pessoa jurídica, morte da pessoa física, incapacidade civil não suprida e não atendimento dos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Bom Sucesso.

Os tramites acima estão de acordo com a viabilidade do Princípio da Adesão Livre e Voluntária, onde é garantido que ninguém poderá ser obrigado a permanecer associado contra a vontade (VEIGA; RECH, 2001).

As Assembleias gerais, segundo determinações expressas no estatuto, serão convocadas com antecedência mínima de 15 dias. Para a realização das assembleias se faz necessário a presença de quórum. Esse quórum é determinado pela exigência da presença de 1/3 (um terço) do número de associados em condições de votar. Essas determinações também estão de acordo com outro princípio fundamental das associações, o princípio da gestão democrática pelos sócios. A realização das Assembleias com o devido respeito a correta divulgação e ao quórum, permite que seus membros possam controlar, participar e formular as decisões da associação (VEIGA; RECH, 2001).

A diretoria da associação é constituída por quatro cargos, presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Os cargos possuem mandato de quatro anos, com o processo de votação realizado pelos membros da associação durante a Assembleia. As atividades desempenhadas pela Bom Sucesso, segundo também disposto no estatuto, serão fiscalizadas por um Conselho Fiscal constituído por três membros, também eleitos por votação em Assembleia. Os mandatos dos membros do conselho têm vigência de dois anos.

4.2.1.3 Atividades desenvolvidas atualmente

Dentre as atividades atualmente desenvolvidas pela Bom Sucesso está a produção de cosméticos (sabonetes e pomadas) e velas aromáticas, todos produzidos com matéria-prima obtida através de processos extrativistas.

A produção de cosméticos e velas se iniciou a partir do projeto intitulado “Andiroba: produção artesanal, resgate cultural e conservação ambiental no Alto Rio

Araguari” que foi iniciado no segundo semestre de 2015. Essa foi a primeira atividade voltada para a produção que a associação desenvolveu.

O projeto foi financiado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). E também foram parceiros na realização do projeto o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o ICMBio, a CI e o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). O projeto inicialmente visava somente a produção de produtos ligados à matéria-prima óleo de andiroba, no entanto, no decorrer do projeto, com o aprendizado e desenvolvimento das técnicas de produção pelos associados, outras matérias-primas foram adicionadas na produção (pracaxí, fava, breu branco e copaíba) e novos produtos também passaram a ser produzidos.

A proposta inicial do projeto era de que 20 pessoas fossem incluídas na etapa inicial de implantação do projeto. Atualmente, após quase dois anos de iniciado o projeto, 16 pessoas permanecem envolvidas no processo produtivo e o objetivo futuro é que sejam mobilizadas mais famílias para inclusão nas atividades.

Durante o período do projeto foram realizados cursos e oficinas com os participantes, dentre estes estavam: curso de técnicas de produção, oficinas de gestão comunitária do negócio, comercialização e distribuição dos produtos, e oficinas sobre controle de processos, produção, fluxo de caixa e divisão de grupos de trabalho. Esses cursos e oficinas foram relevantes para o desenvolvimento de uma consciência de produção econômica, de gestão de lucros, administração do processo na comunidade envolvida.

Essas oficinas iniciais também representaram uma base para o futuro desenvolvimento de uma visão empreendedora na comunidade. Segundo alguns dos princípios que constituem um empreendedorismo sustentável, está: a participação – gestão participativa nos objetivos do negócio, apoio às atividades das comunidades – claras perspectivas para o desenvolvimento da empresa a longo prazo (SCHLANGE, 2006). Questões envolvendo as temáticas desses princípios foram algumas das abordadas durante as oficinas.

A outra atividade ocasionalmente realizada pela Associação são os chamados mutirões. Os mutirões são mobilizações realizadas entre os membros da Bom Sucesso, visando o trabalho coletivo e solidário na realização de uma atividade. Os mutirões que foram realizados geralmente estavam relacionados com a construção de casas para comunitários locais, membros da associação.

Devido a realidade de muitos moradores ribeirinhos ser ainda muito precária, na comunidade que reside às margens dos rios Araguari e Falsino, não é diferente. Alguns comunitários residem em barracões, locais cobertos apenas com lonas ou palhas, com chão de terra e sem paredes. Os mutirões realizados pelos associados nesse caso, se mobilizam nas atividades de corte de árvores para a retirada de madeira (com prévia autorização do órgão responsável) para a construção da casa, preparação da madeira em tábuas e construção da casa (assoalho, telhado, paredes). Essas etapas do trabalho são principalmente realizadas pelos homens. As mulheres também participam dos mutirões no preparo das refeições do grupo durante os dias de trabalho.

Atualmente a atividade que está sendo desenvolvida pelos mutirões está relacionada a construção da sede da Associação Bom Sucesso na área da comunidade. Já foram realizadas as atividades de limpeza do local, com a retirada da vegetação e a extração de madeira para o início da construção. Na visão dos comunitários, a concretização da sede física da associação dentro da área da comunidade irá facilitar o desenvolvimento das atividades ligadas à associação. Como a realização da confecção dos produtos já citados.

Atualmente, os encontros para a produção são realizados na residência de um dos integrantes do grupo no município de Porto Grande. No início das atividades os encontros eram realizados na base da FLONA, nessas ocasiões a base era cedida pelo ICMBio aos comunitários. No entanto, posteriormente se tornou inviável a continuação dos trabalhos na base e as atividades foram transferidas para a cidade de Porto Grande. Mas os participantes do grupo acreditam que não é o ideal, devido eles precisarem se deslocar de seus terrenos até a cidade. Com a realização das atividades na própria comunidade, se tornaria mais viável a presença dos participantes do projeto durante a produção devido à proximidade de deslocamento.

Outro ponto positivo para a construção da sede na localidade será a obtenção de um lugar fixo para a realização das reuniões da Associação. Essas geralmente ocorrem na cidade de Porto Grande em áreas cedidas por órgãos públicos ou na base da FLONA na comunidade. Portanto, a sede representará com isso a criação de uma identidade física da Associação, um bem comum construído para a comunidade e pela comunidade.

A identidade se refere à constituição do “eu” a partir da relação com “outro ou outros”, mediada por valores, história e/ou cultura comuns, representando as

semelhanças e diferenças que determinam o sentimento de pertencimento (LUCA, 2002). A constituição de um marco de identidade para uma comunidade, principalmente dentro de uma associação, representa um potencial estímulo para o aumento da motivação, da união e da interação entre os associados.

4.2.1.4 Gestão – o presidente

O presidente em mandato desde a criação da associação é o Sr. Raimundo Coelho Marques (conhecido como “Raimundão” na comunidade). O Sr. Raimundo é reconhecido na região por suas atividades em defesa da comunidade local, uma liderança respeitada pelos moradores locais. Devido a isto, o Sr. Raimundo foi desde o início um dos principais defensores da criação da associação e foi eleito como presidente para um primeiro mandato de dois anos.

Ao término do primeiro mandato, segundo o Sr. Raimundo, este não pretendia continuar na presidência da Associação em um segundo mandato. Ele esperava que após o prazo de dois anos de criada a associação outros comunitários passassem a demonstrar interesse em se candidatar para as novas eleições. No entanto, nenhum outro comunitário optou por concorrer nas novas eleições e o Sr. Raimundo foi reeleito na nova eleição para um novo mandato de quatro anos. Segundo Candido (2010), a rotação dos cooperados (ou associados) entre os cargos deve ser estimulada proporcionando, deste modo, entre todos a difusão de conhecimento da execução dos mais diversos cargos e evitando a especialização excessiva. Portanto, nesta situação na Bom Sucesso deve-se ter atenção, pois a especialização já é percebida em algum nível, principalmente nos cargos de presidente, secretária e tesoureira.

Amorin e Silva (2015, p.2) afirmam que as principais razões que levam a busca da união entre comunitários rurais em formas de Associações, são “a busca pelo acesso as políticas públicas para o campo e luta pela sobrevivência e geração de renda”. Estas razões se assemelham as também buscadas pela comunidade que se organizou na formação da Associação Bom Sucesso. A respeito da busca por melhoria da qualidade de vida da comunidade por meio da associação, o Presidente da Bom Sucesso afirma:

[...] A gente tem um potencial tão grande, a gente vive dentro de uma riqueza tão grande e é pobre. E é pobre por falta de alternativa, por

falta de oportunidade. Então a gente tenta de todas as formas superar isso aí, mudar essa coisa. Porque se a gente conseguir mudar isso aí, a gente tira essa mentalidade das pessoas que continuam fazendo essas irregularidades (atividades de degradação ambiental, ilegais). Enquanto a gente não conseguir fazer isso aí, vai continuar tendo irregularidade. A fiscalização pode tá aí, mas na hora que eles dobrarem a 'costa', eles tão em Porto Grande aí, e aqui já tá acontecendo, quando chegarem em Macapá, nem se conta. Então a gente quer mudar isso aí, e não é com repreensão, não é com prisões, que vai mudar isso aí. Vai mudar dando oportunidades, é dando alternativas para o pessoal [...] (Presidente da Associação Bom Sucesso entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

Sobre o processo de produção que está sendo realizado pelo grupo de associados o Presidente demonstra consciência e preocupação não somente com os possíveis ganhos econômicos gerados, mas também com a questão da sustentabilidade ambiental da atividade desenvolvida.

[...] o nosso objetivo era chegar a 12 produtos. Todos naturais, diretamente pegados dentro da floresta, para gente [...] não dar o incentivo de a pessoa ir lá e tirar o óleo de andiroba e vender. Tem que tirar o óleo de andiroba mas em pequenas proporções para trabalhar com o sabonete. A gente utilizar a matéria-prima em produtos, a gente não comercializar diretamente a matéria-prima, porque aí a gente não pode pensar só em hoje não, a gente tem que pensar no futuro, nos nossos filhos, nossos netos, bisnetos. Se a gente não fizer isso aí, mais tarde a gente não vai ter [...] (Presidente da Associação Bom Sucesso entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

Observa-se na fala do Presidente a percepção da importância de se ter um controle da quantidade de óleo produzida na localidade, além da importância da agregação de valor ao produto com beneficiamento e transformação em produtos secundários como os sabonetes, velas, etc. O controle e limitação do óleo produzido estão relacionados com a quantidade de sementes coletadas. Isto nos remete as práticas de manejo sustentável, segundo a qual deve-se considerar na coleta de sementes a alimentação da fauna local e a regeneração natural da espécie.

Portanto, segundo Figliolia e Aguiar (1993) deve-se deixar em média de 20% a 30% do material vegetal referente à frutos e sementes de cada indivíduo.

Dentre as conquistas já obtidas a partir da criação da Associação Bom Sucesso, o presidente cita: a realização de um curso náutico da marinha para piloto de embarcações para 30 comunitários associados, gerando mais uma alternativa de geração de renda para estes. A partir da obtenção da carteira de piloto estão aptos a realizar atividades juntos à, por exemplo, órgãos públicos que exigem este tipo de carteira para a assinatura dos contratos de prestação de serviços. Outra conquista, destacada pelo Presidente, que foi obtida através da visibilidade da Bom Sucesso, foi a realização do cadastro ocupacional realizado com a equipe gestora da FLOTA. Esse cadastro, objetivou a verificação dos moradores locais residentes na área da FLOTA e assim a posterior entrega aos cadastrados de Cartas de Anuência.

O presidente enfatiza também a mudança na percepção dos órgãos públicos ambientais e demais entidades quanto a presença da comunidade na região. Ele cita como um dos avanços a visita de membros da SEMA-Ap, que teve como objetivo a percepção da realidade da comunidade local, um fato inédito enquanto a comunidade não possuía organização de associação. Esta situação representa um avanço para a comunidade, demonstrando o ganho de representatividade e visibilidade na região.

Quanto as conquistas internas da Associação Bom Sucesso, o Presidente destaca a evolução de comportamento dos membros, quanto a percepção como membro de uma organização social solidária e cita novamente a importância do poder de representatividade obtida com a criação da organização. Segundo ele:

[...] O conhecimento que a gente passou a ter, a população hoje, várias pessoas já tem uma outra visão do que tinha antes. E já estão empenhadas, estão dentro, se empenhando referente a isso. Porque antes, não tinha esse conhecimento. E isso é uma coisa que é muito gratificante para a comunidade em si começar a aprender a ver isso aí, e debater com as pessoas, o que antes eles não tinham esse poder de fazer isso de debater, de discutir pra ver o que era melhor, dizer suas necessidades. Para chegar a um bom senso, para a melhora da qualidade de vida das pessoas. Então isso eu vejo que já foi um ganho muito grande para nós hoje enquanto associação [...] (Presidente da Associação Bom Sucesso entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

O papel fundamental de uma associação é exatamente esse, ser um meio de fortalecimento para a comunidade e assim possuir maiores chances de alcançar seus objetivos comuns. A associação se constituindo, desta forma, em um importante instrumento para que a comunidade saia do anonimato e tenha maior expressão social, política, econômica e ambiental (AMORIM; SILVA, 2015).

Apesar dos avanços destacados desde a criação da Bom Sucesso, o presidente afirma que ainda são necessárias melhorias principalmente na participação dos associados para o desenvolvimento da associação. No trecho seguinte, o presidente alega problemas dentro dos sistemas de gestão, especificamente do conselho fiscal:

[...] Eu, como presidente, não estou satisfeito com o que eu estou vendo do empenho da comunidade junto do próprio presidente. Porque a gente tem um grupo, uma diretoria e um conselho fiscal. E existe uma ausência muito grande do conselho. Porque quem é para fazer o trabalho de levantamento de beira-de-rio, entrevista junto com a comunidade, ver as necessidades é a parte do conselho. Para levar até o presidente, para o presidente ir atrás das instituições e dos departamentos para ficar mais viável para todo mundo desenvolver as tarefas. Mas isso não está acontecendo. Eu tenho que ser o presidente e tenho que ser o conselheiro, tenho que fazer tudo [...] (Presidente da Associação Bom Sucesso entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

A deficiência no cumprimento dos demais cargos do quadro de gestão da associação pode se configurar em um importante entrave ao desenvolvimento e fortalecimento da Bom Sucesso, enquanto organização solidária, pois o cumprimento do princípio de gestão democrática fica comprometido nesse cenário.

Diferente de outros comunitários que possuem cargos na Bom Sucesso e não os cumprem efetivamente, é importante destacar aqui a comunitária que ocupa atualmente o cargo de secretária na organização, Arlete Pantoja. Ela se constitui em uma outra peça fundamental, além do Presidente, na realização das atividades ligadas a associação e principalmente no desenvolvimento das atividades dentro do projeto de produção de produtos de origem não-madeireira. A secretária está à frente das atividades de viabilização e execução do processo produtivo, organização

dos encontros para a confecção dos produtos, controle de saída e entrada do caixa. Nota-se que a presença dessa comunitária é um elo muito importante na coesão, mobilização e incentivo do grupo na continuação das atividades produtivas.

4.2.1.5 A visão dos associados

Os associados entrevistados informaram que obtiveram conhecimento sobre a possibilidade da criação de uma organização na comunidade através do atual Presidente, Sr. Raimundo. Toda a mobilização da comunidade e explicação da importância de se organizarem em uma entidade, inicialmente, segundo os associados entrevistados, foi realizada principalmente pelo Sr. Raimundo. Sobre a abordagem do atual presidente na mobilização da comunidade, segundo um associado:

[...] Ele falou que uma associação é muito importante, um grupo organizado. Ele falou também, como diz o ditado 'uma andorinha só não faz verão. E a partir do momento que tem uma associação, ela é vista. Porque o Raimundão mesmo, ele sempre bate nessa tecla, mesmo antes de ter a associação ele sempre lutou pelos ribeirinhos aqui da beira do rio, pra ter uma associação. Mas lá quando ele ia lá, o pessoal tratava ele como um 'Zé ninguém', ignoravam ele, e não davam atenção pra ele. Aí depois que a gente montou essa associação aí, e agora que tá quase 100 associados, ele já é mais visto. Já dão mais atenção pra ele [...] (Associado entrevistado em 19 de janeiro de 2017).

Todos os associados, quando indagados sobre a existência de alguma atividade produtiva realizada pela associação, citaram as atividades realizadas a partir do Projeto Andiroba. O trabalho realizado com a produção pelo Projeto Andiroba é amplamente conhecido pela comunidade local. Mesmo os associados mais ausentes das reuniões e das demais atividades da associação, demonstram conhecer este trabalho de produção realizado.

Sobre o envolvimento dos associados no processo de produção, todos os 16, que permaneceram no Projeto Andiroba até atualmente, se mostram motivados e envolvidos para a continuação das atividades. A partir da participação nas atividades do Projeto Andiroba o grupo se tornou mais coeso e unido com o passar do tempo.

Entrevistados do grupo de produção (Figura 07) afirmam que sentem prazer em se reunir com os demais para realizar as atividades de produção. Os encontros os tornaram mais próximos. Mesmo morando na mesma comunidade as famílias locais ficam muito restritas somente a sua propriedade, não possuem um contato muito frequente com demais moradores locais, somente em períodos mais rápidos. E os encontros passaram a ser ocasiões que os permitem ter momentos de conversa e aproximarem suas relações de amizade.



Figura 07 – Associados participantes do projeto de produção de cosméticos da Associação Bom Sucesso.

Fonte: Autora, pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.

Uma associada integrante do grupo, quando indagada sobre o que mudou em sua vida após a entrada nas atividades do Projeto Andiroba, respondeu:

[...] Mudou porque agora eu saio mais de casa [...] eu gosto de me reunir com o povo [...] gosto de fazer os produtos: sabonete, vela [...] Porque eu só vivia dentro de casa. De casa pra roça e da roça pra casa. Assim pelo menos a gente sai, passa dois dias, três dias fazendo o curso. Eu gosto de estar no meio do pessoal [...] (Associada entrevistada em 20 de janeiro de 2017).

A realização das atividades produtivas com a utilização dos recursos da floresta está propiciando aos participantes uma nova percepção quanto ao valor dos

recursos naturais e o incentivo a conservação. Segundo uma das associadas participantes da atividade de produção:

[...] É um trabalho que incentiva muito a gente, a gente agora tem um conhecimento que a gente não tinha, sobre dar valor ... por exemplo... Como nós trabalhamos com os produtos da floresta, como os produtos medicinais, a gente passa a dar mais valor. Agora a gente mesmo pode defender, por exemplo, uma árvore de copaíba, uma árvore de andiroba, uma árvore de cumaru. [...] A gente conversar com quem serra madeira e falar pra não derrubar uma árvore dessa, que essa árvore ela é muito valorizada e elas são poucas, tem muitas delas que já estão até em extinção. E a gente sabe valorizar uma árvore de andiroba. Porque a andiroba é por safra, então se derrubar uma árvore produtiva, no outro ano não vai ter mais andiroba [...] (Associada entrevistada em 21 de janeiro de 2017).

Os cursos e treinamentos realizados dentro do Projeto Andiroba têm incentivado, além da percepção da importância da conservação da floresta, a também conservação da cultura do extrativismo tradicional das atividades ribeirinhas. Segundo duas associadas participantes das atividades de produção:

[...] Tivemos oficina pra aprender a tirar o óleo de andiroba, porque antes nossos avós tiravam, mas através da associação com a técnica que veio dar o curso, ela veio puxar a orelha da gente. Ela veio e perguntou 'porque que a gente não herdou aquilo dos nossos avós, que tiravam o óleo da andiroba?' Aí eu disse 'Ah, se a Dona Dora bem ali tem pra comprar, eu vou lá onde tá mais fácil'. Aí ela disse pra gente que tem que voltar aquela tradição do seu avô, aí você já vai deixar para os seus filhos, e aí não pode ser só comprar [...] Aí quando foi esse ano, meu marido juntou umas andirobas pra mim e eu consegui tirar o óleo, consegui nove litros de óleo de andiroba [...] (Associada entrevistada em 19 de janeiro de 2017).

[...] esses cursos que a gente tá tendo, foi bom demais. Eu acho que não só eu, mas todo mundo que fez as oficinas, eu acho que eles 'podem se darem agradecidos'. Porque pelo menos eu sou muito agradecida, porque coisa que eu não sabia eu aprendi e foi através da associação. Eu há muitos anos, desde criança mexendo com uxí,

piquiá e eu não sabia tirar um óleo de piquiá e nem um óleo de uxí e através da associação eu aprendi. Eu aprendi a tirar um óleo, aprendi a fazer sabonete seja com o que for [...] (Associada entrevistada em 17 de fevereiro de 2017).

A falta de interesse de alguns integrantes em participar das atividades de produção do Projeto Andiroba, segundo afirmam associados entrevistados, ocorre devido não obterem retorno econômico imediato com a atividade. Devido a atividade ainda estar no início de seu desenvolvimento e estabelecimento enquanto atividade econômica produtiva, os lucros atualmente gerados são retornados para o caixa da associação e reinvestidos em equipamentos para o crescimento da produção da atividade. Sobre esta questão associadas participantes do Projeto Andiroba afirmam:

[...] tem uns que querem dizer assim, que querem coletar mas querem vender pra associação. [...] porque tem quer ser todo mundo, quem tá cadastrado na associação pega um pouquinho dali, um pouquinho acolá, e tudo ajuda neh? [...] aí não pode neh? Aí só nós aqui ajuda pra associação [...] Os outros querem só tirar se for pra vender pra associação [...] (Associada entrevistada em 19 de janeiro de 2017).

[...] Tem muitos que não gostam também. Aí a gente vai e faz pra ajudar a associação e tem muitos que só pensam no dinheiro. Aí falam 'Ah, eu não vou trabalhar porque eu não vou trabalhar de graça. Já vi muita gente dizer 'Eu não vou pra lá pra entrar no mato pra coletar andiroba, pra empatar meu tempo, fazendo sabonete lá e não vou ganhar nada'. Mas eu digo pra pessoas que é bom ir porque a gente aprende. A gente aprende a fazer um sabonete, a gente aprende a fazer uma vela [...] Eu gosto de aprender as coisas. A gente que tá aqui no mato, a gente tem que tá aprendendo alguma coisa, pra gente se renovar [...] (Associado entrevistado em 18 de janeiro de 2017).

Observa-se na fala destas entrevistadas a postura que alguns associados adotam em relação ao envolvimento nas atividades de produção dentro da associação. Ocorre a ausência de percepção das potencialidades futuras do crescimento da atividade, e assim a possibilidade de geração de renda para a

associação. As associações também podem se configurar em instrumento de transformações econômicas para os associados por meio do aumento de renda da comunidade. Segundo cartilha divulgada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) (2011, p. 13), esse aumento de renda por meio das associações rurais pode ser gerado pela: “capacidade de adquirir insumos, máquinas, equipamentos, contratar assistência técnica, reformar instalações, reformar a residência, comprar eletrodomésticos, veículos”, etc., aspectos que representam melhorias na qualidade de vida dos comunitários.

Muitos associados que não participam do Projeto Andiroba veem com descrédito as atividades realizadas pelo grupo. No entanto, com o desenvolvimento do Projeto e venda dos produtos, essa visão começa a se modificar, segundo afirma uma das associadas participantes do projeto:

[...] O pessoal não se empenha pra fazer. Dizem ‘Ah! Porque isso aí não tem futuro’. Já cansaram de falar pra nós, q nós não tem um futuro. Aí eu digo ‘Olha vcs presta atenção no que vocês tão fazendo, que isso aqui tem futuro’. Hoje em dia já tem gente olhando e dizendo ‘É isso tudo aí que vocês fazem?’ [...] Falta é mais gente pra continuar, pra ter mais serviço. Procurar fazer as coisas pra produzir mais. [...] Graças à Deus eu não tenho do que me queixar da associação, não. Eu quero é mais projeto pra gente trabalhar. Quem dera se a gente tivesse mais projeto [...] (Associada entrevistada em 19 de janeiro de 2017).

Mesmo que alguns dos associados que participam dentro do projeto andiroba afirmam que mais associados não participam da atividade produtiva devido à falta de interesse. Uma quantidade significativa dos associados entrevistados (que não participam do Projeto Andiroba) afirmaram que caso tenham a oportunidade, eles têm interesse de participar da atividade sim, se mostraram empolgados devido ao sucesso que a fama da produção já está obtendo localmente (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Interesse dos membros da Bom Sucesso (que não participam) em participar do Projeto Andiroba.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando indagados sobre quais os fatos na história da associação que marcaram positivamente a comunidade, os entrevistados citaram os cursos de capacitação que foram realizados com a comunidade. Provavelmente por essa razão os associados entrevistados alegam estarem interessados em participar de cursos de capacitações futuras realizadas pela Bom Sucesso. Um dos membros da Bom Sucesso que atualmente possui contrato com o ICMBio como piloto na base da FLONA afirma que:

[...] Tem muitos membros que não dão valor nisso aí. E a participação da Bom Sucesso e do ICMBio são muito importantes pro povo e tem muitos que não tão dando esse valor. Tem 30 pessoas hoje capacitadas com carteira de piloto da marinha através da Bom Sucesso e depois teve o curso de guarda-parque [...] E a gente tem promessa de trabalho através da associação, para trabalhar como guarda-parque [...] Hoje eu agradeço à Deus, ao ICMBio e à Bom Sucesso por eu estar empregado [...] (Associado entrevistado em 18 de fevereiro de 2017).

Também por meio dos cursos e projetos que foram implementados na comunidade foram realizadas viagens com alguns membros da associação participantes dos projetos para a realização de cursos e conhecimento da realidade de outros grupos extrativistas que realizam produções econômicas. Os associados que realizaram essas viagens afirmam que foi uma experiência marcante e

importante em suas vidas. Para ribeirinhos que em sua maioria nunca tinham saído do estado do Amapá ou da região amazônica, a viagem com o conhecimento de outras comunidades semelhantes que demonstram casos de sucesso, representa não somente uma importante troca cultural e de experiências, mas também uma motivação para que lutem e trabalhem no desenvolvimento de sua atividade produtiva.

Em contrapartida dois associados afirmaram não participarem dos cursos oferecidos pela Bom Sucesso devido à ausência de divulgação e situações de favorecimento. Conforme afirmam:

[...] Já teve muito curso de um bocado de coisa. Mas a gente nunca sabe. E não é porque a gente não se interessa. É porque as pessoas que eram pra tá dando aviso pra gente, não tão dando. Parece que eles saem escolhendo a dedo [...] (Associada entrevistada em 19 de fevereiro de 2017).

[...] Deveria mudar a maneira deles, não só escolher a dedo, mas escolher como um todo porque já que é pra ser uma associação é pra todo mundo se unir e trabalhar de um só jeito. E não tá escolhendo a dedo as pessoas. Isso aí eu acho muito errado. Excluir certas pessoas e o cara tá beneficiando o 'fulano de tal' [...] (Associada entrevistada em 19 de fevereiro de 2017).

Dentre os obstáculos encontrados no desenvolvimento e crescimento das atividades produtivas está a mobilização de mais membros para a realização das atividades. Segundo uma das associadas e atual participante do Projeto Andiroba:

[...] Nem todos tem esse conhecimento para querer desenvolver, pra querer aprender junto com a gente. Porque tem falta de interesse, pra mim é falta de interesse. Porque são quase 100 associados e o que participa mesmo pra fazer o sabão, se forem uns 10, é muito [...] Tem muitos que criticam, não tão lá pra ver nosso trabalho, nosso serviço neh? Aí as pessoas ficam criticando nosso trabalho, mas tem que tá lá, rente pra saber o que tá acontecendo [...] (Associada entrevistada em 17 de fevereiro).

Sobre a regularidade das reuniões da associação, os entrevistados afirmaram que no início da associação ocorriam reuniões com maior frequência e nos últimos meses tem-se reduzido a quantidade de reuniões. Segundo os mesmos, as realizações das reuniões são antecipadamente informadas pelos membros da gestão da associação.

Sobre o conhecimento dos associados quanto à estrutura da associação poucos conhecem o quadro completo. Os nomes mais frequentemente citados e lembrados pelos associados são os cargos de presidente e secretária. Provavelmente devido a estas pessoas serem as mais perceptivelmente ativas nas atividades da associação.

É perceptível que dentre os pontos que os entrevistados apontam em que mais gostaram de participar na Associação Bom Sucesso está a maior interação com os demais comunitários que as atividades desenvolvidas pela associação propiciam. E dentre os avanços obtidos com a presença da Associação Bom Sucesso para a comunidade local, um dos principais pontos destacados pelos entrevistados é a obtenção da Carta de Anuência do IEF. A respeito disso, comentando sobre as melhorias a partir da criação da associação, associados alegam:

[...] Tem coisa que melhorou mais. Em vista do que era, melhorou muita coisa. Porque antigamente o cara não podia fazer nada. Já hoje em dia tem muita coisa que a gente já pode fazer. Achei que melhorou muita coisa. Muita coisa que não tinha se conseguido, que já tá conseguindo. Antigamente era cruel aí, a situação era triste. Agora depois da associação não, aí já melhorou muita coisa. Tá melhorando mais e eu espero que melhore mais, porque do jeito que tava, tava pior [...] (Associado entrevistado em 19 de fevereiro de 2017).

[...] A esperança é pra gente. Que essa nossa associação, se Deus quiser, tenha futuro. E eu tenho certeza que tem. Porque do pior nós já viemos, lá debaixo. Agora nós já melhoramos mais. E a gente espera que melhore cada vez mais [...] (Associada entrevistada em 20 de janeiro de 2017).

A respeito das plantações realizadas pelos comunitários em seus terrenos, algumas dificuldades foram relatadas, dentre elas, os comunitários alegam que a

produção local de suas plantações é afetada pelas variações pluviométricas entre os anos. Muitos entrevistados afirmaram terem perdido parte de suas plantações devido à grande quantidade de chuvas ocorridas no final do ano de 2016 e começo de 2017. A variação pluviométrica entre os anos também afeta o extrativismo dos recursos da floresta, pois interfere na produção das espécies. Como exemplo, segundo os entrevistados a grande quantidade de chuvas diminui a quantidade de sementes de andiroba encontradas para a coleta.

Segundo Ferreira et al. (2010), a variabilidade pluviométrica na região amazônica é um fator extremamente influente na execução e viabilidade das atividades agrícolas. Determinadas culturas são muito dependentes de um ideal índice pluviométrico. Por isso, cenários extremos como de excesso de chuvas com altos índices pluviométricos ou ausência de chuvas com a baixa dos índices pluviométricos podem inviabilizar uma produção agrícola.

Um outro ponto positivo apontado pelos entrevistados em relação aos benefícios trazidos pela Bom Sucesso são as atividades de mutirão realizadas pela associação.

Um dos comunitários beneficiados com a construção de casa pela atividade de mutirão, residia antes em uma pequena casa feita de troncos de açaí e coberta por palha e hoje após realizado mutirão, a sua casa está parcialmente construída (Figura 08), o comunitário afirma:

[...] Quando foi ano passado eles se juntaram e começaram a fazer uma casa pra mim. Então eu tô adquirindo esse benefício através da associação. Então pra mim foi um grande passo [...] Já melhorou uma porção de coisa, por exemplo, minha casa que eu não tinha e já tá quase pronta. Já tá no jeito, já tá coberta, falta só fazer o assoalho [...] e ficou bonita. Ficou de dois andares [...] (Associado entrevistado em 19 de janeiro de 2017).



Figura 08 – Moradia anterior de comunitário da Bom Sucesso, antes da atividade de mutirão e atual moradia do comunitário (ainda em construção), após atividade de mutirão realizados por associados da Bom Sucesso.

Fonte: Pesquisa de campo em 17 de fevereiro de 2017.

Um grande número de comunitários mesmo estando cadastrados na Associação Bom Sucesso não demonstram interesse em participar ativamente das atividades relacionadas à associação. Uma reclamação frequente dos associados entrevistados, principalmente dos que se mostram mais ativos dentro da organização é a falta de união dentre os associados. Segundo um dos entrevistados:

[...] Do que eu menos gostei foi a desunião. São muito afastados, o pessoal não acredita. Aí a desunião que é o problema. Melhor coisa é ter união [...] Pra mudar isso acho que as pessoas tinham que conversar mais, tinha que fazer reunião de vez em quando. “Botar” todo mundo pra falar. ‘Olha, chegou a tua vez de falar. O que que tu sente, o que é que tu não sente?’ Eu acredito que deveria ser assim. Falta as pessoas se conhecerem mais e trocar ideia. Porque trocando ideia é que a gente se conhece [...] Eu acho que tem que conscientizar eles bastante para poderem acreditar no que a gente tá fazendo. Porque tem muitas pessoas que não acreditam [...] (Associada entrevistada em 20 de janeiro de 2017).

Maneschy et al. (2008) falam sobre as associações na região amazônica onde o associativismo não está presente. Os autores diferenciam o associativismo como a presença da solidariedade dentro do grupo, do desenvolvimento da união e do

sentimento de mobilização para um bem comum. Já a associação se refere apenas a existência de uma estrutura legal. A partir desta visão, os autores afirmam que existem muitos casos em associações amazônicas onde não se observa o associativismo dentro do grupo. Situação próxima a encontrada na Bom Sucesso, onde parte do grupo de associados não demonstra a solidariedade, e consequentemente a união dentro da organização.

Mesmo que proporcionalmente a maior parte do total de associados demonstre ausência da percepção de solidariedade, percepção que deve estar presente dentro de uma organização associativa. Dentre o grupo que se mostra mais ativo e participante nas atividades desenvolvidas pela associação nota-se a presença dessa percepção, de acordo com a fala de um dos associados:

[...] Eu sempre quis ajudar a comunidade [...] Meu maior sonho é esse trabalhar na associação pra ajudar. Porque meu pai mesmo quando trabalhou aqui, morou aqui no Rio Araguari, a nossa tábuca era a paxiúba, o açazeiro, a gente partia e tirava pra fazer o assoalho e a parede era de casca de pau. E aí eu sinto de não poder ajudar as pessoas muito, porque eu não tenho condição mesmo. Mas minha vontade era essa de cada um ter a sua casa 'bacana', tudo fechadinha. Porque o sonho do ribeirinho é esse, do cidadão comum em geral, tanto faz ser aqui na beira do rio, ou em Porto Grande, ou em Macapá, o sonho da pessoa é ter uma casa boa pra se esconder a noite, porque hoje já se viu como é que tá de ladrão neh? E meu sonho é esse, ajudar assim a associação [...] (Associado entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

Um outro problema apontado por associado entrevistado é a ausência de apoio externo na Bom Sucesso, problema o qual, sanado, contribuiria para o crescimento e desenvolvimento da associação. Um dos entrevistados afirma que:

[...] Pra melhorar mesmo o presidente, ele deveria ter mais apoio. [...] Porque do pouco tempo que ele tem, ele vai atrás mesmo, ele briga pela gente. Eu acho que ele deveria ter um apoio maior da sociedade, do governo, pra ajudar ele, e aí sim acho que seria um bom começo. Porque a gente tem pouco apoio, muito pouco mesmo, e nem sempre o apoio que a gente tem, tá o tempo todo à disposição [...] (Associado entrevistado em 18 de fevereiro de 2017).

Sobre as necessidades ainda presentes na comunidade e a expectativa que os associados possuem para o futuro da Associação Bom Sucesso, um dos associados entrevistados afirma:

[...] Os planos são de melhoria, a gente quer que melhore. Que tenha uma escola aqui pra poder ensinar mais os adultos, tem muitas pessoas que não sabem ler aqui. Nunca estudaram, tem uma leitura pouca. Eu mesmo só estudei até a terceira série completo, a quarta eu não terminei porque eu fui trabalhar no garimpo e meu pai me tirou da escola pra trabalhar no garimpo e na roça. Eu ía pra roça e da roça eu ía pro garimpo [...] (Associado entrevistado em 20 de janeiro de 2017).

4.2.2 A COOPETRAL

4.2.2.1 A criação da cooperativa

A iniciativa da criação da COOPETRAL surgiu no ano de 2008 a partir de um grupo de produtores da localidade do município de Pedra Branca que já trabalhavam como produtos locais, como o açaí. Esse pequeno grupo percebeu a necessidade de reunir um maior número de agricultores locais, visando assim, a inserção no mercado regional mais solidamente e assim ser capaz de abastecer a demanda de produção do estado.

O açaí foi o produto que inicialmente despertou o interesse do grupo em visualizar uma possível e viável inserção no mercado, desde que unidos e com adesão de outros agricultores locais. Isso devido o açaí ser uma espécie nativa, frequentemente presente nos terrenos dos agricultores locais, sem necessitar de plantações. As áreas denominadas de açazais, são locais de incidência natural em grande número de indivíduos da espécie aglomerados, geralmente em áreas de várzea (alagáveis em períodos sazonais). Na região do centro oeste do estado do Amapá, onde se localizam as comunidades estudadas integrantes da COOPETRAL, ocorre significativa abundância de açazais nativos, proporcionando assim uma posição privilegiada na oferta deste produto a nível estadual (BRASIL, 2010).

Segundo o atual Presidente da COOPETRAL, o Sr. Raimundo Apóstolo Santana, conhecido localmente por “Apóstolo”:

[...] A COOPETRAL é o resultado de uma série de experiências feitas no passado, e as vezes muito compartimentadas, em comunidades com várias entidades menores. E aí a gente resolveu: vamo valorizar a relação com a associação comunitária. Ela é o braço social da cooperativa, onde ela existia. E a cooperativa vai ser então essa estrutura política-econômica-mercantil da comunidade. Então nós pegamos desde as aldeias indígenas lá do Waiãpi, no final da Perimetral Norte até Porto Grande, [...] pegamos os municípios: Pedra Branca, Serra do Navio e Porto Grande. [...] E por isso que ela é regional, é uma cooperativa do oeste amapaense[...] (Presidente da COOPETRAL em entrevista realizada em 26 de janeiro de 2017).

O processo de início da cooperativa, envolvendo a mobilização dos agricultores locais para participarem das atividades da cooperativa, enfrentou problemas. O ainda resquício da antiga cultura da região no processo de venda e distribuição dos produtos com a presença de atravessadores, característica presente na região amazônica há gerações, foi um entrave às propostas da cooperativa.

A presença de atravessadores na cadeia produtiva de produtos provenientes do interior da floresta na região amazônica se configurou como a principal, por vezes única, maneira de escoamento da produção durante décadas desde o início da história do extrativismo na Amazônia. A presença e importância dos atravessadores no escoamento da produção ainda representa uma realidade em comunidades da Amazônia. No próprio estado do Amapá, esta mesma realidade presente na área de atuação da COOPETRAL, também foi encontrada na região sul do estado com a produção de castanha-do-brasil. Segundo Sousa (2006), os atravessadores ainda são os agentes intermediários mais atuantes na cadeia produtiva de castanha-do-brasil na região sul do estado do Amapá. E uma das justificativas apontadas por estes comunitários para ainda continuarem utilizando o serviço de atravessadores (mesmo com a presença de cooperativas nessa região) se refere a maior confiança nestes (devido ao longo tempo de uso destes serviços) do que na cooperativa.

Segundo o diretor financeiro da COOPETRAL:

[...] Primeiro tinha que derrubar a presença histórica de compadrio, inclusive, de atravessadores. Que existiam entre os atravessadores,

e ainda existe, com os agricultores. Tinha 'cara' que já era padrinho dos filhos dos 'caras'. [...] Eles (atravessadores) vão lá na época da safra do açaí ficam dentro da casa do 'cara' (agricultor/extrativista). O 'cara' fica com a obrigação de pegar outros apanhadores de açaí, e quando a gente chegava lá nas residências tava até o teto de açaí. Mas só que o 'cara' pagava 30 reais, 40 reais na saca do açaí para o compadre dele e para outros também. E vinha vender aqui em Macapá por 200, 300 reais, o quanto tivesse no mercado. E dentro das comunidades ribeirinhas, o que que acontecia? Quando a gente chegava nos portos de desembarque, o 'cara' só fazia entregar e a gente com dinheiro no bolso não comprava porque o 'cara' era compadre dele, já tinha contatado com ele. E então a gente resolveu usar outra estratégia: peguei um barco e fui para dentro da casa dos 'caras', aí a gente passou já a dormir dentro da casa dos 'caras', e quando íam descendo os barcos, a gente atravessava o rio, pulava dentro da canoa e segurava o 'caboco'. Ficava meia hora ali no meio do rio, com o 'caboco' com a canoa, convencendo o cara [...] O que que aconteceu? Esses 'caras' saem de uma renda de 200 reais, 300 reais ou quase nada que era o que eles ganhavam de uma boa produção. Quando ouve a intervenção da cooperativa, que a gente já passou a melhorar, imagina: tu sai de 30 reais, 40 reais em um saquinho e tu passa pra 100, [...] é uma melhora [...] Isso foi de 2009 pra cá, então hoje na alta safra do açaí da região lá da Pedra Branca que era um açaí inclusive desconhecido. Era conhecido apenas por esses atravessadores que traziam de trem e entregavam em algumas batedeiras aqui e ali. Hoje o açaí da cooperativa, ele tá no Japão, ele tá nos Estados Unidos. Hoje as fábricas vão de caminhão comprar o açaí lá dentro e já pagam a um preço melhor. Na safra do ano passado eles propuseram 135 reais pra pegar lá dentro. Olha o ganho. A intervenção foi importante e isso não existia a cultura da produção do açaí. Hoje tem produtor lá que tem 15 mil pés de açaí plantado. Mas são coisas individuais, são pessoas esporádicas, aqui e ali que fazem isso. A grande hoje extração de açaí, acredito que na Pedra Branca, ainda seja nativo, não é um açaí ainda de produção, plantado, ainda é um açaí de baixões, tirados de dentro da floresta [...] (Diretor Financeiro da COOPETRAL em entrevista realizada em 26 de janeiro de 2017).

4.2.2.2 O estatuto

A Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense – COOPETRAL, foi criada em 22 de janeiro de 2012. A sua sede administrativa está localizada no município de Pedra Branca do Amaparí. Segundo estatuto, a área de ação para admissão de cooperados abrange todo o estado do Amapá. Até fevereiro de 2017 a COOPETRAL possuía um total de 35 cooperados e aproximadamente 70 agricultores parceiros, que segundo informado pelo presidente da cooperativa, na próxima Assembleia Geral seriam incorporados como membros efetivos. Ainda segundo o presidente, cerca de 200 agricultores realizam atualmente algum tipo de atividade junto com a cooperativa.

Segundo disposto no estatuto da organização, a COOPETRAL tem como objetivo congrega populares rurais da agricultura familiar, compreendendo pescadores, extrativistas, agricultores e de outras atividades afins, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os cooperados. Com foco nas seguintes atividades: comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças, legumes frescos e hortifrutigranjeiros; comércio atacadista de carnes bovinas e derivados; fabricação de farinha de mandioca e derivados; comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividades de fracionamento e acondicionamento associadas; comércio atacadista especializada em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; comércio varejista de mercadorias em geral; extração de madeiras em floresta nativa; serrarias com desdobramento de madeira; cultivo de açaí; coleta de produtos não-madeireiros não especificado anteriormente em florestas nativas; cultivas de mudas e viveiros florestais; fabricação de óleos vegetais, exceto óleo de milho; serrarias sem desdobramento de madeira; comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante; comércio varejista de hortifrutigranjeiros; moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente; coleta de castanha de castanha-do-pará em Florestas Nativas; fabricação de biscoitos e bolachas; criação de peixes em água doce; fabricação de artefatos diversos de madeira; apicultura; e cultivo de pimenta-do-reino.

Dentro das atividades sociais relacionadas a atividades cooperativas está a venda comum de sua produção nos mercados locais, nacionais e internacionais; o incentivo à agroindústria sempre buscando o equilíbrio ambiental como

desenvolvimento de seus cooperados; a realização de convênios e participação de projetos junto aos órgãos estaduais, municipais e federais; promoção à prática de atividades culturais, educativas, sociais e recreativas dentro do limite da sua área de ação; a cooperativa poderá filiar-se a outras cooperativas congêneres, quando for do interesse do quadro social.

Para o processo de entrada de novos cooperados segundo o estatuto, deve-se preencher uma ficha de matrícula e contar com a assinatura de um membro já sócio da cooperativa. As propostas de entradas de novos membros de cooperativas são apreciadas pela diretoria e posteriormente são aprovados em Assembleia Geral.

A eliminação de cooperados pode ser feita pela diretoria nos casos em que o cooperado infringir regras estabelecidas por legislação ou pelo próprio estatuto, dentre elas: manter qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa; deixar de cumprir as obrigações por contratos na cooperativa; deixar de realizar com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social. Esse item está plenamente de acordo com o princípio da adesão voluntária e livre, onde o integrante da organização deve se comprometer em cumprir seus deveres frente a organização (VEIGA; RECH, 2001).

A base de capital da COOPETRAL, segundo o estatuto, tem limite mínimo de 175.000,00 reais, constituído por quotas partes dos cooperados. O total de valor de cada cooperado é de 5.000 reais, dividido em 200 quotas-partes de 25,00 reais cada uma.

As assembleias gerais dos cooperados, ordinária ou extraordinária, representa o órgão supremo e é responsável e soberana na tomada de decisões de interesse da organização. As decisões tomadas incidirão sobre todos os membros da cooperativa, mesmo que ausentes, desde que a decisão tenha sido tomada pela maioria dos cooperados presentes. As assembleias são convocadas e dirigidas pelo presidente da cooperativa e em caráter excepcional diante de situações específicas também podem ser convocadas pelo Conselho Fiscal. A convocação é realizada com antecedência mínima de dez dias e o quórum necessário para a realização das assembleias é de em primeira convocação 2/3 do número de cooperados em condição de votar. A realização das assembleias, como descrita no estatuto da COOPETRAL, significa um meio de participação ativa no estabelecimento de políticas e decisões dentro da organização, e assim está cumprindo o que é previsto no princípio da gestão democrática pelos sócios (VEIGA; RECH, 2001).

A administração da organização é realizada pela diretoria formada pelo presidente, diretor financeiro e diretor administrativo, cargos eleitos por meio de votação realizada em Assembleia Geral. O mandato da diretoria tem duração de quatro anos e é obrigatória ao término a renovação de no mínimo 1/3 dos seus componentes. O Conselho Fiscal, também eleito em assembleia, tem como principal função fiscalizar as atividades da cooperativa, sendo constituído por três membros por um período de um ano com possibilidade de reeleição de 1/3 de seus membros.

4.2.2.3 As atividades atualmente desenvolvidas pela COOPETRAL

A COOPETRAL possui hoje como principal atividade o contrato firmado entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), na modalidade de compra com doação simultânea. O PPA é um programa promovido pela CONAB que possui como principais finalidades a promoção do acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar (CONAB, 2012).

O PAA busca o incentivo a produtores locais, mais especificamente os ligados à agricultura familiar com o firmamento de contratos com estes e concomitantemente a destinação desta produção comprada à grupos caracterizados em situação de insegurança alimentar, como os atendidos pelas redes socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Sobre o público alvo em que trabalha o PAA são constituídos por agricultores familiares, assentados de reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas e demais povos de comunidades tradicionais (BRASIL, 2012).

Segundo Delgado et al. (2005), o PAA traz benefícios para as comunidades onde é realizado. Dentre alguns destes benefícios identificados em locais de implantação do PAA estão o apoio à produção para o autoconsumo do excedente para a comercialização e do subsídio ao consumo, além destes também ocorrem benefícios indiretos como a natural elevação dos preços dos produtos vendidos pelos agricultores (aumentando assim o ganho destes) e o aumento do consumo local da produção.

A relação da COOPETRAL com o PAA se iniciou em 2015 com a inscrição no edital de chamada através do envio da primeira proposta da COOPETRAL para o

programa. Essa foi a primeira grande mobilização da COOPETRAL com os agricultores da região, em um projeto produtivo e com grande instituição.

O projeto foi finalizado no final de 2016 Houve grande envolvimento dos agricultores com o projeto e planeja-se que no ano 2017, no envio da nova inscrição e proposta para o PAA, aumente o número de agricultores participantes para aproximadamente 100 fornecedores.

4.2.2.4 Gestão – o presidente

O atual presidente da COOPETRAL, Sr. Apóstolo é um produtor local conhecido na região por seu envolvimento em causas sociais, religiosas e políticas no município de Pedra Branca do Amapari. Ele foi o primeiro Presidente eleito quando da criação da cooperativa em 2012 para um mandato de quatro anos e no ano de 2016 em nova eleição foi reeleito para um mandato de mais quatro anos.

Devido ao grande número de agricultores fornecedores para a COOPETRAL e, principalmente, à distância e a dificuldade de comunicação nas áreas onde se localizam as comunidades dos agricultores, está sendo implantado como método de gestão os núcleos comunitários. Tem-se em torno de 25 comunidades onde estão dispersos os cooperados. Esse método, segundo o presidente, facilitará a comunicação entre a diretoria executiva e a base dos cooperados.

[...] Nós temos uma deficiência muito grande, mais do que a comunicação, é a locomoção [...], aí eu acho que você pode tomar isso como um gargalo hoje, a dificuldade de locomoção pessoal da executiva e dos próprios membros diretores e dirigentes [...] (Presidente da COOPETRAL em entrevista realizada em 26 de janeiro de 2017).

Sobre os ideais que levaram os gestores a incorporarem esta proposta de núcleos comunitários, o Presidente afirma:

[...] A gente tem uma militância de esquerda, a gente tem uma militância progressista. Onde a gente entende que o poder ele não é distribuído pela vontade de ninguém, mas pela capacidade, pela força que a sociedade adquire nos seus organismos [...]. (Presidente da COOPETRAL em entrevista realizada em 26 de janeiro de 2017).

Segundo o diretor financeiro um dos principais problemas enfrentados atualmente no desenvolvimento da cooperativa é a necessidade de um maior envolvimento da comunidade no processo de coletivismo, no entendimento da questão da solidariedade do empreendimento cooperativo.

[...] É um desafio pra nós construirmos na cabeça das pessoas aquilo que é coletivo, com a construção coletiva de tudo [...] É possível construir coletivamente, mas o início tem que ser motivador [...] (Diretor financeiro da COOPETRAL em entrevista realizada em 26 de janeiro de 2017).

A presença da solidariedade e conseqüente coletivismo dentro de uma cooperativa são itens fundamentais para o crescimento e êxito de um empreendimento cooperativista. Segundo Gellert et al. (2008), o trabalho, a cooperação e a solidariedade são valores capazes de possibilitar a subsistência de uma comunidade em um mercado capitalista altamente competitivo. Os autores ainda afirmam que a existência e manutenção ao longo do tempo destes três valores em uma comunidade pode ser fundamental para a sobrevivência do empreendimento ao longo do tempo (GELLERT, et al., 2008).

Uma outra deficiência que precisa ser superada no desenvolvimento da cooperativa, segundo o presidente, é a precariedade de suporte técnico dentro da cooperativa. Auxílios na organização do setor documental da cooperativa são necessários.

Segundo o presidente, foi percebido que muitos agricultores preferem ir aos polos urbanos no estado, Macapá e Santana, para realizarem a venda de seus produtos nas feiras. O motivo, posteriormente percebido para este deslocamento é o aproveitamento da viagem para a compra de alimentos nos municípios que possuem um menor preço do que o vendido no interior do estado onde residem.

Devido a isso, a partir do entendimento dessa situação a cooperativa tem planos futuros de realizar a compra conjunta de alimentos para os seus membros. As compras de alimentos serão realizadas na cidade de Macapá, tendo acesso assim aos preços mais baixos, em comparação com os preços que são revendidos no interior do estado. Posteriormente as compras serão transportadas para as comunidades com caminhão fretado pela cooperativa, e as compras serão

entregues aos cooperados, sem a necessidade de se deslocarem até Macapá e sem os gastos com o deslocamento.

4.2.2.5 Visão dos cooperados

Um dos problemas que os membros da COOPETRAL observam que prejudica o desenvolvimento da organização é a falta de confiança dos agricultores locais no sucesso da cooperativa. Isto prejudica a motivação de novos membros se inserirem na cooperativa e por vezes desestimula até mesmo os atuais membros. Sobre esta questão, cooperadas afirmam:

[...] Pra mim tem saída a cooperativa. Se todo mundo acreditasse na mesma medida era melhor. Só que tem 10 que acreditam e tem 20 que são contra. Quando os 20 são contra eles tem mais força para puxar a corda para o lado contrário. E tá difícil pra gente puxar mais gente pra lá. Mesmo os que estão dentro, tem gente que fica lá: 'Ah, será que vai dar certo?' E fica ali no ouvido do outro: 'Rapaz acho que não vai dar certo isso aí?' A gente ouve dali, ouve daqui. Pra gente segurar lá, a gente tem que ser pé no chão. E acreditar e confiar que vai dar certo, porque se não, o negócio não anda [...] (Cooperada em entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2017).

[...] O pessoal que não acredita eles são daquele tipo, ele tá vendendo, eles não tão acreditando, mas na hora que ele vê que ele subiu um degrau na escada, aí eles vão olhar [...] (Cooperada entrevistada em 22 de fevereiro de 2017).

[...] O pessoal aqui [...] só acredita vendo. Aí é difícil. É cada qual por si. Então a gente tem que mostrar primeiro pra eles, pra eles poderem vir pra gente, pra se unir com a gente [...] (Cooperada entrevistada em 22 de fevereiro de 2017).

Dentre os benefícios que a participação na cooperativa está trazendo para os agricultores locais está a melhoria no escoamento da produção. O cotidiano normal da comunidade de agricultores localizados ao longo da Rodovia Perimetral Norte, não participantes da COOPETRAL, é formada por grandes dificuldades no escoamento de sua produção até os locais de venda, nas feiras de Macapá. A

primeira dificuldade se encontra no transporte da produção de suas propriedades até as margens da Rodovia, onde o transporte cedido pelo Governo do Estado arrecada as mercadorias dos produtores e os transporta até as feiras em Macapá. A segunda dificuldade encontrada é a limitação da quantidade que cada produtor pode transportar no caminhão cedido.

Devido à grande quantidade de produtores locais que precisam utilizar esse transporte por não possuir outros meios, e devido ao reduzido número de caminhões que realizam esse transporte, frente a demanda local, a quantidade que cada produtor pode levar é muito reduzida. Por esta razão, é comum produtores perderem grande parte de sua produção devido esta ultrapassar os limites determinados. Limites esses que para muitas famílias de agricultores é insuficiente para garantir um ganho econômico para seu sustento básico.

No entanto, essa realidade está mudando com a presença da COOPETRAL na comunidade. Segundo cooperadas:

[...] A gente vai pra feira tem uma dificuldade doida pra vender a produção da gente lá. A cooperativa ele vinha comprar aqui dentro e nós não tinha que sair daqui pra Macapá. Nós não tinha que levar nossa produção daqui e vender fiado lá em Macapá e deixar lá pra receber daqui há um mês, que nem eu deixei minha farinha lá agora. Só daqui há um mês que eu vou lá receber [...] (Cooperada entrevistada em 24 de fevereiro de 2017).

[...] O problema que a gente enfrenta aqui é mais da situação da produção. Porque aqui se a gente produzir muito não tem como a gente vender. Se não fosse a COOPETRAL a gente não tinha nem como sobreviver. Porque aqui a gente depende do Estado. Porque ele (Estado) tem um compromisso a longo tempo que é transportar a produção até a Feira do Produtor. Só que nesse caminhão tem um limite de produção porque não é só pra um, é pra todos. São duas comunidades que ele atende de 15 em 15 dias, aí cada um leva um pouco, não pode levar muito [...] Se por acaso você produzir muito, fazer um grande plantio aqui, você não tem como escoar a produção [...] (Cooperada entrevistada em 23 de fevereiro de 2017).

[...] Aos poucos a gente tá vendo que tá começando a melhorar. Porque antes se perdia muita produção aqui dentro, principalmente a da banana. Porque o caminhão vem e não dá pra levar tudo. E pela cooperativa, através do PAA, a gente tá conseguindo já amenizar esse problema [...] (Cooperado entrevistada em 23 de fevereiro de 2017).

Segundo Sakamoto et al. (2014), a agricultura familiar depende de boas condições de acesso as propriedades para comercialização e escoamento da produção e também para que as famílias agricultoras possam ter acesso a bens e serviços, um ponto importante para a qualidade de vida local. A dificuldade de escoamento da produção é uma realidade frequente para agricultores rurais de todo o Brasil e principalmente da Amazônia, devido aos locais de plantio serem distantes dos centros de venda e geralmente em locais de difícil acesso, assim como as comunidades localizadas as margens da Rodovia Perimetral Norte.

Sobre o início da criação da COOPETRAL, antes mesmo da divulgação da ideia de criação da organização pelo grupo inicial, já se podia notar uma inclinação de comunitários locais para o cooperativismo. Segundo cooperado entrevistado:

[...] A gente sempre teve um negócio aqui deu saber que cooperativa dava, só que a gente só funcionava com associação. Eu sempre disse para o povo aqui: 'Olha cooperativa, se tiver quem administre, se tiver um administrador responsável, ela funciona'. É muito ao contrário de associação. Associação só funciona no tempo político. E a cooperativa se ela tiver administradores competentes ela funciona. A gente vê isso funcionar lá fora. Por que não pode funcionar aqui? [...] (Cooperado entrevistado em 22 de fevereiro de 2017).

Os cooperados e agricultores envolvidos com as atividades da COOPETRAL se mostram motivados em continuar na organização e demonstram perspectivas de crescimento da organização e também crescimento dos ganhos econômicos obtidos por eles. Sobre essa afirmação um cooperado afirma:

[...] A gente só cresce unido. E a cooperativa veio melhorar essa situação da gente na questão da união, na questão do crescimento financeiro [...] Na feira um dia é bom e no outro a média é muito baixa (dos preços vendidos e da quantidade vendida). E a

cooperativa compra os produtos, compra na porta. E faz com que a gente cresce e ganhe também com isso [...] (Cooperado entrevistado em 22 de fevereiro de 2017).

Notou-se que os entrevistados desenvolvem atividades exclusivamente de agricultura em suas propriedades, mesmo que essas possuam potencial de espécies e indivíduos para atividades extrativistas. Sobre a realização de atividades de extrativismo em seus terrenos os cooperados afirmam que:

[...] Tem muita andirobeira no meu terreno, tem muito apracaxí também na beira do rio, mas a gente não explora isso. Primeiro, eu não sei nem trabalhar com esse negócio. Minha vó sabia, minha mãe sabia, mas já faleceram todas elas e eu não aprendi. Também é falta de interesse. Não me interessei porque pra mim eu ía estudar, eu ía me formar em alguma coisa e nada disso aconteceu e aí eu voltei para agricultura, que foi onde meu pai me criou, e aqui eu tô [...] (Cooperado entrevistado em 24 de fevereiro de 2017).

4.3 ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS ORGANIZAÇÕES

4.3.2 Processo produtivo e comércio

4.3.2.1 Associação Bom Sucesso

A produção atualmente realizada na Associação Bom Sucesso é proveniente das atividades do Projeto Andiroba. O processo inclui coleta das matérias-primas (as principais são: sementes de andiroba, óleo de copaíba, resina de breu branco e extrato de gergelim preto), o processamento das matérias primas e a confecção final dos produtos (sabonetes, velas e pomadas).

O projeto inicialmente se voltou para a participação das mulheres, visto que por terem uma divisão tradicional das tarefas os homens das famílias veem as atividades de produção de sabonetes, velas e pomadas como um trabalho característico feminino. Porém, no decorrer do projeto alguns homens passaram a acompanhar suas esposas durante as oficinas e também passaram a participar do processo. Mesmo que muitos homens ainda tenham certo receio em participar da atividade na fase de confecção dos produtos, a participação deles se dá mais

consistentemente de outra forma, também relevante para a produção. Os homens geralmente são responsáveis por realizar o processo de extração das matérias-primas na floresta. Portanto, de certa forma possuem também um papel importante no processo.

Esse perceptível receio dos homens ribeirinhos em realizar trabalhos mais manuais, como nesse caso a produção de sabonetes e outros cosméticos, é uma realidade comum também em outras comunidades da Amazônia. Segundo Dantas (2000) em uma comunidade localizada no município de Novo Airão no Amazonas, a realização de atividades de artesanato como geração de renda para a comunidade também apresenta semelhanças na divisão do trabalho. Os homens são em geral encarregados da extração dos recursos para a confecção das peças, e os trabalhos mais manuais de manuseio do material na confecção das peças é função das mulheres. No entanto, já se observa também uma mudança neste cenário com o crescimento econômico da atividade na comunidade, os homens também estão passando a auxiliar as mulheres nas etapas de confecção dos artesanatos.

A organização e etapas do processo produtivo hoje realizado foi baseado nos cursos de capacitação realizados no início do Projeto Andiroba. Portanto, as atividades relacionadas a produção com o auxílio das oficinas foram divididas em grupos: Grupo 1 - coletar os recursos (andiroba, fava, etc.); Grupo 2 - cozinhas, processo de extração do óleo das sementes de andiroba, separar o bagaço (resíduo da extração do óleo) para fazer a vela; Grupo 3 - confeccionar os produtos (Figuras 09, 10 e 11), realizar as compras dos produtos-base (glicerina, parafina, etc.); encomenda de embalagens; entrega nos pontos de comercialização e prestação de contas.



Figura 09 - Matérias-primas e processo de preparação dos produtos (a – Matéria-prima resina de Breu Branco, b – Óleos e extratos de matérias-primas, c – medição de extrato de gergelim preto para a confecção da pomada, d – Mistura do extrato de gergelim preto e demais componentes para o preparo da pomada).

Fonte: Pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.



Figura 10 - Após a preparação dos produtos, se realiza o despejo nas formas e recipientes (a – Associados realizando a produção de sabonetes, b – Despejo da matéria-prima óleo de andiroba em máquina para produção de vela, c – Despejo do composto em forma para a produção de sabonete de andiroba, d – Despejo do composto de pomada de gergelim em recipiente para comercialização).

Fonte: Pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.



Figura 11 - Com os produtos prontos, é realizada a finalização do processo com o acabamento dos produtos (análise de defeitos e realização de reparos, se preciso) e embalagem para a destinação à venda (a – Velas de andiroba confeccionadas, b – Sabonetes de andiroba e copaíba confeccionados, c – Acabamento de sabonetes com a retirada de excessos, d – Pomadas de gergelim preto em embalagem para comercialização, e – Processo de embalagem de velas em máquina, f – Velas embaladas para a comercialização).

Fonte: Pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.

A coleta dos recursos (matéria-prima) é realizada em grupo e também individualmente. Já foram realizadas expedições em grupo para a coleta coletiva, onde os associados se organizam em datas em que todos tinham disponibilidade e realizaram a coleta conjunta com o objetivo de obter matéria-prima para a produção, sem ganhos pessoais. Além das coletas em grupo, esporadicamente os comunitários realizam coletas individuais em seus terrenos e destinam a associação para a produção (Figura 13).



Figura 12 – Associados da Bom Sucesso com matérias-primas coletadas em suas propriedades (à esquerda óleo de copaíba e à direita resina de breu branco).

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 19 de janeiro de 2017.

Segundo Silva (2009), em pesquisa sobre o extrativismo não-madeireiro em uma comunidade amazônica no estado do Amazonas, é comum a realização de coletas em grupo (principalmente familiar) e individual por homens e os homens em geral são responsáveis por realizar as atividades que requerem maior esforço físico.

Alguns lugares de coleta, na comunidade do Rio Araguari, foram mapeados para facilitar as atividades de extrativismo com a marcação das árvores, além das áreas já comumente conhecidas pelos comunitários como de alta concentração de determinadas espécies do extrativismo.

Ocorre também situações em que alguns associados que não participam diretamente na confecção dos produtos naturais, mas auxiliam na produção com a coleta de matérias-primas na floresta repassarem os materiais coletados para os associados que realizam a confecção. Os produtos são doados, não são vendidos.

O processamento da matéria-prima constitui em: extrair o óleo das sementes de andiroba, obter o extrato de breu branco a partir da resina e obter o extrato de gergelim preto de suas sementes. O óleo de copaíba é o único que não passa por qualquer tipo de processamento, pois é coletado diretamente do tronco da árvore para o uso, por meio de perfuração. O processamento das matérias-primas é realizado pelos próprios comunitários em suas residências. A realização de oficinas no início do projeto estimulou que mais comunitários passassem a realizar este tipo de atividade. Anteriormente praticamente apenas uma pessoa era a responsável por realizar o processamento. No entanto, ainda ocorre de alguns comunitários levarem as matérias-primas para que essa pessoa realize o processamento.

Silva (2009) encontrou um cenário diferente na comunidade de extrativistas do Amazonas. Segundo o autor, nessa comunidade todos os extrativistas que realizam a coleta também realizam as atividades de beneficiamento de extração de óleo. Portanto, na comunidade estudada por Silva, os comunitários possuem conhecimento bem difundido sobre as práticas extrativistas, tanto de coleta, quanto de beneficiamento, diferente do encontrado na comunidade da Bom Sucesso.

A confecção dos produtos é atualmente realizada na cidade de Porto Grande, na residência de um dos comunitários participantes do projeto (Figura 13). Esse deslocamento da comunidade para Porto Grande é realizado e custeado totalmente pelos comunitários participantes do projeto. Os materiais utilizados na confecção dos produtos finais são: matéria-prima (processada), cera (vela), glicerina (sabonete, pomadas), sebo de Holanda (pomada), embalagens, materiais de higiene (máscaras, luvas etc). Além desses materiais também é utilizado na produção uma máquina de velas, uma máquina de embalar e um fogão a gás. A máquina de embalar é de propriedade da Bom Sucesso e foi realizada sua compra com recurso proveniente dos lucros com a própria venda da produção. A máquina de velas é de propriedade do IEPA, e está cedida à Bom Sucesso até que tenha recurso para comprar sua máquina própria.



Figura 13 – Confecção dos produtos na residência de um dos associados em Porto Grande (à esquerda) e um dos produtos finais embalado (à direita).

Fonte: Pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.

Após a confecção dos produtos e embalagem o próximo destino desses é a comercialização. Atualmente a comercialização é feita na própria comunidade na

residência de uma das associadas, Dona Dora, e na base do ICMBio. Também é realizada a venda em Porto Grande, sem um ponto de venda definido, pelos próprios associados que participam do projeto. Outro município de venda é em Macapá, nos seguintes pontos: Casa do Artesão (área turística do município), sede do ICMBio e Museu Sacaca (ponto turístico do município). Os atuais preços unitários praticados pelos associados são: vela – R\$ 8,00; pomada – R\$ 10,00; e sabonete R\$ 5,00.

A venda dos produtos está crescendo, segundo os participantes do projeto Andiroba. Um problema ainda a ser superado é o desconhecimento da população sobre a produção desse tipo de produto. Nos três pontos em que são vendidos os produtos em Macapá, Casa do Artesão, Museu Sacaca e na sede administrativa do ICMBio há uma boa procura.

Os produtos têm feito sucesso entre os consumidores. Foram relatados pelos comunitários casos em que pessoas próximas a eles utilizaram os produtos e obtiveram benefícios como melhorias no aspecto da pele com a utilização dos sabonetes naturais, alívio de dores com a utilização das pomadas produzidas com os óleos de plantas que possuem conhecidas propriedades fitoterápicas, e se tornaram consumidores frequentes dos produtos.

Sobre a execução do Projeto Andiroba, o recurso total recebido pela Associação Bom Sucesso proveniente do IEB foi de 7.924,00 reais. O referido projeto se iniciou em 2015 e se estendeu com estes recursos até o segundo semestre de 2016, quando foi concluída a transferência de recursos prevista do IEB. Em relação despesas em que o valor cedido pelo IEB foi empregado, a maior parte foi destinada à compra de materiais para a produção, depois vem os gastos com transporte para deslocamento dos associados participantes do grupo e também da própria produção, depois outros gastos (incluindo como exemplo taxas de banco e compra de matéria-prima para a primeira atividade de produção) e por fim gastos com alimentação do grupo durante as atividades realizadas em outros municípios (Gráfico 16). Gastos de mão-de-obra não foram contabilizados, pois essa se referiu aos associados participantes do projeto, que por sua vez participaram de modo voluntário de todas as atividades.

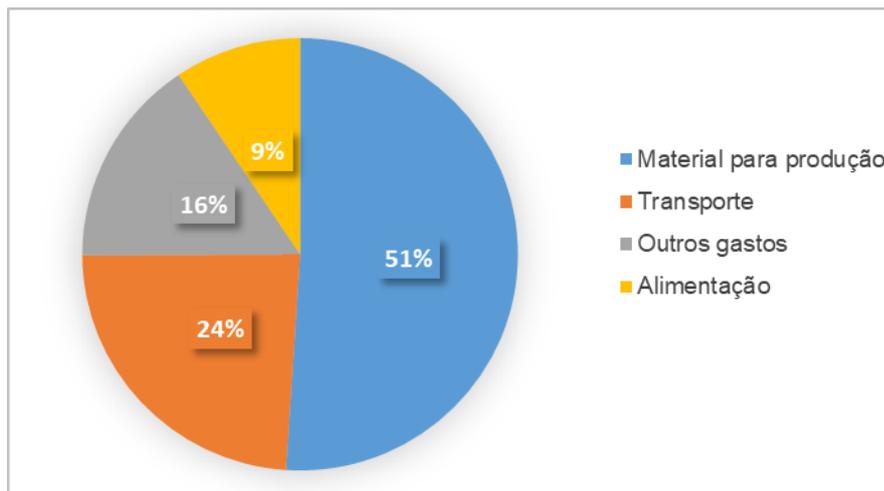


Gráfico 16 – Gastos realizados durante a execução do Projeto Andiroba com transferência de recursos do IEB, no primeiro ano.

Fonte: Dados de pesquisa de campo.

4.3.2.2 COOPETRAL

A produção atualmente realizada na COOPETRAL tem dois destinos, a venda em feiras, principalmente em Macapá e a segunda é o PAA. A produção destinada para as feiras é a mais comum e antiga realizado pelos agricultores locais. O PAA surgiu recentemente por intermédio da COOPETRAL.

O processo de produção para ambos os destinos é o mesmo. O plantio é realizado por toda a família nos períodos de safra de cada tipo de plantação. As culturas mais comumente encontradas dentre os entrevistados foram: abacaxi, melancia, banana e abóbora (Figura 14).



Figura 14 – Produção de agricultores da COOPETRAL destinada ao PAA.

Fonte: Arquivos internos da COOPETRAL, 2016.

Quando o destino da produção são as feiras em Macapá, o escoamento depende de transporte cedido pelo Governo do Estado do Amapá. Segundo Segovia (2011), a maioria dos agricultores familiares do estado do Amapá não possuem condições para transportar seus produtos até o mercado consumidor, daí sua dependência do transporte fornecido pelo governo. Nesses casos, geralmente, os produtores entrevistados realizam em média “duas feiras por mês”, ou seja, eles realizam este escoamento duas vezes durante o mês e obtêm em média um salário mínimo a cada feira realizada.

Quando o destino da produção é o PAA, o escoamento é realizado pela cooperativa até os pontos de entrega do PAA (Figura 15). O contrato com a CONAB para o PAA com os agricultores da COOPETRAL iniciou em abril de 2015 com vigência de seis meses. O contrato possuía um valor total de R\$ 324.998,00, nesse contrato participaram 50 agricultores abrangendo os municípios de Serra do Navio, Porto Grande e principalmente Pedra Branca do Amaparí. O valor total do contrato na proposta inicial de solicitação enviada a CONAB foi dividido igualmente entre todos os participantes do contrato, portanto cada agricultor receberia R\$ 6.500,00. Para receber esse valor integral os agricultores deveriam entregar a quantidade de produção firmada no contrato, caso entregassem quantidade menor receberiam quantia proporcional ao entregue.



Figura 15 – Transporte da produção dos agricultores locais realizado pela COOPETRAL para o PAA.

Fonte: Arquivo interno da COOPETRAL, 2016.

Os produtos presentes no contrato do PAA com a COOPETRAL eram os seguintes: tapioca – fécula de mandioca, tangerina, tambaqui, raiz de mandioca, goiaba – congelado para suco, cupuaçu – congelado para suco, cajá – congelado para suco, acerola – congelado para suco, abacaxi – congelado para suco, pimenta de cheiro, melancia, maxixe, massa de mandioca, mamão, limão, laranja, galinha caipira, farinha de mandioca, couve, coco verde, coco seco, cebolinha, cará, biscoito de castanha do brasil, batata doce, banana pacovan, banana comum, abóbora, abacaxi.

O referido contrato que se iniciou em agosto de 2015, com previsão de 6 meses de duração, foi estendido até dezembro de 2016, pois existia a possibilidade de caso os agricultores não conseguissem realizar toda a produção no prazo de seis meses, poderia se estender o projeto alguns meses até os agricultores integralizarem o valor. Na data em que foi realizada a presente pesquisa de campo esse contrato já havia sido encerrado e se estava em processo de fechamento de novo contrato de PAA com os agricultores locais.

Sobre os dados de execução do contrato da CONAB com a COOPETRAL, do total de 324.998,00, foram executados pelos agricultores da COOPETRAL o valor de 307.362,02. Portanto, se teve um valor restante de 17.636,00. Esse valor representa a produção que não foi entregue à CONAB pelos agricultores da COOPETRAL do total que estava previsto no Plano de Execução do contrato. Portanto, o contrato foi cumprido em 94,57%.

Ainda sobre a execução do contrato observou-se que do total de 30 produtos que compunham a lista (Anexo I), sete desses possuíram valores significativamente mais elevados em comparação com os demais, esses produtos representando cerca de 80% do valor total da produção entregue. Esses produtos são: banana comum, banana pacovan, raiz de mandioca – in natura com casca, abacaxi, farinha de mandioca, produto de fruta – abacaxi congelado para suco e produto de fruta – cupuaçu congelado para suco. Dentre o valor total da produção considerando apenas estes sete produtos, constatou-se que a banana comum representa mais da metade desse total, com 52% e em segundo lugar também produto banana, mas do tipo pacovan, representando 20% deste total (Gráfico 17).

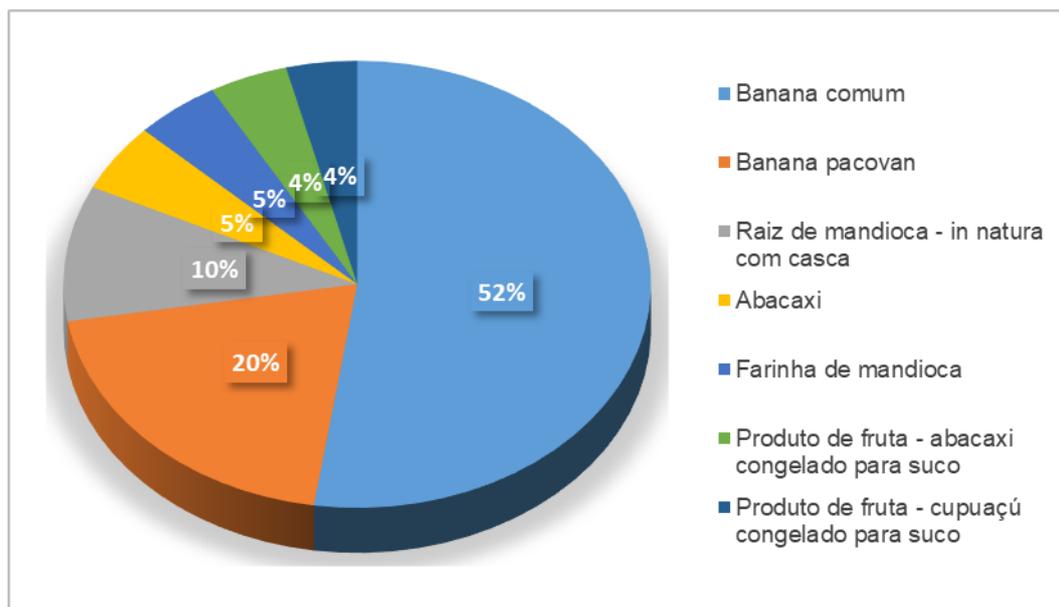


Gráfico 17 – Quantidade dos principais produtos vendidos no contrato do PAA com a COOPETRAL.

Fonte: Dados de pesquisa de campo.

4.4 CONSONÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA:

A seguir é apresentada uma tabela com o resumo do atendimento dos princípios de economia solidária pelas organizações Bom Sucesso e COOPETRAL (Tabela 02). E posteriormente são discutidos os principais pontos que foram considerados para a classificação dada para cada organização.

Tabela 02 – Princípios de economia solidária na Bom Sucesso e COOPETRAL.

Princípios de organizações solidárias	Associação Bom Sucesso	COOPETRAL
Princípio da adesão voluntária e livre	Atende	Atende
Princípio da gestão democrática pelos sócios	Atende parcialmente (-)*	Atende parcialmente (+)*
Princípio da participação econômica dos sócios	Não atende	Atende parcialmente
Princípio da autonomia e independência	Atende	Atende (-)*
Princípio da educação, formação e informação	Atende parcialmente (+)*	Atende parcialmente (-)*
Princípio da interação	Atende parcialmente (+)*	Atende parcialmente (-)*
Princípio do interesse pela comunidade	Atende parcialmente (+)*	Atende parcialmente (-)*

*Os símbolos “(+)” e “(-)” significam que a organização teve mais aspectos positivos ou negativos em comparação com a outra organização no cumprimento do princípio.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4.1 Princípio da adesão voluntária livre:

A adesão voluntária e livre prevê que todas as pessoas aptas têm livre acesso a participar da organização (VEIGA; RECH, 2001).

Em ambas as organizações o princípio é atendido. Na Associação Bom Sucesso no período que antecedeu criação, foi divulgada na comunidade local o desenvolvimento da iniciativa de criação da associação e foram nessa ocasião convidados a participarem das reuniões que antecederam a sua criação. Assim se formaram os primeiros membros associados da organização. Ainda atualmente o atual presidente da organização e os demais membros divulgam e deixam claro para os demais comunitários locais não-associados que novos associados são bem-vindos, nesse cenário a divulgação “boca à boca” é o principal meio utilizado.

Na COOPETRAL um problema identificado durante a visita à campo é que muitos agricultores que tinham relação com a COOPETRAL através de participação

em contratos de produção, ainda não eram oficialmente membros da organização. No período de levantamento dos dados se tinham apenas 35 membros cooperados oficialmente (documentalmente). No entanto, segundo afirmado pelo presidente da COOPETRAL, na próxima assembleia geral seria oficializada a entrada destes novos membros, os quais já participam ativamente dos contratos de produção da COOPETRAL.

4.4.2 Gestão democrática pelos sócios

O princípio da gestão democrática pelos sócios indica que todos os membros da associação têm o direito e dever de participarem ativamente das tomadas de decisões da organização, através da eleição de dirigentes, votação em decisões, participação em reuniões, visto que a base desse tipo de organização é a democracia (VEIGA; RECH, 2001).

Na Bom Sucesso foi afirmado durante as entrevistas que uma pequena parcela participa frequentemente das reuniões. As principais justificativas dos associados para não participarem foram: terem suas ocupações em seus terrenos e não possuírem disponibilidade para frequentar as reuniões; a dificuldade de deslocamento quando as reuniões não ocorrem na comunidade. Na comunidade local existe um número significativo de moradores idosos, e alguns desses entrevistados justificam sua ausência nas reuniões da associação devido problemas de saúde.

No que diz respeito à participação durante as reuniões os entrevistados alegaram que ocorre a participação com o direito à palavra, mas ainda é em pequena quantidade. Na prática, foi realizada a participação pela autora durante uma reunião da Associação (Figura 16), durante essa reunião foi observada a participação dos membros e os temas abordados. Notou-se que houve boa participação dos membros durante as discussões das pautas. Foram abordados durante a reunião alguns assuntos polêmicos e relevantes para a vida da comunidade local, dentre estes estavam a futura construção de escola na comunidade, funcionamento do posto de saúde local e modo de abordagem durante as fiscalizações realizadas na comunidade.



Figura 16 – Reunião com membros da Associação Bom Sucesso com entidades do poder público.

Fonte: Pesquisa de campo em 20 de janeiro de 2017.

A presente reunião teve relevância por reunir não somente os membros da Associação, mas também junto desses analistas do órgão gestor da UC e gestores políticos do município de Porto Grande (secretário de saúde, secretário de educação). Segundo os comunitários presentes essa reunião representou para a comunidade um momento raro de comunicação, para serem ouvidos por órgãos e profissionais que são responsáveis por atividades que estão diretamente ligadas ao bem-estar da comunidade local. Em determinado momento da reunião um comunitário pediu a palavra e elogiou a realização da reunião, pois esta representou uma oportunidade rara da comunidade poder dialogar abertamente sobre os problemas enfrentados e o papel dos órgãos nessas situações.

A COOPETRAL está desenvolvendo formas de melhorar a viabilidade desse princípio, visto que, a organização é ampla em sua área de atuação, com membros participantes (mesmo que não todos oficialmente associados) distribuídos em comunidades distantes umas das outras. Portanto, segundo o presidente da COOPETRAL, um novo sistema de núcleos de gestão já está em fase de implantação. Nesse sistema os produtores serão divididos em núcleos e terão a responsabilidade de se reunirem regularmente para discussão e levantamento dos problemas e necessidades de cada núcleo e essas informações serão levadas para

os membros gestores da organização e se viável, levados como pauta para as Assembleias Gerais.

Sobre a participação em reuniões, foi possível a autora acompanhar uma reunião da qual a COOPETRAL foi uma das organizações participantes. A reunião foi realizada em 28 de janeiro de 2017 no município de Serra do Navio e consistiu em uma audiência pública com o tema Concessão Florestal da FLOTA do Amapá – Lote II (Figura 17), onde as propriedades de cooperados da COOPETRAL serão influenciadas.



Figura 17 - Reunião de Audiência Pública para Concessão Florestal da FLOTA do Amapá – Lote II, da qual a COOPETRAL participou.

Fonte: Pesquisa de campo em 28 de janeiro de 2017.

Nessa reunião foi realizada apresentação do Pré-projeto de concessão florestal realizada por funcionários representantes do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-Ap). Na apresentação, somente foi dado ênfase aos aspectos positivos da implantação da concessão florestal na região. Não houve nenhum momento da apresentação dedicado aos impactos negativos que podem ser gerados com a concessão florestal.

A posição do presidente da COOPETRAL exposta durante sua fala na reunião, foi a favor da concessão florestal. Segundo o presidente, a concessão trará benefícios para a comunidade, para os agroextrativistas, pois ocorrerá a abertura de estradas na mata que poderão ser também utilizadas pelos comunitários.

4.4.3 Participação econômica dos sócios

O princípio da participação econômica dos sócios afirma que “os membros contribuem equitativamente através de taxas [...] para o funcionamento das suas associações e as controlam democraticamente” (VEIGA; RECH, 2001, p. 14).

Este princípio é um dos mais deficientes dentro da Associação Bom Sucesso. Segundo informado pela secretária da associação, que atualmente desempenha também a função de tesoureira, apenas seis membros de um total de 92 estão regulares com os pagamentos das taxas anuais da associação. A causa do atraso alegada pelos próprios entrevistados foi o desinteresse com a Associação, mas estes afirmaram reconhecerem a importância e os benefícios já obtidos com a associação e, portanto, a importância de estarem regulares no pagamento das taxas.

Na COOPETRAL esse é um dos princípios que apresenta deficiência em sua execução, porém em nível menos crítico do que na Bom Sucesso. Na COOPETRAL quase metade dos membros estão regulares com o pagamento das taxas.

4.4.4 Princípio da autonomia e independência

Este princípio prevê que as associações sejam organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros (VEIGA; RECH, 2001). Ainda sim essas organizações podem receber apoio financeiro e até operacional de outras entidades, porém, nesses casos devem ser preservadas o controle democrático pelos sócios e sua autonomia.

A Bom Sucesso atualmente recebe apoio de muitas organizações, uma das principais apoiadoras no desenvolvimento das atividades da Associação, desde o início na fase das primeiras reuniões para a criação e até atualmente é ONG CI. Outro relevante apoio financeiro no desenvolvimento das atividades da Bom Sucesso foi obtido através de edital com o IEB para a realização do Projeto Andiroba. Outras entidades que também apoiam o desenvolvimento de atividades da Bom Sucesso são: ICMBio, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), IEPA e IEF-AP.

A Associação Bom Sucesso apresenta independência em suas decisões, sendo realizadas de modo democrático somente por membros da organização em

assembleias. As relações com outras entidades são estritamente de apoio como exemplo, apoio técnico em determinadas atividades, logístico e financeiro por meio de editais.

Esse princípio é cumprido pela COOPETRAL, a organização, diferente da Bom Sucesso recebe poucos apoios financeiros de organizações externas. Hoje as principais relações com outras organizações são com o IEF, órgão gestor da FLOTA, que esporadicamente auxilia a organização com o empréstimo de veículos para deslocamentos ou outras demandas da organização, porém em proporção muito inferior em comparação com a relação entre a Bom Sucesso e o ICMBio.

Outra relação importante é com a Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços em Tecnologia de Gestão, Informação, Educação e Energia (SIGETECH). A SIGETECH é responsável pela viabilidade das questões documentais e processuais da organização. Segundo Tauille e Debaco (2002), os empreendimentos solidários geralmente possuem membros com baixo grau de escolaridade e de formação técnica para o gerenciamento e devido isso, esses possuem dificuldades na gestão e administração do empreendimento. Essa carência dentro de empreendimentos econômicos como cooperativas e associações, faz com que essas busquem apoio de outras organizações para sua formação e consolidação. Esse tipo de relação muitas vezes pode gerar dependência (CORAGGIO, 2001).

Essa relação entre SIGETECH e COOPETRAL é aparentemente uma relação fundamental para a organização da COOPETRAL. O que não foi possível identificar é justamente até que ponto essa relação é de dependência, pois ficou perceptível a relevância da relação entre essas duas organizações, muito provavelmente por esse motivo à nível de organização enquanto entidade a COOPETRAL se mostrou mais bem organizada do que a Bom Sucesso, que atualmente não possui qualquer tipo de apoio de outra entidade em relação a esse setor.

- A relação COOPETRAL x SIGETECH

A SIGETECH possui relação com a COOPETRAL através de contrato firmado desde o ano de 2015. O contrato estabelecido consiste na prestação de serviços de consultoria técnica da SIGETECH para a COOPETRAL. Os serviços, segundo contrato, são relacionados a elaboração e execução do projeto para o PAA da

CONAB. Dentre as obrigações da SIGETECH no serviço prestado para a COOPETRAL estão:

- i) Utilizar das técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma;
- ii) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria desenvolvida [...];
- iii) Fornecer equipamentos, dependências e serviços que se fizerem necessários para a execução da consultoria, mediante remuneração;
- iv) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste, relação de credores e fornecedores;
- v) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto, devendo ser entregue mensalmente para a contratante;
- vi) Emissão de documentos, como notas fiscais e recibos;
- vii) Auxiliar na prestação de contas.

O serviço prestado pela contratada SIGETECH é pago pela COOPETRAL da seguinte forma: o valor se refere à 5% do valor total do projeto desenvolvido. O valor é pago de acordo com as parcelas que a CONAB vai disponibilizando no decorrer do desenvolvimento do projeto. O presente contrato se iniciou em fevereiro de 2015, com vigência de dois anos e com possibilidade de prorrogação.

4.4.5 Princípio da educação, formação e informação

Esse princípio prevê que dentre os objetivos executados pela associação esteja a busca constante da melhoria educacional de seus membros (VEIGA; RECH, 2001). Nessa função cabe a organização realizar capacitações que instruem os membros visando o melhor desenvolvimento das atividades realizadas pela associação. Outro enfoque que deve ser dado pela associação se refere aos jovens

da comunidade, deve-se realizar o incentivo desses à uma formação educacional mais completa e também buscar a melhoria da educação local ofertada.

A Bom Sucesso mesmo sendo uma organização em estágio inicial de desenvolvimento possui um bom desempenho no cumprimento desse princípio. Desde antes de sua criação foram realizados cursos e palestras com a comunidade local com o objetivo de informar sobre as funções de uma associação, os seus princípios e objetivos. E após a criação, foram realizados cursos para a capacitação profissional da comunidade em atividades desenvolvidas no âmbito da associação e de maneira individual pelos membros.

Um relevante exemplo de iniciativa da Bom Sucesso na busca de melhoria da educação oferecida aos jovens locais e estímulo a estes seguirem em seu aperfeiçoamento educacional é um dos atuais objetivos que estão sendo buscados pela organização, a construção de uma nova escola local de Ensino Fundamental.

Esse princípio possui deficiência na COOPETRAL. Não foram realizados cursos com a maioria dos atuais membros da cooperativa sobre os conceitos de cooperativismo, empreendimento solidário e vida cooperativa. Isso é justificado pelo presidente da associação devido ao recente crescimento do número de sócios, motivado principalmente pelos atuais projetos dos quais a COOPETRAL participa e desenvolve.

Segundo o presidente, estão previstos a realização de cursos de cooperativismo com os novos membros da COOPETRAL, e estes serão executados em parceria com a Organização de Cooperativas do Brasil (OCB), a qual tem já tem uma relação estabelecida com a COOPETRAL.

Sobre o estímulo da COOPETRAL ao melhoramento do acesso à educação dos jovens locais, a organização é também, assim como a Bom Sucesso, ativa neste aspecto. E já possui uma resposta consolidada dos esforços. Existe dentro da área de abrangência da cooperativa uma escola agrícola destinada aos jovens da comunidade. Esta escola, segundo o presidente, foi obtida também a partir de esforços da COOPETRAL além de toda a comunidade local. Esta escola realiza cursos com os jovens os ensinando práticas agrícolas, por exemplo.

4.4.6 Princípio da interação

O princípio da interação aborda a relevância da relação da organização com outras organizações afins (VEIGA; RECH, 2001). A rede de relações formada por uma organização é um dos pontos-chave para o desenvolvimento de uma organização de base solidária.

A Bom Sucesso possui importante rede de relações com outras entidades que auxiliam no desenvolvimento das atividades da organização, como citado anteriormente. No entanto, ainda é pouco significativa as relações com outras organizações solidárias como associações e cooperativas. A única relação já estabelecida com outra associação, foi logo após a sua criação. Neste período, a Bom Sucesso não possuía conta bancária para destinar recursos obtidos para auxílio financeiro por projetos, por este motivo a Associação Renascer cedeu sua conta bancária para que a Associação Bom Sucesso pudesse receber recursos obtidos para custeio de projetos.

A COOPETRAL não possui relação direta com outras organizações solidárias. A principal relação hoje estabelecida pela cooperativa é com a SIGETECH. O estabelecimento de relações com outras cooperativas e/ou associações que possuam o mesmo objetivo final seria relevante para estratégias de mercado para a maior inserção dos produtos locais no estado, padronização da produção, repartições de tipos de produção etc.

4.4.7 Princípio do interesse pela comunidade

Este princípio prevê que as decisões tomadas pelos membros da organização objetivem o desenvolvimento sustentável de sua comunidade, município, região, estado e país (VEIGA; RECH, 2006).

Os atuais projetos e ações desenvolvidos pela Bom Sucesso estão de acordo com esse princípio, através do incentivo ao fomento da economia local com a realização de atividades de produção e venda de produtos de origem natural não-madeireira, esse vai além dos limites da comunidade e do município, chegando à nível estadual, pois a venda dos produtos é realizada em municípios além do município sede da organização, a venda é realizada também em Macapá e no Oiapoque. Ocorre também ocasionalmente a venda para outros estados. As

atividades de mutirão realizadas pela Bom Sucesso na comunidade também são exemplos da busca de desenvolvimento na comunidade local pela organização.

Na COOPETRAL este princípio é ainda atualmente pouco desenvolvido na comunidade abrangida. Porém já são percebidas iniciativas como a projeto que seria implantado a partir da próxima Assembleia. Segundo o Presidente, visando melhorar o acesso da comunidade à produtos de necessidade básica, será iniciada a prática do transporte de produtos para dentro da comunidade. O transporte das mercadorias para a venda na comunidade local pela COOPETRAL representaria uma melhora na qualidade de vida local, pois assim os agricultores não precisariam gastar recursos com o deslocamento até os centros urbanos e também não perderiam dias de trabalho em suas roças.

4.5 A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (BOM SUCESSO E COOPETRAL) E SUAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

A Associação Bom Sucesso e a COOPETRAL são organizações que ainda estão nos passos iniciais de sua estruturação, tanto como organizações solidárias, quanto como organizações produtivas. Ambas apresentam dificuldades que precisam ser superadas para que a organização possa se desenvolver no âmbito dos princípios que regem os empreendimentos solidários e como facilitadoras e estimuladoras de atividades econômicas para as comunidades em que atuam. No entanto, mesmo que ainda falte muito para que estas organizações alcancem o pleno desenvolvimento, já são notórios benefícios locais gerados nas comunidades a partir da criação das organizações e que já refletem na melhoria do desenvolvimento das atividades produtivas.

Na comunidade localizada as margens dos rios Araguari e Falsino, em que há gerações ribeirinhos praticam atividades extrativistas, somente a partir da criação da Associação Bom Sucesso foi possível, pela primeira vez, os comunitários se organizarem com o objetivo de estruturar suas atividades extrativas em busca de geração de renda. Até então, as atividades de extrativismo eram realizadas isoladamente pelos comunitários e estes realizavam a venda das matérias-primas do extrativismo *in natura*, sem qualquer tipo de beneficiamento ou estratégia de inserção no mercado. A realização do Projeto Andiroba executado no âmbito da

associação, inicialmente com recursos externos provenientes do IEB, representou não apenas um avanço na mobilização dos comunitários em tornar o extrativismo um foco de ganho econômico, mas também avanços nas relações de convivência entre os próprios comunitários e no desenvolvimento de uma visão até então inexistente na localidade, uma visão empreendedora.

Simoni (2010) afirma que se tem cada vez mais observado casos em que comunidades extrativistas estão conseguindo alcançar a inserção de seus produtos em mercados, com o comércio justo e o consumo solidário, a partir de estratégias de ES. Portanto, os avanços já sentidos pelos associados da Bom Sucesso nessa fase inicial de implantação da organização e da atividade produtiva, podem representar a possibilidade de desenvolvimento dessa atividade em direção ao também desenvolvimento da comunidade.

Nas comunidades localizadas ao longo da Rodovia Perimetral Norte, a agricultura, antes mesmo da criação da COOPETRAL, já representava o principal meio de geração de renda. No entanto, a criação da cooperativa representou uma melhoria na viabilidade da agricultura na região, principalmente com o auxílio no escoamento da produção, principal problema apontado pelos entrevistados, e com o acesso a contratos de produção, como o PAA.

Segundo Santos e Candido (2013), o cooperativismo traz benefícios que levam ao fortalecimento da agricultura familiar, dentre estes estão: o fortalecimento da estrutura de mercado, com a maior participação em feiras e a conquista do PAA, o que não seria possível a estes como agricultores individuais.

Outro benefício que as criações das organizações trouxeram para as comunidades envolvidas, foi o notório aumento da motivação dos integrantes em seu envolvimento nas atividades produtivas e na busca de seu desenvolvimento. Observou-se que todos os entrevistados que estavam envolvidos diretamente na execução das atividades produtivas se mostraram satisfeitos e motivados com o trabalho desenvolvido. Essa é uma característica relevante para a continuação das atividades e busca pelo crescimento dessas.

Silva et al. (2016) em estudo realizado em uma cooperativa de agricultores familiares em Roraima, observaram que a quase totalidade dos integrantes da organização se mostraram satisfeitos com a participação na cooperativa e esperançosos na melhoria da qualidade de vida na comunidade a partir da organização. Realidade próxima a encontrada na Bom Sucesso e na COOPETRAL,

o que difere é que nessas apenas uma parcela dos integrantes se mostram motivados com a participação na organização, portanto a tendência esperada é que com o envolvimento de maior número de associados e cooperados nas atividades dessas organizações, mais integrantes compartilhem essa motivação.

Mesmo com esses benefícios ainda existem muitos problemas que precisam ser superados nas comunidades estudadas e dentro de suas organizações para que as atividades produtivas possam crescer e gerar aumento de renda para os participantes de maneira mais significativa. Uma dessas problemáticas se refere a participação dos jovens nas atividades de extrativismo e agricultura nas comunidades.

Tanto na comunidade da Bom Sucesso quanto da COOPETRAL observou-se que os jovens estão se afastando do envolvimento nas atividades principalmente devido a precariedade no sistema público de ensino local, o que os levam a saírem de suas comunidades de origem em busca de melhor ensino. Essa situação é menos grave nas comunidades ao longo da Perimetral Norte, pois nessas se tem escolas até o nível de Ensino Médio para atendê-los, apenas demonstrando carência de instituições públicas de Ensino Superior nas proximidades. Na comunidade abrangida pela Bom Sucesso, a questão de acesso à educação é mais precária, na localidade tendo apenas uma escola até o Ensino Fundamental menor (4ª série), provavelmente por isso nessa comunidade muitos jovens não residem com suas famílias na localidade e não estão envolvidos nas atividades extrativistas.

Essa situação é comumente encontrada em outras comunidades rurais do Brasil. Segundo Ferrari et al. (2004), é cada vez mais comum a saída dos jovens filhos de agricultores familiares do meio rural em direção aos centros urbanos. Segundo os autores, ocorre até mesmo situações em que o jovem deseja seguir a profissão de agricultor, mas encontram dificuldades no meio rural, o que os leva também a partirem para as cidades à procura de outras alternativas profissionais.

O afastamento dos jovens das atividades locais extrativistas e agrícolas pode representar um risco a sobrevivência das atividades nas regiões, principalmente do extrativismo no Rio Araguari, uma vez que o extrativismo é uma atividade fundamentalmente tradicional. O cenário atual de extrativistas mais velhos com idade em geral a cima de 50 anos e de jovens que não estão obtendo conhecimento sobre essa atividade, pode comprometer o crescimento e desenvolvimento da atividade na comunidade no futuro.

O envelhecimento da população rural é uma natural consequência dessa realidade. Ferrari et al. (2004) encontrou em uma comunidade de agricultores familiares em Santa Catarina, um total de 29% dos estabelecimentos familiares sem a presença de sucessores ou com apenas um(a) filho(a) residindo com os pais. Essa situação representa uma ameaça a continuidade do processo produtivo familiar.

Um outro ponto mais diretamente relacionado a forma atual de organização das comunidades dentro da Bom Sucesso e da COOPETRAL, e que representa um obstáculo ao desenvolvimento das atividades produtivas, se refere a falta de união presente entre os integrantes de ambas as organizações. A ausência de solidariedade dentro de um grupo que deve ser regido por princípios baseados na solidariedade representa um aspecto grave para o futuro dessas organizações. A percepção do integrante enquanto parte de um grupo, a entrega em participar de atividades que visem o ganho do grupo e não apenas o ganho pessoal, são aspectos fundamentais para um integrante de uma associação e de uma cooperativa, principalmente nas fases iniciais de implantação e desenvolvimento de atividades produtivas.

Veiga e Rech (2001) afirmam que para se inserir em uma organização associativa os seus membros devem ter conhecimento que é necessário uma modificação de comportamento e hábitos de cultura. Os princípios que regem uma organização associativa por terem fundamentos na solidariedade exigem que os seus membros exerçam a solidariedade em suas relações e no desenvolvimento de suas atividades dentro da associação, disso depende o bom desempenho e desenvolvimento da organização. Dessa forma, para que uma associação possa desenvolver de modo eficaz suas atividades e relações internas os seus membros devem sobrepor o *nós* ao invés do *eu* (VEIGA; RECH, 2001).

Essa situação também está relacionada a outra questão relatada pelos entrevistados também de ambas as organizações, a falta de credulidade no futuro crescimento das atividades, por parte de outros comunitários que não estão envolvidos nas atividades produtivas. O ganho econômico nas atividades produtivas é um fator que comprovadamente atrai membros a participarem, no entanto, no início da implantação e desenvolvimento de atividades produtivas, como é o caso da Bom Sucesso e da COOPETRAL, os ganhos econômicos não são tão significativos. Portanto, uma possibilidade é que com o progressivo crescimento das atividades

produtivas atualmente realizadas, maior número de associados e cooperados passem a demonstrar interesse em participar.

Este tipo de situação foi comprovado por Cardona Calle, Vieira e Noda (2014). Esses autores observaram que em uma comunidade localizada na Reserva Extrativista do Rio Jutai no Amazonas, o conhecimento e prática das atividades extrativas não eram desempenhadas pela maioria dos comunitários. No entanto, com o desenvolvimento da atividade extrativa na região e seu crescimento econômico, um maior número de comunitários passaram a demonstrar interesse em aprender e realizar as técnicas de extrativismo na comunidade.

O estabelecimento de uma maior rede de relações das organizações com outras entidades, principalmente outras entidades de caráter solidário, seria importante para a ampliação das atividades produtivas. Com isso, se poderia obter apoio em processos que a organização tenha carência, seja em compartilhamento de conhecimentos e experiências ou empréstimos de materiais, máquinas etc, enfim, em auxílios que venham a fortalecer o processo produtivo.

Abramovay (2000), aponta alguns benefícios do estabelecimento de redes de relações com outras entidades por cooperativas ou associações. Exemplos de alguns tipos de interações possíveis e seus benefícios são: um forte grau de interação entre organizações familiares é essencial para o desenvolvimento da gestão e do trabalho em família; a troca de informações com empresas e profissionais técnicos, colabora para o desenvolvimento do olhar empreendedor sobre as atividades produtivas.

Agora sobre os aspectos que divergem entre as organizações e que influenciam no desenvolvimento das atividades produtivas, dentre eles está o conhecimento por parte dos associados e cooperados dos princípios, fundamentos e objetivos de uma organização solidária, no caso, cooperativa e associação. Na Bom Sucesso se observou que a maioria dos entrevistados conhecia estes aspectos, mesmo que não os praticassem. Mas na teoria demonstraram conhecimento desses, provavelmente devido aos cursos realizados antes da criação da associação com a comunidade local. Realidade diferente da encontrada na COOPETRAL, onde a maioria dos entrevistados demonstraram desconhecimento desses princípios, fundamentos e objetivos, provavelmente devido a não realização de cursos de cooperativismo com todos os atuais cooperados. A falta desse conhecimento

prejudica o correto desenvolvimento da organização enquanto não apenas entidade de produção, mas também uma entidade de caráter social.

Segundo Veiga e Rech (2001, p. 29) “a mobilização, a conscientização e a capacitação do grupo que pretende fundar uma associação/cooperativa devem ocorrer antes da organização formal”. O cumprimento dessa premissa determinada por Veiga e Rech (2001) é fundamental para o desenvolvimento da organização enquanto empreendimento econômico solidário, visto que, o entendimento e execução dos princípios de uma associação ou cooperativa é que vão fazê-los entes praticantes de uma estrutura com base na solidariedade.

Outro ponto de divergência entre as organizações está no cumprimento dos objetivos previstos no estatuto. Ambas as organizações como entidades que possuem um caráter social, mas também de estímulo às atividades produtivas econômicas, possuem objetivos nessas duas áreas. Foi observado a partir da fala dos entrevistados e também pela observação da realidade vivenciada pelas comunidades, que o cumprimento desses objetivos não ocorre de modo equivalente. Na Bom Sucesso se observam mais avanços no âmbito social da comunidade do que no econômico, já na COOPETRAL se observa um avanço mais significativo no âmbito econômico do que no social, de acordo com os princípios do estatuto. Portanto, é necessário que as organizações empenhem maiores esforços no cumprimento dos objetivos menos desenvolvidos.

No entanto, mesmo que não esteja ocorrendo o cumprimento de todos os objetivos determinados nos estatutos das organizações, essa configuração apresentada pela Bom Sucesso e pela COOPETRAL está de acordo com a finalidade geral determinada para a criação de uma organização associativa e uma organização cooperativa. Segundo Veiga e Rech (2001, p.39), as associações têm por finalidade “representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados, realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social”. E as cooperativas têm por finalidade “viabilizar e desenvolver atividade de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização”. Portanto, analisando as finalidades de ambas as organizações e a realidade encontrada na Bom Sucesso e COOPETRAL, é constatado que essas estão desempenhando suas respectivas finalidades, mesmo que ainda em fase inicial.

Um ponto que precisa ser melhorado, principalmente na localidade da Bom Sucesso são os acessos a serviços básicos para a qualidade de vida, como a saúde, energia elétrica e condições de moradias. O acesso a esses serviços também está relacionado à permanência ou não dos comunitários em suas propriedades. Na comunidade da Bom Sucesso não se tem rede de energia elétrica, não se tem posto de saúde e as moradias no geral ainda são muito precárias (atualmente este cenário começa a mudar com as atividades de mutirão). Já nas comunidades pesquisadas da COOPETRAL, todas possuem acesso à rede de energia elétrica, em todas as comunidades se têm postos de saúde e as moradias são em geral melhor estruturadas e de alvenaria. Portanto, é importante que esses serviços cheguem as comunidades, e o papel das organizações enquanto entidades sociais, pode vir a auxiliar na representatividade da comunidade perante os órgãos públicos na busca desses serviços.

A melhoria de serviços básicos e assim da qualidade de vida da comunidade local, poderia vir a ser também um atrativo para a permanência dos jovens na localidade e assim permitir a continuação futura das atividades produtivas. Segundo Ferrari et al. (2004), é urgente a construção de um espaço rural que atenda as condições mínimas de cidadania como educação, saúde, moradia e lazer. Desse modo, existiria a possibilidade de escolha dos jovens em permanecer ou não na comunidade, em continuar ou não as atividades produtivas da família, e não ser praticamente forçados a ir para as cidades em busca de condições mínimas de qualidade de vida, como ocorre atualmente.

A relação das organizações com o órgão gestor da UC, à qual sofre influência, também é relevante na viabilidade e execução de suas atividades produtivas. É necessário que se tenha regularidade ambiental no desenvolvimento de suas atividades, afinal, estando em território ou zona de amortecimento de uma UC se incidem legislações e normas específicas para o uso do território. Além desses aspectos, uma relação mais próxima com o órgão gestor pode possibilitar auxílios na execução de suas atividades produtivas. Como observado na Associação Bom Sucesso, a relação próxima com o ICMBio propiciou parcerias na execução de algumas atividades dentro do Projeto Andiroba, como a disponibilização da base do ICMBio para realização de reuniões e cursos, auxílios na realização de algumas atividades administrativas do projeto e disponibilização como ponto de venda dos produtos na sede do ICMBio em Macapá. Uma realidade diferente da encontrada

entre os comunitários da COOPETRAL e o IEF, onde a maioria dos entrevistados alegou nem sequer conhecer os limites da FLOTA e se sua propriedade estava ou não inserida nesta.

Além dos benefícios da proximidade com o órgão gestor já indicados, Andrade e Lima (2016) afirmam que esta proximidade pode ajudar no melhor entendimento dos problemas enfrentados pelas comunidades locais, por parte dos gestores e com o maior número de agentes envolvidos. Dessa forma, interagindo dentro dos objetivos de conservação de uma UC, menores serão os possíveis conflitos e maiores as chances de se alcançarem os resultados esperados.

Uma situação grave que precisa ser solucionada na Bom Sucesso é o alto número de associados inadimplentes em suas mensalidades com a associação. Na COOPETRAL a inadimplência não possui um valor significativo. A importância dos associados e cooperados estarem regulares no pagamento de suas mensalidades é fundamental para o funcionamento da organização, visto que esses valores são responsáveis pelo sustento da organização enquanto entidade legal e para isso é necessário o pagamento de taxas, além também desses valores serem relevantes para os deslocamentos necessários realizados por membros e principalmente pelo presidente em suas viagens a reuniões com possíveis parceiros à organização.

Esse mesmo cenário de inadimplência dentro da associação é encontrado em outras associações rurais da Amazônia. Em estudo realizado com 43 associações rurais da região nordeste da Amazônia, Maneschy et al. (2008) identificaram que em grande parte das organizações pesquisadas a inadimplência dos próprios associados era uma situação comum.

Uma possibilidade de aumento da produtividade com fins econômicos nas organizações seria o foco da diversificação das atividades. A COOPETRAL poderia estimular seus agricultores a trabalharem também com o extrativismo, que possui viabilidade na região devido à presença de espécie com esse potencial. Na Bom Sucesso a questão da diversificação das atividades já está em curso, com a concessão das Cartas de Anuência pelo IEF, alguns comunitários já estão iniciando o plantio de cultura visando a comercialização. Nesse ponto, entra-se na questão da pluriatividade de comunidades rurais, segundo Pires e Spricigo (2004) a pluriatividade se constitui na diversificação das atividades rentáveis do negócio, portanto, representaria uma importante possibilidade de incremento de renda das comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo de análise de percepção realizado nas organizações Bom Sucesso e COOPETRAL foi possível identificar as principais contribuições e avanços que a presença dessas organizações trouxeram para suas respectivas comunidades e também aspectos que precisam ser melhorados para o desenvolvimento dessas organizações.

A hipótese levantada foi parcialmente confirmada, portanto pode-se afirmar que para a Bom Sucesso, ainda não se possui uma relação positiva clara entre os avanços da organização e suas atividades produtivas. Porém, para a COOPETRAL pode-se afirmar a existência de uma relação positiva entre os avanços obtidos com a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas.

Observou-se que as atividades produtivas da Bom Sucesso ainda estão em estágio inicial de implantação e distantes de um nível que represente significativo desenvolvimento para as comunidades locais através de melhoria da qualidade de vida. As atividades produtivas realizadas pela COOPETRAL, principalmente no âmbito do PAA, representaram avanços significativos no desenvolvimento de suas atividades produtiva, tanto em relação a ganhos financeiros quanto a melhoria de sua produção.

Dentre os principais benefícios que a criação da Associação Bom Sucesso trouxe para a comunidade que reside às margens dos rios Araguari e Falsino, estão:

- a) Representatividade: os comunitários passaram a serem vistos e ouvidos como atores sociais e já obtiveram ganhos para a melhoria da vida na comunidade.
- b) Solidariedade: a criação da Bom Sucesso levou comunitários a estabelecerem relações mais próximas, além da participação no Projeto Andiroba, a participação nas ações de mutirão também representou oportunidades de estabelecimento de laços mais próximos e de busca pelo “bem-estar do outro”.
- c) Empreendedorismo: a realização das atividades do Projeto Andiroba, implantou entre os comunitários participantes uma nova visão ao processo extrativista, voltado para além da conservação ambiental, também para o empreendedorismo e práticas de inserção no mercado, buscando assim maior geração de ganhos econômicos.

Dentre os principais benefícios da criação da COOPETRAL para as comunidades residentes às margens da Rodovia Perimetral Norte, estão:

- a) Escoamento da produção: o auxílio da COOPETRAL no escoamento da produção dos agricultores até a destinação final, no âmbito do PAA, representou um apoio para o principal problema apontado pelos agricultores.
- b) Acesso a contratos de produção: a organização dos agricultores familiares em uma cooperativa possibilitou a participação em contratos de produção, principalmente em programas do governo, os quais não seriam possíveis para estes como agricultores individuais;
- c) Motivação dos agricultores: observa-se a motivação dos agricultores que participaram do contrato do PAA em participar novamente e aumentar a quantidade e qualidade de sua produção.

Apesar dos avanços obtidos, importantes problemas presentes atualmente nas organizações devem ser sanados em busca do crescimento e desenvolvimento das organizações, dentre eles: melhoria dos serviços básicos de qualidade de vida na comunidade; o não cumprimento de princípios fundamentais de empreendimentos solidários como aspectos da participação econômica, formação e interação; ausência de solidariedade e união entre parte dos comunitários.

Além desses, existem questões externas que podem influenciar no futuro das comunidades em questão e devem ser alvo de atenção da Bom Sucesso e da COOPETRAL, enquanto organizações que representam suas comunidades e devem prezar pelos direitos e qualidade de vida das mesmas. Os impactos da recente construção da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão no Rio Araguari, que já estão sendo sentidos pela comunidade local, podem trazer prejuízos para as atividades de pesca, de moradia e de viabilidade das plantações. Portanto, a Associação Bom Sucesso deve acompanhar esses impactos e em caso de agravamento, em caso necessário, usar de sua representatividade para buscar contato com a empresa responsável pela hidrelétrica, os órgãos responsáveis pelo monitoramento da qualidade ambiente e até mesmo setores judiciais.

Na região onde se localizam as comunidades que são abrangidas pela COOPETRAL, a implantação de projetos de concessão florestal pelo IEF, também pode gerar impactos nas comunidades. Deve-se acompanhar a implantação destes projetos e evitar que os agricultores sejam prejudicados com perdas de terras sem o

devido ressarcimento e impactos a suas plantações. É necessário a atenção a que todos os direitos prometidos pelo IEF aos agricultores que terão suas terras sob área de concessão, sejam cumpridos e que o menor impacto possível seja sentido por essas comunidades.

As organizações estudadas apresentam alto potencial de se consolidarem como empreendimentos econômicos solidários. A busca por solucionar as problemáticas atualmente enfrentadas, principalmente de caráter interno, é um caminho para se chegar a melhoria da vida nas comunidades onde residem. Pois nota-se entre os comunitários entrevistados a vontade de permanecer em suas comunidades, no meio em que muitos cresceram e desempenham as únicas atividades profissionais que sabem e que aprenderam com seus pais, seus avós, o extrativismo e agricultura familiar. Para essas comunidades “ter uma vida melhor” não significa morar na cidade, ter uma “casa chic”, um carro 0 km ou uma roupa de marca. “Ter uma vida melhor” para as comunidades rurais e ribeirinhas representa poderem realizar suas atividades produtivas de modo que essas tenham retorno econômico para o sustento de suas famílias e ter em suas comunidades o acesso a serviços que garantam a saúde, educação e bem-estar de suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Uso do Solo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 11, p. 73–78, 2010.

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada. Vol. 4, n. 2. São Paulo, 2000.

AMAPÁ (Governo do Estado). *Programa de desenvolvimento sustentável*. Macapá: G.E.A, 1995.

AMORIM, R. F.; SILVA, M. V. *Associativismo rural como alternativa de representatividade em Piracanjuba/Goiás*. II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG. Pirenópolis-Go. 20 a 22 de outubro de 2015. Disponível em: www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/download/5640/3409. Acessado em: 15 de agosto de 2017.

ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. A. *Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária*. Revista Eletrônica Mutações – RELEM. UFAM. Dezembro, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/relem/article/viewFile/2797/pdf>. Acessado em: 20/07/2017, às 10:30.

ARMELIN, M. J. C. *Identificação e caracterização de áreas e comunidades com potencial para o desenvolvimento de sistemas comunitários de produção florestal no estado do amapá*. 2001. 149 f. Universidade de São Paulo, 2001.

BAUD, C. *L'économie Solidaire au Brésil: de L'émergence du mouvement à la reconnaissance par L'Etat*. Paris: X-Nanterre, septembre, 2007. In: CARVALHO, M. S. *Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo: no Distrito Federal entorno*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UnB. Brasília 2008.

BECKER, B. K. *Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia*. Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos locais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Bertha-Philippe.PDF>. Acessado em: 11/10/2017, às 15:00.

BERTUCCI, J. de .O. *A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UnB. Brasília, 2010.

BRASIL. *Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em: 18 de agosto de 2017, às 15:24.

BRASIL. *Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acessado em 14 de abril de 2017, às 23:11.

BRASIL. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1.º, I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. 6. Ed. p. 1049. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Associativismo rural*. [online] Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Publicado em: 01 de dezembro de 2016. Acessado em: 04 de maio de 2017 às 18:20.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *O Programa: Informações sobre o programa*. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acessado em: 23/07/2017 às 23:49.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio094.pdf. Acessado em: 01 de setembro às 22:50.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Família (PAA): renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! ASCOM/MDS. Novembro de 2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acessado em: 10 de julho de 2017 às 15:00.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência em Economia Solidária – PNQ 2003 – 2007. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. *Gênero e reprodução social na agricultura familiar*. Revista NERA. Ano 11, nº 12. ISSN: 1806-6755. Jan-jun 2008. P 6-17.

CANDIDO, S. E. A. *Comunidades ribeirinhas, engenheiros e conservação da floresta: construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos solidários na Amazônia*. 2010. 195 f. Universidade Federal de São Carlos, 2010.

CARDONA CALLE, D. A.; VIEIRA, G.; NODA, H. *Práticas de uso e manejo tradicional de Carapa spp (andiroba) na Reserva Extrativista do Rio Jutai, Amazonas, Brasil*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 9, n. 2. Maio de 2014. P. 519-540.

CARDOSO, U. C. *Cooperativa*. Série Empreendimentos coletivos. SEBRAE. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/6

5f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\$File/5193.pdf. Acessado em: 10/10/17, às 21:30.

CARVALHO, C. A. A. *ECONOMIA DOS PRODUTOS FLORESTAIS NAO-MADEIREIROS NO ESTADO DO AMAPA: Sustentabilidade e Desenvolvimento Endogeno*. 2010. 174 f. Universidade Federal do Pará, 2010.

CHELALA, C. M. DO S. C. F. *O estado e o desenvolvimento sustentável: a experiência do Amapá*. 2003. 133 f. Universidade de Brasília, 2003.

CHELALA, C. A. *A magnitude do estado na socioeconomia amapaense*. Publit Soluções Editoriais. Ed 1. Rio de Janeiro, RJ. 2008. 224 p.

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas. *Quem somos - Conselho Nacional das Populações Extrativistas*. Memorial Chico Mendes. Disponível em: <http://memorialchicomendes.org/quem-somos/>. Acessado em: 10/10/2017, às 20:30.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL, C. *Corredor de Biodiversidade do Amapá*. 1. ed. Belém: Governo do Amapá, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá, 2009.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa*. ASCOM/MDS. Novembro de 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf. Acessado em 20 de abril de 2017.

CORAGGIO, J. L. *Problematizando la economia solidaria y la globalización alternativa*. In.: II Encuentro Internacional sobre la globalización, 2001, Québec, Anais. Québec, 2001.

CUNHA, L. H. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raízes*, v. 23, p. 10–26, 2004.

DANTAS, G. de S. *Masculino e feminino nas práticas comunitárias dos associados da Associação Novo Airão. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*. Anais do Projeto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. 2000. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Grupo07.pdf>. Acessado em 15/06/2017 às 22:30.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. de; OLIVEIRA, J. J. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Texto para discussão nº 1145. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, dezembro de 2005.

DIEGUES, A. C. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de estado amazônico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 500 p. ISBN 978-85-7617-118-8.

FERRARI, D. L.; ABROMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLHO, M. A.; TESTA, V. M. *Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?* Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 12, n. 2, p. 237-271. Rio de Janeiro, 2004

FERREIRA, W. R. S.; FERREIRA, A. E. de M.; OLIVEIRA, J. V. de; FURTADO, C. D. *Influência da variabilidade da chuva na produção de feijão-caupi (Vigna unguiculata (L.) Wap.) no Estado do Pará: estudo preliminar*. Anais XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia. Belém-Pa. 13 a 17 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.sbmet.org.br/cbmet2010/>. Acessado em: 13 de junho de 2017 às 14:30.

FORERO-ÁLVAREZ, J. The economy of family farming production. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 10, n. 70, p. 27–45, 2013.

FIGLIOLIA, M. B.; AGUIAR, I. B. de. Colheita de sementes. In: AGUIAR, I. B.; PIÑA-RODRIGUES, F. C. M.; FIGLIOLIA, M. B. (Org). *Sementes florestais tropicais*. ABRATES. Brasília, DF, 1993, Cap. 7.

FRANÇA FILHO, G. C. DE. A via sustentável-solidária no Desenvolvimento Local. *O&S*, v. 15, n. 48, p. 219–232, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. DE; LAVILLE, J.-L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 79, p. 43–63, 2015.

GASSON, R. e ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, CAB International. V. II. 1993, p. 290. 1993. ISBN 0851989598.

GELLERT, L. J.; REYES, P. C. P.; SCHIOCHET, V. *A relação trabalho, cooperação e solidariedade na formação Cooperativa Colonizadora Multiativa - Fernheim Ltda no Chaco Paraguai*. *Ciências Sociais Unisinos*. 44(3): 220-224, setembro/dezembro 2008. DOI: 10.4013/csu.20083.06.

GIRARD-NUNES, C. G. *Os elos horizontais da Economia Solidária: desafios e perspectivas*. In.: MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Orgs). *A nova ordem social – perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Parelo. 15, 2004. p 192-2013.

HOMMA, A. K. O. *Extrativismos vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades*. 1. ed. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

HOMMA, A. K. O. *Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia*. Texto para discussão 27. Embrapa. Brasília, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de dados 2016*.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ap/panorama>. Acessado em: 16 de agosto de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Taxa de desemprego com média anual*. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acessado em: 12 de agosto de 2017 às 15:34.

IEF-Ap - Instituto Estadual de Florestas no Amapá. *REED+ Guiana, Concessões florestais e Projeto Carbono Cajari*. Disponível em: <http://www.ief.ap.gov.br/>. Acessado em 16/10/2017, às 16:00.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional Amapá SR 21 – *Assentamentos: Informações Gerais*. Documento Técnico. Disponível em:

http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=21&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=4. Acessado em: 11 de abril de 2017 às 19:19.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *PRODES estima 7.989 km² de desmatamento por corte raso na Amazônia em 2016*. Disponível em:

http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4344. Acessado em: 14 de agosto de 2017, às 18:56.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. 2008. Dados sobre censo da Floresta Nacional do Amapá e Zona de Amortecimento. Relatório Interno. ICMBio. Macapá: AP. In: ICMBio. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá – Vol I – Diagnóstico*. Macapá. Janeiro de 2014. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_amapa_pm_diag.pdf. Acessado em: 27 de julho de 2017 às 16:54.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá*. Volume I - Diagnóstico. Macapá. Jan. 2014a.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá*. Volume II – Planejamento. Macapá. Jan. 2014b.

JESUS, C. P. de. *Utopia cabocla amazonense - agricultura familiar em busca da economia solidária*. Canoas, RS: ULBRA, 2000.

KOURI, J.; FERNANDES, A. V.; FILHO, R. P. L. *Caracterização socioeconômica dos extratores de açaí da costa estuarina do Rio Amazonas, no estado do Amapá*. Boletim de Pesquisa 52. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ISSN 1517-4867. Dezembro, 2001.

KOURI, J.; FERNANDES, A. V.; FILHO, R. P. L.; SOUSA, W. P. de. *Estrutura de renda dos produtores da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Amapá*. Boletim de pesquisa e desenvolvimento 55. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ISSN 1517-4867. Dezembro, 2002.

LECHAT, N. M. P. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. 2004. 567 f. Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LEROUX, P. *De L'humanité*. Fayard, Paris. 1985.

LIMA. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (org). São Paulo: Boitempo, 2007, p. 69-80.

LUCA, M. M. B. L. de. *Histórias de identidades num assentamento rural*. ETD – Educação Temática Digital. V. 4, n. 1, p. 10-31. Campinas, dez. 2002.

MACIEL, R. C. G.; CAMPOS, K. P. C.; SOUZA, E. F. de. *Diagnóstico socioeconômico da produção familiar rural nos pólos agroflorestais do Acre*. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Campo Grande, 2010. Disponível em: https://aspf.files.wordpress.com/2011/02/maciel_campos_souza_polos-agroflorestais_sober2010.pdf. Acessado em: 14/05/2017, às 17:10.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; CONCEIÇÃO, M. de F. C. *Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida*. Novos Cadernos NAEA. V. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008, ISSN 1516-6481.

MAGALHÃES, H.; BONONI, V. L. R., MERCANTE, M. A. *Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambientais da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul*. Acta Scientiarum. Humum and Social Sciences. Vol. 32, n. 2, 2010, pp. 183-192. Maringá, Brasil.

MEDEIROS, R. *Evolução das tipologias e categorias de Áreas Protegidas no Brasil*. Ambiente e Sociedade Vol. IX, nº 1, jan/jun. 2006.

MENDES, L. S. A. *A escola enquanto contexto de desenvolvimento: um estudo ecológico em uma comunidade ribeirinha na Ilha do Marajó*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MENDES, T. *Falta de fiscais prejudica preservação de reservas naturais e de bens tombados do estado: com equipes reduzidas órgãos federais não conseguem dar conta das unidades de conservação do Rio*. O Globo (online). Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/falta-de-fiscais-prejudica-preservacao-de-reservas-naturais-de-bens-tombados-no-estado-13582629>. Publicado em: 13/08/2014. Acessado em: 20 de julho de 2017 às 12:14.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria , cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 3, p. 704–723, set. 2011.

MOULIN, N. (org.). *Amapá: um norte para o Brasil*. Editora Cortez. ISBN: 85-249-0742-8. São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, C. V. DOS S. *Concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento e o seu uso nas políticas ambientais implementadas no Amapá (1995-2010)*. 2014. 123 f. Universidade Federal do Amapá, 2014.

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Amapá – conheça o Amapá. Disponível em: http://www.odmbrasil.gov.br/odm-nos-estados/amapa?set_language=pt-br. Acessado em 25 de junho de 2016.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The evolution of institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. *Toward a behavioral theory linking trust, reciprocity and reputation*. In: OSTROM, E.; WALKER (ed.) *Trust and reciprocity: interdisciplinary lessons for experimental research*. New York: Russell Sage Foundation, 2003. 19-78 p. Chapter 2.

PEDROZO, E. Á. *et al.* Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMS): as Filières do Açaí e da Castanha da Amazônia. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 3, n. 2, p. 88–112, maio 2011.

PERES, A. da C. *Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)*. Teses de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém. 2011.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. D. O. Conceitos de comunidade , local e região : inter-relações e diferença. *Líbero*, v. 12, n. 24, p. 139–152, 2009.

PIRES, J. A. S.; SPRICIGO, G. O. conceito da pluriatividade na agricultura familiar. 2004. Disponível em: <http://www.sobre.org/palestra/13/794.pdf>. Acesso em 31 de Março de 2017, às 20:00.

POTTER, H. *Falta de fiscais ameaça as áreas de preservação ambiental de Santa Catarina*. Diário Catarinense (online). Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/09/falta-de-fiscais-ameaca-as-areas-de-preservacao-ambiental-em-santa-catarina-4608315.html>. Publicado em: 27/09/2014. Acessado em: 05 de julho de 2017 às 15:48.

REDÓN, S. B. M. El factor productivo gestión en cooperativas y asociaciones de pequeños y medianos productores agropecuarios de las zonas de Cartama y Penderisco en el suroeste antioqueño. *Revista Lasallista de Investigación*, v. 11, n. 2, p. 51–62, 2014.

RÊGO, J. F. DO. Amazônia : do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 62–65, 1999.

SABOURIN, E. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade*. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais - Mundo Rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. Curitiba, 06 a 09 de julho de 2010. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/556769/1/document_556769.pdf. Acessado em: 15/10/17, às 14:20.

SAKAMOTO, E.; MACHADO, M. H.; LIMA, J. P. *Acessibilidade de agricultores familiares no município de Itajubá-MG: o ponto de vista dos usuários*. Anais do XXVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes. Curitiba-PR. 24 a 26 de novembro de 2014. ISBN 978-85-87893-17-8. Disponível em: <http://www.anpet.org.br/xxviii/anpet/anais/documents/AC395.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2017, às 10:20.

SANTOS, A. *Produtores da Perimetral Norte apresentam demandas ao Governo: SDR e Rurap reuniram com os produtores da região para discutir escoamento da produção*. Governo do Amapá (site oficial). Publicado em: 21/02/2016. Disponível em: <http://amapa.gov.br/noticia/2505/produtores-da-perimetral-norte-apresentam-demandas-ao-governo>. Acessado em: 01 de setembro de 2017 às 23:20.

SANTOS, A. *Produtores de Porto Grande são autorizados a explorar terras da Flota: o Instituto Estadual de Florestas (IEF) entregou hoje 105 cartas de anuências*. Governo do Amapá (site oficial). Publicado em: 09/04/2016. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/noticia/1705/produtores-de-porto-grande-sao-autorizados-a-explorar-terras-da-flota>. Acessado em: 02 de agosto de 2017 às 17:16.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. S. (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. *Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais*. Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA. São Paulo, 7(1), jan./abr., 69-85, 2013.

SCHLANGE, L. E. *What drives sustainable entrepreneurs*. (p. 6, translation). Proceedings of the applied Business and Entrepreneurship Association International (ABEAI) Conference, Kona, HI, USA, 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99–121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>.

SEGOVIA, J. F. O. *Dimensão da agricultura familiar e periurbana no estado do Amapá: desafios para o abastecimento frente à urbanização*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. UFPA. Bélem, 2011.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. *Associações rurais: práticas associativistas, características e formalização*. Coleção SENAR 153. 2011. Disponível em: http://www.senar.org.br/sites/default/files/153_-_associacoes_rurais_0.pdf. Acessado em: 19 de maio de 2017, às 11:24.

SETE, L. R. *Relações entre Estação Ecológica do Taim e comunidade local: conflitos e cooperação*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Maria. 2010.

SILVA, D. P. da; ARANTES, E. C.; ROSA, J. S. da. *Cooperativismo na agricultura familiar em Boa Vista-RR: um estudo da percepção dos cooperados da Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos – COOPERCINCO*. Revista de Administração de

Roraima-UFRR. Vol. 6, n. 3, p. 752-770 especial. ISSN: 2237-8057. Boa Vista, 2016.

SILVA, R. R. e. *O Etnoextrativismo não-madeireiro em uma comunidade amazônica: um estudo de caso em Santa Luzia do Buiuçuzinho – Coari/AM*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical. UFAM. Manaus, 2009.

SIMONI, J. *A revitalização do extrativismo: práticas de economia solidária e sustentabilidade*. Economia Solidária e políticas públicas. Série Mercado de Trabalho - IPEA. V. 42. Fev. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4049/1/bmt42_07_Eco_01_revitalizacao.pdf. Acessado em: 20/07/2017, às 16:30.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. Editora Fundação Perseu Abramo. Ed 1º. São Paulo, 2002. ISBN 85-86469-51-3.

SINGER, P. *Economia solidária no Brasil: um modo de produção e distribuição*. SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. Ed. Contexto. São Paulo, 2003. ISBN: 85-7244-156-5.

SOUSA, W. P de. *A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma Unidade de Conservação de uso direto na Amazônia – A Reserva Extrativista do Rio Cajari no Estado do Amapá*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agricultores Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Amazônia Oriental. Belém. 2006.

SOUSA, W. P. DE. *Universidade Federal do Pará*. 2015. 1-69 f. Universidade Federal do Pará, 2015.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 2001, Anais, 2002.

TEXEIRA, A. *Programa Luz para Todos atenderá mais de 11 mil residências no Amapá: o objetivo é universalizar a distribuição de energia nas comunidades rurais no Estado*. Governo do Amapá (site oficial). Publicado em: 06/06/2017. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/noticia/0707/programa-luz-para-todos-atendera-mais-de-11-mil-residencias-no-amapa>. Acessado em: 07/06/2017.

TODESCHINI, R. *Empreendimentos solidários em expansão*. In.: GUIMARÃES, G. (org.). *Sindicalismo e cooperativismo – A economia solidária em debate- Transformações do mundo do trabalho*. Unitrabalho. 2000.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Série Economia Solidária. DP & A: Fase, Rio de Janeiro, 2001. ISBN: 85-7490-120-2.

VEIGA, S. M.; RECH, D. *Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos*. Série Economia Solidária. DP & A: Fase, Rio de Janeiro, 2001. ISBN: 85-7490-125-3.

VILLELA, S. *Atlas das Caatingas mostra problemas em áreas de proteção ambiental*. Agência Brasil (online). Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/nao-liberar-pesquisa-mostra-problemas-em-areas-de-protecao-ambiental-na>. Publicado em: 10/05/2017. Acessado em: 20 de julho às 10:10.

APÊNDICE I - Fotos das visitas de campo e entrevistas realizadas



Figura 18 – Acompanhamento do processo de produção dos produtos do Projeto Andiroba.

Fonte: Pesquisa de campo em 13 de janeiro de 2017.



Figura 19 – Entrevista com o Presidente da Associação Bom Sucesso.

Fonte: Pesquisa de campo em 20 de janeiro de 2017.



Figura 20 – Acompanhando de reunião entre integrantes da COOPETRAL.

Fonte: Pesquisa de campo em 23 de fevereiro de 2017.



Figura 21 – Grupo de integrantes da COOPETRAL entrevistados para a pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo em 23 de fevereiro de 2017.

APÊNDICE II – Roteiro das entrevistas

Questionário membros da associação/cooperativa

- O que significa atuar (trabalhar) no formato de uma cooperativa/associação para você? Qual a diferença de outras formas de trabalho?
- Está satisfeito no modo como é organizada a associação/cooperativa?
- Quais acontecimentos marcaram a trajetória da cooperativa? Para melhor ou para pior?
- Qual o foco de atuação da organização?
- Quais os objetivos da organização?
- A organização está cumprindo com estes objetivos?
- Os objetivos da organização estão claros para os participantes?
- Você acha que existem pessoas principais da organização? Por que estão nessa posição?
- Existem problemas a serem superados na organização? Quais os problemas antigos (desde quando a organização foi criada) e quais os atuais?
- Como você participa da organização?
- Você participa das decisões da organização? Como?
- Jornada de trabalho- Quantas horas diariamente ou semanalmente você se dedica para a atividade?
- Como é realizada a divisão do trabalho dentro da organização?
- Fale um pouco da cooperativa desde o início até os dias de hoje
- Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização? Como acontecem essas atividades da coleta até a venda?
- A organização tem relação com outras cooperativas, empresas ou governo?
- Qual o futuro da organização?
- O que acha de sua participação no grupo? O que mais gostou? O que menos gostou?

Questionário Presidente da associação/cooperativa

- Quando a associação foi criada?
- Quantos integrantes possui?
- Qual o objetivo de criação da associação/cooperativa?
- Tem reuniões? Qual a frequência?
- A organização está cumprindo com estes objetivos?
- Quais são as atuais fontes de recursos financeiros da associação/cooperativa? O que fornece mais recurso? E o que fornece menos?
- Existem problemas a serem superados na organização? Quais os problemas antigos (desde quando a organização foi criada) e quais os atuais?
- Quais acontecimentos marcaram a trajetória da cooperativa? Para melhor ou para pior?
- Jornada de trabalho- Quantas horas diariamente ou semanalmente você se dedica para a atividade?
- Como é realizada a divisão do trabalho dentro da organização?
- Quais são as principais atividades desenvolvidas pela organização? Como acontecem essas atividades da coleta até a venda?
- A organização tem relação com outras cooperativas, empresas ou governo?
- Existe algum critério para entrada de novos membros?
- Como ocorre a participação dos membros nas decisões da organização?
- Como ocorre a distribuição do lucro entre os membros?
- Recebem algum auxílio financeiro externo? Como se dá?
- Ocorre atividades de capacitação dos membros?
- A associação/cooperativa tem relação com outras organizações?
- Quais os benefícios que a existência da comunidade traz para a comunidade onde se localiza?

Qual o futuro da organização?

Questionário informações da produção

1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS

2. Características das atividades

Coleta

2.1 Quais produtos são produzidos na associação?

2.2 Quantas pessoas atuam em cada produção?

2.3 Qual o processo de extração? () coleta () Outro: _____

2.4 Como adquire a matéria prima? () realiza o extrativismo () Obtém com outros extrativistas

2.5 Onde se realiza a extração do recurso? _____

2.6 Tem dificuldades de acesso? () Sim () Não

2.7 Em que tipo de vegetação realiza a extração? () Floresta de Terra Firme () Várzea () Outro _____

2.8 Em caso de coleta, coletam todos os frutos que encontram? () Sim () Não

2.9 Ocorre a contratação de mão de obra de terceiros? () Sim () Não

Tempo de contratação: _____ Valor da remuneração: _____

2.10 Quantidade coletada por dia? _____

2.11 Quantos dias por ano ocorre a extração? _____

2.12 Qual produção média de uma árvore jovem? Safra: _____

Entressafra: _____

2.13 Qual a produção média de uma árvore adulta? Safra: _____

Entressafra: _____

2.14 Quais os materiais utilizados no processo extrativismo?

2.15 Quais os custos envolvidos?

2.16 Existem rotas organizadas para o extrativismo do recurso? () Sim () Não

Rotas de coleta

Local	Área	Locomoção	Distância	árvores	Sacos/árvores	Custos

Transporte

2.17 Como é realizado o transporte do material?

2.18 Qual quantidade é transportada por dia? Quantos dias de coleta por semana? Quantas semanas?

2.19 Aluga ou contrata transporte? Qual valor?

2.20 Outros custos envolvidos:

Processamento

2.21 Qual o processamento realizado?

2.22 Existe equipamento? Qual equipamento é utilizado? Foi comprado ou alugado?

2.23 Qual rendimento por pessoa/dia? Quantas horas?

2.24 Contrata pessoas? Por quanto tempo? Custos?

Separação e seleção

Armazenamento

2.25 Armazena a matéria prima? () Sim () Não

2.26 Qual é o local de armazenamento?

2.27 Quanto tempo ficam armazenadas?

2.28 Quem é responsável pelo armazenamento?

2.29 Quais os custos envolvidos no armazenamento?

Demais processos que envolvam a produção

3. Comercialização

3.1 Produtos vendidos:

3.2 Para quem os produtos são vendidos?

3.3 Ocorre o armazenamento para vender na entre-safra? () Sim () Não

3.4 Qual o preço de venda atual? E anos anteriores?

Produto: Ano: Safra: Entressafra:

3.5 Qual o preço de compra? E nos anos anteriores?

Produto: Ano: Safra: Entressafra:

3.6 Tem preços diferenciados no atacado e varejo? () Sim () Não

3.7 Qual a quantidade comercializada?

Ano: Quantidade:

Ano: Quantidade:

3.8 Principais dificuldades?

3.9 Quem realiza a venda?

3.10 Custos?

4. Receitas

Atividades	Unid	Quant	Valor (R\$)	Renda	Obs	% Renda
------------	------	-------	-------------	-------	-----	---------

Qual a principal fonte de renda da família?

5. Demais custos

Custos com taxas, impostos, cadastros?

Serviços administrativos?

Aluguel de maquinários?

6. Informações gerais

É possível sobreviver somente da renda dos produtos?

Se você se esforçasse em extrair mais matéria prima, para aumentar sua produção, você conseguiria?

Estaria disposto a somente comercializar os frutos do baru? Ou prefere comercializar a castanha?

Se você tivesse a oportunidade de um emprego assalariado, manteria a atividade extrativista?

Estaria disposto a investir recursos em plantio de (da planta do extrativismo)?

Foi orientado sobre técnicas de extrativismo sustentável?

O que fazer para melhorar o mercado do produto de origem extrativista?

Conhece mais algum agroextrativista?

Observações gerais

APÊNDICE III - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado “Desenvolvimento econômico na Floresta Nacional e Floresta Estadual do Amapá: relação entre organização social e viabilidade econômica em atividades extrativistas” desenvolvido por Ranielly Coutinho Barbosa. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Doris Sayago, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através e-mail “doris.sayago@gmail.com”.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é “analisar as formas de organização social da comunidade local em relação à produção extrativista de PFMNs na FLONA e FLOTA do Amapá e sua relação com a viabilidade econômica do processo extrativista”.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. E permito o uso de minha imagem no conteúdo do presente trabalho (fotos ou vídeos) O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Porto Grande - Amapá, ____ de _____ de ____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

ANEXO I - Lista com os produtos e suas quantidades executadas no contrato do PAA da COOPETRAL

IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS					
Produto	Unidade de comercialização (UC)	Preço unitário	Qtde a entregar	Qtde entregue	Saldo a entregar
TAPIOCA > COM FÉCULA DE MANDIOCA	quilograma	R\$ 3,4000	187,000	187,000	0,000
TANGERINA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 2,5000	262,000	262,000	0,000
TAMBAQUI > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 10,5000	18,000	18,000	0,000
RAIZ DE MANDIOCA > IN NATURA COM CASCA	quilograma	R\$ 2,1500	11.890,200	11.339,417	350,783
PRODUTO DE FRUTA > GOIABA, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 6,5000	413,500	413,500	0,000
PRODUTO DE FRUTA > CUPUAÇU, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 7,9500	1.221,000	1.221,000	0,000
PRODUTO DE FRUTA > CAJÁ, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 8,5000	583,000	583,000	0,000
PRODUTO DE FRUTA > CAJU, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 6,5000	157,000	157,000	0,000
PRODUTO DE FRUTA > ACEROLA, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 6,5000	88,000	88,000	0,000
PRODUTO DE FRUTA > ABACAXI, CONGELADO PARA SUCO,	quilograma	R\$ 7,4000	1.454,500	1.454,500	0,000
PIMENTA > DE CHEIRO	quilograma	R\$ 4,6500	150,000	139,400	10,600
MELANCIA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 1,8000	2.233,800	2.233,800	0,000
MAXIXE > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 2,4200	250,000	232,200	17,800
MASSA DE MANDIOCA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 3,1000	2.170,985	2.170,985	0,000
MAMÃO > COMUM	quilograma	R\$ 2,2000	55,000	55,000	0,000
LIMÃO > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 1,8000	4.075,000	4.067,800	7,400
LARANJA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 1,3000	4.610,000	4.599,550	10,450
GALINHA CAIPIRA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 10,5000	19,000	19,000	0,000
FARINHA DE MANDIOCA > (Classificação sem características)	um quilograma	R\$ 4,1600	2.790,000	2.790,000	0,000
COUVE > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 5,3500	70,000	70,000	0,000
COCO > VERDE	quilograma	R\$ 1,0000	5.266,070	5.197,700	68,370
COCO > SECO	quilograma	R\$ 1,5000	689,000	677,500	11,500
CEBOLINHA > (Classificação sem características)	um quilograma	R\$ 8,8000	20,000	20,000	0,000
CARÁ > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 3,6000	1.047,900	995,900	52,000
BISCOITO > DE CASTANHA DO BRASIL	quilograma	R\$ 16,5000	116,000	116,000	0,000
BATATA > DOCE	quilograma	R\$ 2,4500	1.708,800	1.589,800	119,000
BANANA > PACOVAN	quilograma	R\$ 4,8000	12.683,850	10.388,700	2.295,150
BANANA > COMUM	quilograma	R\$ 3,5000	38.616,011	37.163,320	1.452,691
ABÓBORA > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 2,6500	2.300,000	2.045,800	254,200
ABACAXI > (Classificação sem características)	quilograma	R\$ 2,4000	5.213,910	5.113,710	100,200
Número total de produtos:	30,000				

Fonte: Dados de arquivos internos da COOPETRAL.